

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 6 DE ABRIL DE 2004.** -----
----- **ACTA NÚMERO CINQUENTA E DOIS** -----

----- No dia 6 de Abril de 2004, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Pimenta Prôa, António Manuel Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Eduardo Manuel Reis Vieira, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Damas Martins Rato, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luis Teixeira Ferreira, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Lourenço Ramos Bernardino, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria do Céu Cunha Menezes Fazenda, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luisa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves,

Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Levi Marques dos Santos, José Dimas Bernardes Salsinha, Luis Branco da Silva, Manuel Filipe Correia Araújo, João Gordo Martins, Adolfo Miguel Batista Mesquita Nunes, Jaime Salomão Alves, Esmeraldo de Oliveira Cruz, Sérgio Rui Lopes Cintra e Maria Inês Santos Viola. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, António Alfredo Delgado Silva Preto, Carlos Filipe Marques Lima, Jorge Manuel Rocha Ferreira, Orlando Bento Antunes Claro e Ricardo Posser de Andrade Chaves . -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por 1 dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal Levi Marques dos Santos. -----

----- João Pedro Saldanha Serra (PSD), por 1 dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Manuel Filipe Correia Araújo. -----

----- Francisco José Fernandes Martins (PSD), por 1 dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Bernardes Salsinha. -----

----- António Borges de Carvalho (PSD), por 1 dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Miguel Rodrigues Coelho. -----

----- Joaquim José Miranda Sarmiento (PSD), por 1 dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Branco da Silva. -----

----- Rodolfo José Caseiro, (PCP), por 5 dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jaime Salomão Alves. -----

----- José Manuel Afonso Possidónio, (PCP), por 180 dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Eduardo Manuel dos Reis Vieira. -----

----- José Miguel Nunes Anacoreta Correia (CDS/PP), por 1 dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes. -----

----- Isabel Maria de Almeida e Castro (PEV), por 1 dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Nuno Miguel Ribeiro dos Santos (BE), por tempo indeterminado. -----

----- Maria Beatriz Gonçalves de Almeida Santos (BE), por tempo indeterminado. -----

----- Pedro Santos Monteiro Veiga (BE), por tempo indeterminado. -----

----- Maria Alfreda Cordeiro da Cruz Ribeiro Viana (BE), por tempo indeterminado. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- Alberto Francisco Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Maria Luisa dos Santos Teixeira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios, por Maria Inês dos Santos Viola. -----

----- Carlos Filipe Marques Lima (PCP), Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, não tendo sido substituído -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Jorge Manuel da Rocha Ferreira (PCP), relativamente à reunião realizada no dia 2 de Março de 2004. -----

----- Renunciou ao mandato, por motivos de ordem profissional, a Deputada Municipal Dina Maria Veredas Nunes, que havia sido eleita nas listas do Bloco de Esquerda, entrando em sua substituição a Deputada Municipal Maria do Céu Fazenda.

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de quorum, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião. -----

----- Informou que existiam dez inscrições do público para usar da palavra e haveria ainda algumas associações e munícipes a tentar inscrever-se, mas isso não era possível e não havia acordo a nível dos representantes dos Grupos Municipais para abrir esse precedente. Essa matéria iria ser analisada em Conferência de Representantes e, se houvesse decisão diferente, seguir-se-ia essa decisão, mas para já mantinha-se a inscrição dos dez munícipes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Sra. D. Fernanda Maria Gonçalves Pinto Leitão**, Av. Dr. Arlindo Vicente, lote 419, 1ºEsq., 1900-661 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Somos cooperadores de uma das três cooperativas que se associaram para a construção de um empreendimento no Bairro dos Lóios em Chelas, denominado lote 230, a Unichelas. -----

----- O processo para este empreendimento deu entrada na Câmara Municipal de Lisboa em 2000 e resultou de um protocolo entre a Unichelas e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual a CML cederia o tal lote 230 para a construção na troca de alguns andares. -----

----- Este protocolo foi aprovado pela CML e Assembleia Municipal ainda no anterior Executivo, em Fevereiro de 2001, altura em que se começa a providenciar a escritura de constituição do direito de superfície a favor da Unichelas. -----

----- Entra o novo e actual Executivo Camarário e resolve reavaliar o processo. Foram introduzidas algumas alterações pela Vereadora Helena Lopes da Costa, é aprovado novamente em sessão camarária e posteriormente na Assembleia Municipal, sendo a escritura efectuada em Janeiro de 2003 e assinada pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Carmona Rodrigues. -----

----- Aquando do registo do terreno a favor da Unichelas, devido a solicitação do Conservador Predial, teve de se proceder à rectificação da escritura, o que foi feito em Maio de 2003, a qual foi novamente outorgada pela Câmara, desta vez pelo seu Presidente. -----

----- Por esta altura o Sr. Presidente da Câmara Municipal, numa inauguração que fez no Bairro dos Lóios, deu uma entrevista onde dizia que aquele espaço anteriormente destinado a habitação seria espaço verde e todos os projectos para ali feitos não iriam ter seguimento. -----

----- Estando já todos os projectos aprovados, todos os registos efectuados, entregues todas as garantias bancárias pedidas pela CML e deferido por esta o pedido de licença para escavações e contenção periférica, em Junho de 2003, a licença foi posteriormente retida pela Câmara e a Sr^a. Vereadora Helena Lopes da Costa faz sair um ofício em Julho de 2003, nem um mês depois, a informar a Unichelas que em decorrência do profundo empenho do actual Executivo Camarário na criação de espaços verdes e de lazer que fizessem respirar a cidade, não seria possível concretizar o projecto habitacional. -----

----- Entretanto, devido à falta de informação por parte da Câmara e tendo a informação de que o processo continuava parado no Gabinete da Vereadora, foram enviadas cartas por parte dos cooperadores ao Presidente da CML, não tendo sido obtida qualquer resposta. Também foram e-mails e faxes para o Gabinete da Sr^a. Vereadora Eduarda Napoleão, onde o processo se encontra desde Janeiro do corrente ano. -----

----- Assim, pensamos ter o direito de perguntar e poder perceber o que levou a Câmara Municipal de Lisboa a voltar atrás com a palavra dada. É justo que ao fim de anos de espera e de termos despendido, com bastante esforço, milhares de euros para este empreendimento, que depois de ultrapassados os difíceis e morosos processos burocráticos impostos pela Câmara, volte tudo à estaca zero, com prejuízo para aqueles que tiveram outras oportunidades e que as recusaram na esperança de obterem o que lhes foi prometido? -----

----- Qual é a posição da Câmara Municipal de Lisboa para aquele espaço? ” -----

----- **O Senhor Presidente** informou a munícipe de que tinha terminado o tempo para a sua intervenção e solicitou que entregasse a sua exposição na Mesa, que por sua vez a faria chegar à Câmara Municipal. -----

----- **O Sr. Albino Pereira**, Rua Manuel Mendes, lote 16, 5^oA, Lisboa, em representação da Associação de Amigos e Idosos da Quinta das Laranjeiras, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ É a primeira vez que estou aqui a apresentar-me, sou Presidente da Associação de Amigos e Idosos do Bairro da Quinta das Laranjeiras. -----

----- Somos uma Associação nova, formada com base no desejo de desenvolver o nosso bairro, o qual fica junto à Expo, mas que só tem uma entrada e uma saída. Estamos, assim, rodeados por um lado pelo bairro da Expo e por outro pela Avenida Infante D. Henrique. -----

----- Esta Associação, apesar de muito recente, tem já mais de 220 sócios. Existe uma outra associação, criada há cerca de 30 anos, que como é do seu conhecimento, Sr. Presidente, encontra-se sempre de portas fechadas. A mesma não cumpre a finalidade para a qual foi criada. -----

----- Os problemas são vários, desde os espaços verdes que não temos, às obras iniciadas há mais de 10 anos e que nunca foram acabadas, ou dadas como concluídas e que ainda não o foram, até às mal executadas, mal concluídas, etc. -----

----- Há pouco mais de um ano, já sob a vigência deste Executivo, começaram algumas obras e outras iniciaram-se agora. As primeiras foram acabadas, estão muito bem executadas, sendo estas motivo de orgulho para o bairro. -----

----- Para nosso agrado, foi o bairro entregue por esta Vereação à GEBALIS. Ainda bem, pois a Sr^a. Vereadora Helena Lopes da Costa e a Sr^a. Presidente da GEBALIS, Dr^a. Maria Eduarda Ribeiro Rosa, não só se têm inteirado dos problemas do bairro, como aí se deslocaram para melhor os conhecerem. -----

----- A decisão do Sr. Presidente da CML, Dr. Santana Lopes, de entregar a gestão do bairro à GEBALIS, foi excelente, pois, para além desta decisão, existe próximo do bairro, no Casal dos Machados, um gabinete que possibilita a comunicação entre moradores e técnicos, de tal maneira que passados, no máximo, 1 ou 2 dias, estes mesmos técnicos se deslocam ao bairro para dar resolução às queixas dos moradores, passando este processo a ser menos burocrático. -----

----- Os responsáveis da GEBALIS também estão sempre contactáveis, disponibilizando o telemóvel e nunca se furtando a resolver o problema quando ele surge. -----

----- Quanto às rendas, nós, Associação, achamos bem. Então os inquilinos, quando vão habitar uma casa, não assinam um contrato para ser cumprido pelas duas partes? Como pode a CML/GEBALIS desenvolver os espaços verdes, fazer obras de melhoramento nos prédios, se há quem não paga as rendas? -----

----- Não podem ser sempre os mesmos a pagar enquanto outros só querem ver melhorias, mas pagarem é que não. Temos todos de nos empenhar em tentar melhorar a nossa vida, mas para isso temos de contar com a colaboração de todos os moradores. -----

----- Muito obrigado a todos, boa tarde. ” -----

----- **A Sra. D. Liliana Galinha**, Rua Dr. Jaime Cortesão, nº16, 7ºD, 2675-167, Póvoa de Santo Adrião, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ O meu nome é Liliana, não é necessário voltar a referir a minha situação, pois creio que é do conhecimento geral. -----

----- Sei que no passado dia 17 de Fevereiro, nesta Assembleia Municipal, foi aprovada uma moção na qual a minha situação teria que ser resolvida pelo Executivo até ao final do mês. Até hoje ainda não recebi absolutamente nada e ninguém falou comigo, para variar. Se a moção seguir os mesmos passos do meu processo, daqui a um ano e meio sou capaz de ser convocada. -----

----- Por esta altura, eu queria perguntar quando é que me vão dar alguma resposta referente à moção e quando é que me vão dizer onde estão as minhas coisas, porque levaram as minhas coisas de minha casa e nem sequer me disseram onde é que estão, com quem estão e onde posso ir buscá-las. Será que, para além da discriminação, terei que dizer que a Câmara Municipal levou as minhas coisas sem autorização? -----

----- Acima de tudo, eu creio que tinha direito a um inventário e creio que tinha direito a uma resposta condigna, que ainda não tive. -----

----- Queria perguntar quando é que me vão dizer alguma coisa, ou se eu vou ter que continuar, ao fim de dois meses, mais um ano ou o tempo que quer que seja, na rua e a depender de terceiros. -----

----- O que me preocupa principalmente são as minhas coisas, que foram levadas sem a minha autorização, que não tive direito sequer a um inventário e muito menos sei onde é que posso ir buscá-las. -----

----- Acho que isto é inadmissível. Para além da discriminação, terei que dizer que houve aqui um furto? Pedia o favor de me responderem. ” -----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu que neste tipo de processos a Assembleia Municipal enviava à Câmara ou às entidades referenciadas uma exposição por escrito. O que pedia era que a munícipe entregasse a sua intervenção na Mesa, por forma a que pudesse ser enviada. -----

----- **O Sr. António Fernando Mateus da Silva**, Rua 7, nº2, Bairro da Boavista, em representação da Associação de Reformados e Idosos do Bairro da Boavista, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ O meu nome é António Fernando Mateus da Silva, sou Presidente da Associação de Reformados e Idosos do Bairro da Boavista e represento cerca de 600 reformados e idosos daquele Bairro. -----

----- Esta Associação teve o prazer de participar no passado fim-de-semana, dias 3 e 4, num encontro em que estiveram presentes 17 associações de moradores e reformados. Nessa reunião ficou bem claro que a grande maioria destas organizações se considera bastante satisfeita com o trabalho desenvolvido pelo Sr. Presidente da Câmara, bem como pela Sr^a. Vereadora da Acção Social, Helena Lopes da Costa. -----

----- Sei que para mal dizer há sempre muita gente, pelo menos para reconhecer o que está bem feito estamos cá nós. -----

----- Assim, foi aprovada em reunião de direcção da associação a que presido, trazer aqui a mensagem que de seguida vos transmito: -----

----- Senhor Presidente, Dr. Pedro Santana Lopes. Senhora Vereadora, Dr^a. Helena Lopes da Costa. Obrigado pela dignidade com que trataram os idosos do meu Bairro. Graças a vós, temos um refeitório onde podemos dar refeições aos associados mais necessitados, luta esta que já vínhamos a travar desde 1998. -----

----- Obrigado também por abrirem o Parque de Monsanto aos lisboetas, em particular às gentes do Bairro da Boavista, que podem finalmente passear-se com mais segurança, mais saúde e maior prazer, no maior espaço verde da Cidade e o maior pulmão de Lisboa. -----

----- Queria também reforçar aquilo que muitos dos meus colegas de outras associações manifestaram durante este encontro, que todos concordamos e também agradecemos, em nome de todos os nossos associados que foram com a vossa estratégia de desdobramentos, transferências e permutas, ajudados. -----

----- Para nós, começou finalmente a haver justiça social. Muitos foram ajudados, alguns sob nossa proposta, e por isso, uma vez mais, Senhor Presidente e Senhora Vereadora, os nossos agradecimentos. -----

----- Quanto a outros assuntos em discussão no passado fim-de-semana, também nós aqui afirmamos que não deve pagar o justo pelo pecador. Quem tem dinheiro para pagar as rendas e não o faz não deve ter o mesmo tratamento de quem, por vezes com muita dificuldade, cumpre com as suas obrigações, pagando a renda todos os meses. ”

----- **O Senhor Presidente** referiu que tinha terminado o tempo e solicitou ao município que entregasse a sua intervenção na Mesa. Pediu também ao público que não se manifestasse, uma vez que o Regimento não o permitia e só os Deputados Municipais o poderiam fazer. -----

----- **O Sr. Manuel Teixeira**, Rua Artur Duarte, nº13, 5ºdtº., em representação da Associação de Moradores do Bairro Marquês de Abrantes, fez a seguinte intervenção:

----- “ Eu, Manuel Teixeira, em nome da Associação de Moradores do Bairro Marquês de Abrantes, venho aqui apresentar situações que estão a surgir no Bairro. -----

----- Está aí o Sr. Vereador Vasco Franco, que nos cedeu a loja em bruto, conforme estava, não podemos reclamar mais. Estivemos quase dois anos parados, porque não tínhamos verbas, e a nova administração da GEBALIS é que nos cedeu material para começarmos as obras. A seguir foi a Junta de Freguesia de Marvila, a quem a Associação de Moradores muito tem que agradecer todo o apoio que nos tem dado. --

----- Há uma carta a circular dentro das instalações da GEBALIS, em que querem destituir a Associação de Moradores do Bairro Marquês de Abrantes. É de lamentar e espero que isso não vá em frente, nem pode ir, porque as únicas pessoas a dar destituição à Associação de Moradores serão os seus dirigentes. -----

----- Mais uma vez vimos apoiar a Srª. Vereadora Helena Lopes da Costa, pelo trabalho que está a desenvolver, tentando receber as rendas que estão em atraso. Todos nós pagamos as nossas rendas, somos condóminos da Câmara e, pobres ou ricos, todos têm que contribuir com as suas rendas. O Município precisa das verbas para poder fazer obras. -----

----- Quanto aos realojamentos, a Associação de Moradores está de acordo com isso, porque há pessoas que têm agregados familiares a mais e que precisam de ser realojados, porque não podem estar a viver dentro de um quarto 3 e 4 pessoas. -----

----- Tenho que agradecer à Câmara Municipal de Lisboa, à Senhora Vereadora, à Junta de Freguesia e ao Sr. Presidente da GEBALIS todo o apoio que nos têm dado. Esperamos que nos continuem a dar, para que possamos levar as nossas instalações até ao fim e para que possamos ser representados dentro do Bairro como temos estado a ser até aqui. ” -----

----- **O Sr. João Carlos Beça Antunes**, Rua Maria Carlota, nº10, 3ºB, 1750-174 Lisboa, em representação da Associação de Moradores do Bairro da Cruz Vermelha, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ A associação de Moradores do Bairro da Cruz Vermelha esteve presente nesta Assembleia Municipal no dia 23 de Abril de 2002, para sensibilizar e fazer uma radiografia dos problemas que afectavam na altura os moradores. Um dos problemas era o realojamento e foi uma das questões levantadas na altura. Neste momento o problema está resolvido e as famílias que viviam nas 200 barracas e nos edifícios da Rua Maria Carlota, nºs 1, 3, 5 e 7, têm agora melhor qualidade de vida, tendo a Vereação da Habitação da CML atendido a muitos dos pedidos de desdobramento das famílias. -----

----- Equipamentos, foi outra questão levantada. Nessa altura as crianças e adolescentes não tinham um local para brincar. Foi já construído um parque infantil e

está prestes a ser construído um campo de futebol de cinco. Posso afirmar que esta situação está resolvida. -----

----- Espaços verdes, outra questão levantada na altura, não havia nenhum espaço verde no nosso Bairro. Neste momento, toda a zona do PER 1, 2 e 3 encontra-se arranjada, havendo agora melhor equilíbrio entre a zona urbana e os espaços verdes. -

----- Registamos também um esforço por parte da GEBALIS em resolver o problema das dívidas das rendas e, em muitos casos, conseguem resolvê-los por mútuo acordo.

----- Registámos também por parte da GEBALIS a entrega de frutas e legumes às famílias carenciadas, bem como o apoio por parte da GEBALIS a muitos dos eventos realizados no nosso Bairro. -----

----- Por isto e por muito mais, vem hoje a Associação de Moradores do Bairro da Cruz Vermelha à Assembleia Municipal agradecer à Vereação da Habitação e à GEBALIS todo o trabalho realizado no nosso Bairro. -----

----- Sr^a. Vereadora Helena Lopes da Costa, a Senhora está num bom caminho, um bem haja e o nosso muito obrigado. ” -----

----- **O Sr. Francisco Manuel Monteiro Gonçalves da Graça**, Rua Rainha D. Catarina, lote 8, 2^odt^o., 1500 Lisboa, representando a Associação de Moradores do Bairro da Boavista, fez a seguinte intervenção. -----

----- “ Estou aqui na qualidade de Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Boavista e queria começar por dirigir-me ao Sr. Presidente, Dr. Santana Lopes, em nome dos moradores. Agradecer-lhe a si e à sua Vereadora, Dr^a. Helena Lopes da Costa, a sensibilidade e o grande coração que demonstraram ter quando decidiram os casos de desdobramentos e transferências que há muitos anos estavam na gaveta. Casos de casas fechadas há 10 e 15 anos, que até árvores nasceram lá dentro. -----

----- Sr. Presidente, quero aqui dizer que desde 2002 foram feitos cerca de 21 desdobramentos, ajudando directamente 84 moradores. -----

----- Também no Executivo de V. Excelência foram concedidas 12 transferências, ajudando assim 48 moradores. -----

----- Ou seja, Sr. Presidente e Sr^a. Vereadora, graças a si e às medidas dos Senhores foram ajudadas 132 pessoas, desde Fevereiro de 2002 até Dezembro de 2003. Isto prova o vosso grande coração e por isso os moradores do Bairro da Boavista, que aqui represento, agradecem. -----

----- Parabéns pela forma como têm dialogado e resolvido os problemas das pessoas que merecem a vossa ajuda. -----

----- Foi falado no encontro de 17 associações no dia 3 a questão das rendas. Queria dizer que esta Associação está muito satisfeita com o rigor que o Sr. Presidente e a Sr^a. Vereadora têm tratado as questões das rendas. Nós sabíamos que havia gente que podia pagar e não pagava, enquanto os que têm mais dificuldades pagam a tempo e horas. -----

----- Queremos aqui deixar claro que deve ser feita justiça a quem não paga. Queremos deixar claro que quem faz acordos para pagar e não cumpre deve ir a tribunal. -----

----- Uma vez mais, os meus parabéns pelo rigor e a justiça que estão a impor com estas medidas pedagógicas e responsáveis. -----

----- Obrigado, Sr. Presidente Pedro Santana Lopes, por limpar o pulmão de Lisboa e estar a dar vida a Monsanto. Que eu me lembre, nunca vi uma limpeza como esta... ”

----- Nesta altura, o município, devido a alguma efervescência na sala, chamou a atenção do Senhor Presidente, tendo o Senhor Presidente pedido que continuasse a sua intervenção. -----

----- **O Município**, retomando a palavra, disse que “se reparam nas pessoas que batem palmas, também deviam reparar nos palhaços que estão ali” -----

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo o município, disse-lhe que não tinha o direito de insultar os Deputados Municipais e que, se repetisse, tirava-lhe a palavra. --

----- **O Município** disse que “estou aqui para ser respeitado”. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que tinha terminado o tempo do município para a intervenção e solicitou que entregasse na Mesa a intervenção escrita que tinha trazido consigo. -----

----- Seguidamente, chamou para intervir a Sra. D. Maria Luisa Campos Sousa Santos e pediu calma à Assembleia Municipal. -----

----- Respondendo a um aparte de um Deputado Municipal do Grupo Municipal do PSD, disse que “O Senhor Deputado é que não tem respeito nenhum pela Assembleia e não merece ser Deputado desta Assembleia, sou eu que lho digo com toda a clareza.” -----

----- Perante a persistência do Deputado Municipal Pedro Portugal, líder do Grupo Municipal do PSD, em protestar contra as palavras do Senhor Presidente dirigidas a um membro do seu Grupo, o Senhor Presidente disse que se estava no período de intervenção do público e não lhe podia dar agora a palavra, pelo que se deveria inscrever no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- Como o Deputado Municipal Pedro Portugal insistia, o Senhor Presidente interrompeu a reunião, convocando a Conferência de Representantes para reunir de imediato nas instalações da Assembleia Municipal. -----

----- Neste momento foi suspensa a reunião, eram 16h15m. -----

----- Retomada a reunião, eram 17h30m. -----

----- **O Senhor Presidente** referiu que a Conferência de Representantes tinha reunido, face aos incidentes gravíssimos que aconteceram na Assembleia Municipal, tendo deliberado, independentemente de continuar a análise da situação que foi criada e de outros antecedentes referidos nessa reunião, dar continuidade aos trabalhos se fossem asseguradas pelas lideranças das bancadas condições para essa continuação. -----

----- Independentemente de outras considerações que se pudessem ter e que se viessem a ter, o apelo da Conferência de Representantes e da Mesa era no sentido de que, a nível dos Grupos Municipais e da Mesa, houvesse o maior esforço para respeitar a dignidade da Assembleia, que não era uma RGA, não era um órgão qualquer e sim a Assembleia Municipal de Lisboa, com a representação e a representatividade que tinha, a especificidade que tinha e o direito a analisar, a discutir e a trabalhar em conjunto nas comissões, e também a intervir, mas sempre

com respeito, com dignidade, com assunção das posições políticas diferenciadas, com toda a força que entendesse e fosse necessária, mas com respeito pelo órgão, pela Mesa e por todos os Deputados Municipais. -----

----- Se assim fosse, se estivessem garantidas essas condições, iria dar continuidade à intervenção do público, passando-se depois ao Período de Antes da Ordem do Dia. ---

----- **A Sra. D. Maria Luisa Campos de Sousa Santos**, Av. dos Estados Unidos da América, nº24, 3ºdtº., Lisboa, em representação dos feirantes da Feira Popular, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ O assunto que me traz aqui hoje é a situação da Feira Popular de Lisboa. A angústia e a tristeza falaram mais alto e decidi dirigir-me a vós. -----

----- Meus senhores, estou na Feira Popular há mais de 42 anos e assisti nos últimos 5 anos ao declínio total e absoluto. A política de entradas, nomeadamente com o aumento dos bilhetes de ingresso para 2 euros, estrangulou o normal até então número de visitantes que se dirigiam à Feira Popular de Lisboa. -----

----- Essa angústia prolongou-se até à campanha autárquica de 2001, altura em que o actual Presidente da Câmara prometeu resolver o problema dos feirantes. No entanto, até hoje isso não passou de uma promessa. -----

----- Temos assistido nos últimos tempos a avanços e recuos, atrasos e indecisões, sem nunca nada nos ser explicado devidamente. No geral, os feirantes encontram-se numa situação de desespero e há feirantes que, devido a esse estrangulamento, não têm dinheiro hoje para comer. -----

----- Diga-me com sinceridade, Sr. Presidente, o que pretende fazer em relação aos feirantes da Feira Popular de Lisboa. -----

----- Bem haja a todos pela vossa compreensão. ” -----

----- **O Sr. José da Silva Moreira**, Rua Artur Duarte, lote 4, 9ºEsq., 1950-029 Lisboa, em representação da Associação de Moradores do Bairro dos Alfinetes e Salgadas, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Eu chamo-me José da Silva Moreira, sou Presidente da Associação de Moradores do Bairro dos Alfinetes e Salgadas e venho aqui apenas para dizer que o meu Bairro nesta altura está a melhorar, está-se a ver trabalho e obra. -----

----- Temos um problema que se vem a debater sobre a questão do desdobramento das habitações e que também está no bom caminho. -----

----- Eu não quero estar a demorar-vos muito, mas só queria dizer uma coisa, porque acho que é desagradável o que aqui se viu, seja de que partido for. Eu lamento isso. ”

----- **O Senhor Presidente**, terminado o período de intervenção do público, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente** informou que tinham sido apresentadas e estavam já distribuídas as Moções que a seguir se transcrevem: -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- “ O Professor Reis Pinto nasceu na Figueira da Foz, no dia 23 de Dezembro de 1925 e faleceu em Lisboa no dia 3 do mês em curso. -----

----- Professor de educação física, licenciado pelo I.N.E.F. (Instituto Nacional de Educação Física), praticou vários desportos, entre eles, ginástica, basquetebol, voleibol, futebol e remo. -----

----- Muitos dos residentes nesta Cidade foram alunos deste insigne professor de ginástica, primeiro no Lisboa Ginásio Clube e depois no Sporting Clube de Portugal, seu clube do coração, onde leccionou durante mais de 56 anos. -----

----- Grande impulsor da ginástica no seu clube, principalmente na era de Alvalade, quando da transferência das aulas no único ginásio existente na Rua do Passadiço, para os mais de 10 existentes no demolido Estádio José de Alvalade e a funcionarem mais de doze horas por dia. -----

----- A ele se deve a realização das Sportinguíadas, tanto Nacionais como Internacionais e da XII Gymnaestrada Mundial, evento que Lisboa acolheu entre 20 e 26 de Junho de 2003 e que a nossa Edilidade patrocinou, juntando quase 25 mil atletas de 52 países. -----

----- Desempenhou diversos cargos oficiais, entre eles, Coordenador Nacional do Desporto Escolar (1976 e 1977); nomeado representante do Ministério da Educação junto do Comité Inter-Governamental da UNESCO em Paris e no Conselho de Europa em Estrasburgo (1977); Subdirector Geral dos Desportos (1977 a 1979); Director Geral dos Desportos (1979 a 1981); colaborou como assessor do Snr. Vereador do Desporto na Câmara Municipal de Lisboa (1981 e 1982); vogal do Conselho Directivo do Sporting Clube de Portugal; Presidente da Federação Portuguesa de Ginástica (1996 a 2004); Director Técnico Nacional de Ginástica Geral; Membro do Comité Técnico de Ginástica Geral da F.I.G (Federação Internacional de Ginástica) e da U.E.G. (União Europeia de Ginástica). -----

----- Foi preparador físico da equipa de futebol do Sporting Clube de Portugal que venceu a Taça Europeia dos Vencedoras das Taças (1964), organizado pela UEFA, o campeonato Nacional de 1962 e a Taça de Portugal de 1963. Foi condecorado com a Medalha de Mérito Desportivo (1982), Comendador da Ordem do Infante (1982), Medalha "Reconhecimento" da U.E.G. (União Europeia de Ginástica) (1993), Medalha "Mérito e Bons Serviços" (1973), Sócio de Mérito (1982) e Colar "Valor, Mérito e Bons Serviços" (1995), estas três últimas distinções da F.P.G. (Federação Portuguesa de Ginástica). Distinguido com o "Leão de Ouro" pelo Sporting Clube de Portugal (1978).- -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida na Sessão Extraordinária de 6 de Abril de 2004, delibera: -----

- 1. Apresentar as suas condolências à família enlutada; -----
 - 2. Distinguir a Título Póstumo com a Medalha de Ouro da Cidade; -----
 - 3. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, a atribuição do nome do "PROFESSOR REIS PINTO" a uma artéria da nossa cidade, se possível num dos futuros arruamentos a construir junto do Estádio José Alvalade. ” -----
- (Subscrita pelo Deputado Municipal Nelson Antunes, do PSD) -----

MOCÃO NÚMERO DOIS

----- “ O Primeiro Ministro anunciou recentemente na Assembleia da República a intenção do Governo de privatizar um conjunto de empresas/sectores públicos, de que se destacam: a venda de mais capital da EDP, a Companhia das Lezírias (20.000 hectares da melhor terra produtiva agrícola do País), a Rede Eléctrica Nacional, as

Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (empresa com recursos humanos altamente qualificados, elevada capacidade tecnológica e mercado assegurado) e uma nova fase de privatização da GALP. -----

----- A entrega destas importantes e estratégicas empresas ao sector privado é um grave atentado ao interesse nacional. -----

----- Mas a lógica privatizadora vai mais longe, avançando agora o Governo a intenção de privatizar a EPAL e outras partes do sector da água, decisão que interessa e reporta directamente à cidade de Lisboa e à sua população. -----

----- A decisão de privatizar sectores essenciais à satisfação das necessidades básicas dos cidadãos não constitui factor de modernização da economia, é claramente contrária ao desenvolvimento e ao progresso, e é mais um exemplo de que a política deste Governo mais não visa do que a satisfação dos interesses do grande capital. -----

----- São conhecidos os resultados de sectores onde já houve privatizações: aumento de preços dos bens fornecidos, degradação da qualidade do serviço prestado. A água é um recurso fundamental para o nosso futuro colectivo e, se é um facto que se verifica uma crescente sensibilidade nas populações para a sua importância e disponibilidade para a protecção e poupança deste recurso, também não poderemos deixar de reflectir sobre as nossas responsabilidades para com as gerações vindouras, o que implica uma atitude cada vez mais atenta e participativa na exigência de uma política da água que sirva os interesses da população. -----

----- Ora, tal política não se coaduna com a privatização. A gestão da água tem de ser assumida como a gestão de um património comum, que não pode ser alvo de lógicas economicistas de curto prazo. -----

----- Face ao exposto os deputados do Partido Comunista Português propõem à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 6 de Abril de 2004 que decida: -----

----- Apresentar junto do Governo um protesto contra a intenção de privatizar a EPAL, situação que, a concretizar-se, certamente iria agravar ainda mais a qualidade de vida da população de Lisboa. -----

----- Publicar esta Moção nos Órgãos de Comunicação Social. ” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- “ Considerando que: -----

----- No próximo dia 25 de Abril de 2004 se comemoram 30 anos sobre a data histórica em que o Povo Português derrubou a ditadura em Portugal; -----

----- Os acontecimentos do 25 de Abril de 1974 são o resultado de décadas de luta pela democracia; -----

----- Durante 48 anos de ditadura, milhares de homens e mulheres levaram a cabo uma luta corajosa, persistente e diária, plena de sacrifícios, privações e pressões, em nome da Democracia, da Liberdade e dos Direitos do Povo Português, pondo em risco as suas próprias vidas; -----

----- Declarações recentes de alguns governantes sobre a Constituição da República são preocupantes para a continuação do regime democrático; -----

----- Trinta anos após a revolução de abril, os trabalhadores vêm cada vez com maior preocupação o seu futuro; -----
----- O galopante aumento do desemprego, o encerramento de empresas e outras medidas de restrições das liberdades, são hoje uma evidencia. -----
----- Os objectivos de Liberdade, Democracia e Progresso que o espírito do 25 de Abril trouxe consigo, se devem continuar a efectivar e aprofundar na actualidade, nomeadamente, no que diz respeito às conquistas sociais e direitos de cidadania, então consagrados. -----
----- O Grupo de Deputados Municipais do Partido Comunista Português propõe: -----
----- Que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 6 de Abril de 2004, delibera: -----
----- Congratular-se com a passagem dos 30 anos do 25 de Abril e saudar todas as vítimas da PIDE e da repressão, os democratas e antifascistas, os militares e muito particularmente o povo de Lisboa, que com as suas acções e determinação contribuíram para que em 25 de Abril de 1974 se iniciasse um processo democrático em Portugal. -----
----- Rejeitar quaisquer atitudes contrárias ao espírito do 25 de Abril e apelar à continuação do aprofundamento do processo democrático conquistado com a revolução de 25 de Abril de 1974. -----
----- Apelar à participação do povo de Lisboa nas comemorações e no desfile de dia 25 de Abril de 2004. -----
----- Saudar todos aqueles que de algum modo contribuíram para a concretização da revolução de Abril. ” -----
----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “ Os trabalhadores portugueses e aqueles que não o sendo aqui vivem, aqui trabalham e aqui partilham o melhor de si, estão confrontados com a mais vasta ofensiva, desencadeada após o 25 de Abril, de forma global e articulada, pelo Governo PSD/PP e grande patronato, contra conquistas e direitos fundamentais alcançados com árduas lutas e muitos sacrifícios de várias gerações. -----
----- A desaceleração do crescimento económico, o aumento do desemprego, a precariedade de emprego, a injustiça fiscal, a escalada dos preços e as restrições na política salarial têm consequências extremamente penalizadoras para quem trabalha e para as populações mais desfavorecidas. -----
----- Regista-se quebra no crescimento devido à falta de dinamismo na procura interna e à redução constante dos salários. O Governo continua a agravar esta política em 2004. Os aumentos decididos pelo Governo traduzem-se num empobrecimento de uma parte significativa da população portuguesa, incluindo trabalhadores e pensionistas vulneráveis à pobreza, dados os baixos rendimentos que auferem. A manutenção desta política traduz-se na perda do poder de compra dos salários que constitui uma grande injustiça no que respeita à justa distribuição da riqueza. -----
----- A lista de medidas que o Governo PSD/PP tem apostado em prosseguir nesta política com consequências fortemente negativas para as populações, é longa, e há em todas elas a marca da injustiça mais profunda. Assim acontece com: -----

----- A contínua e apressada venda e privatizações de serviços e bens públicos; -----

----- A transferência do Estado para os cidadãos dos custos de saúde e doutros serviços públicos; -----

----- O pacote laboral que nada tem a ver com o aumento de produtividade e da competitividade da economia portuguesa, visa deixar os trabalhadores mais desprotegidos, baixar o custo da mão-de-obra e dar mais poder às entidades patronais;

----- A redução nos subsídios de doença; -----

----- A redução nos subsídios do desemprego como já se alude; -----

----- A liberalização e conseqüente aumento do preço dos combustíveis; -----

----- Os aumentos dos bens de primeira necessidade dos cidadãos da alimentação aos transportes, à saúde, educação, habitação, etc.; -----

----- Seguindo a mesma política, também Câmara faz opções. que refutamos, isto é de não pagar os salários aos seus trabalhadores. Há mais de uma centena de trabalhadores que continuam com os seus salários em atraso. São assistentes administrativos, técnicos superiores e pessoal auxiliar, que se encontram em regime de prestação de serviços. O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML) tem, constantemente chamado à atenção da descoordenação existente entre os diversos departamentos onde estes funcionários prestam serviços e as Finanças, a quem cabe autorizar os pagamentos, e exige que a Câmara. assuma as suas responsabilidades. Não podem ser os trabalhadores a pagarem a factura desta descoordenação. -----

----- Em suma, esta política visa antes de mais priorizar a economia em detrimento da dignidade da pessoa, colocando em causa os seus direitos enquanto tal, acentuando-se a cada momento a regressão social, deixando apenas espaço para funções assistencialistas. -----

----- Como se pode falar em direitos humanos quando o direito ao trabalho fica em causa? Vejamos o constante encerramento de empresas a que se assiste, como por exemplo, a Bombardier-Sorefame; a luta incessante dos seus trabalhadores pela manutenção dos postos de trabalho. Contudo a manutenção constante de grandes lucros e a especulação imobiliária parecem "falar" mais alto. -----

----- Face a esta situação, o Grupo de Deputados Municipais do Partido Comunista Português, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 6 de Abril de 2004, decida: -----

----- 1. Reafirmar a necessidade de políticas que contrariem o processo de regressão social em curso e que passa pela alteração da matriz vigente assente nos baixos salários, muita precariedade, desvalorização da mão-de-obra e desrespeito pelos direitos constitucionalmente consagrados; -----

----- 2. Dizer não, ao aumento do custo de vida pago sempre pelos mesmos e que menos têm; -----

----- 3. Repudiar a atitude da Câmara Municipal de Lisboa e exigir à mesma o imediato pagamento dos salários em atraso aos seus trabalhadores; -----

----- 4. Exigir que o Governo assuma a sua responsabilidade na manutenção duma empresa estratégica para a economia nacional, a Bombardier-Sorefame; -----

----- 5. Realçar a participação dos trabalhadores e da população nas iniciativas do trigésimo aniversário do 25 de Abril e do 1º de Maio face à situação social, política e económica vigente; -----

----- 6. Dar conhecimento desta moção à Câmara Municipal de Lisboa e aos órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo; -----

----- 7. Proceder à divulgação desta moção através dos meios ao serviço do Município, de dois jornais de âmbito nacional e dos órgãos de comunicação social em geral. ” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO CINCO** -----

----- “ Os trabalhadores do Parque das Nações, no passado dia 16 de Março, aqui na Assembleia, manifestaram, mais uma vez a sua forte preocupação com a situação de instabilidade que vivem no quotidiano relativamente aos seus postos de trabalho. -----

----- Lembraram que o Parque das Nações, hoje, constitui: -----

----- uma zona moderna com espaços de qualidade; -----

----- a maior zona pedonal da cidade; -----

----- o único local que adere 365 dias por ano, ao dia europeu sem carros; -----

----- um local visitado por milhares de pessoas de todas as nacionalidades; -----

----- um espaço de zona verde junto ao Tejo; -----

----- um local privilegiado para a realização de grandes eventos, -----

----- um espaço de agradável animação nocturna. -----

----- É bom recordar que tudo isto é possível devido ao empenhamento daqueles trabalhadores que zelam pela qualidade do espaço. Não é justo que o reconhecimento deste empenhamento resulte em vários tipos de pressão para a rescisão dos seus contratos de trabalho. Foi graças à sua luta e ao apoio do seu sindicato (CESP) que passaram para o quadro da empresa. -----

----- Independentemente da mudança de objectivos da empresa e da alteração da sua gestão, os trabalhadores têm todo o direito aos seus postos de trabalho. E com eles, como estão provas dadas, Lisboa ganha em qualidade. -----

----- O Presidente da República chamou, recentemente, à atenção para a necessidade de uma maior estabilidade na gestão daquela área da cidade para que este espaço de qualidade se projecte e não se degrade. -----

----- Os trabalhadores do Parque das Nações exigem, por isso, a clarificação da situação que passa pelo seguinte: -----

----- saber qual o futuro do Parque das Nações; -----

----- se o planeamento da cidade tem ou não em conta o ser humano que nele habita e trabalha; -----

----- como se garante o respeito pelos direitos dos trabalhadores que vivem numa preocupação constante. -----

----- Face a esta situação, o Grupo de Deputados Municipais do Partido Comunista Português, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 6 de Abril de 2004, decida: -----

----- I - clarificar urgentemente todo o processo de instabilidade profissional e do vínculo que envolve os trabalhadores do Parque das Nações; -----

----- 2- que os trabalhadores, através das suas organizações sejam ouvidos; -----

----- 3- que as decisões sejam céleres e que preservem a qualidade do Parque das Nações;

----- 4- dar conhecimento desta moção à Câmara Municipal de Lisboa e aos órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo; -----

----- 5- Proceder à divulgação desta moção através dos meios ao serviço do Município, de dois jornais de âmbito nacional e dos órgãos de comunicação social em geral. ” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO SEIS** -----

----- Moção / Recomendação -----

----- “ Informação em tempo real ao passageiro no Metropolitano de Lisboa -----

----- A garantia da mobilidade e da eficiência das soluções de transportes é uma condição fundamental da qualidade de vida e da competitividade dos territórios. Face às externalidades negativas associadas ao Transporte Individual (impactos na saúde pública e alterações climáticas, congestionamento e ocupação do espaço, custos económicos e energéticos, entre outros) é hoje um dado adquirido a necessidade de assegurar uma oferta apelativa e de qualidade dos Transportes Colectivos capazes de ganhar passageiros e minimizar os custos do automóvel. -----

----- As autarquias têm assumido crescentemente um papel aos diferentes níveis (de sensibilização em iniciativas como a semana da mobilidade, na gestão do tráfego, na valorização do espaço público e na criação de áreas pedestres, nas infra-estruturas de transportes como paragens e interfaces, na promoção da articulação entre operadores e a oferta, ou mesmo pela prestação directa de serviços de transportes, etc) na procura de soluções de transportes e mobilidade sustentável. O Município de Lisboa tem igualmente afirmado esse propósito. -----

----- Pese os muito significativos investimentos feitos nas infra-estruturas de transportes e as profundas transformações ocorridas a esse nível na Área Metropolitana de Lisboa e na própria cidade, em paralelo, entre 1988 e 2002, o Metro e a Carris no seu conjunto terão perdido cerca de 80 milhões de passageiros, sendo que nesse período o Metro ganhou mais de 40 milhões. -----

----- Tal facto não será alheio às mudanças significativas registadas ao nível da rede de metropolitano, passando de uma linha bifurcada para 4 linhas com as respectivas estações de correspondência. Para além desta expansão, foram desenvolvidos imprescindíveis interfaces quer com o caminho de ferro (rede suburbana e nacional) quer com a oferta rodoviária e fluvial. Todo este processo foi acompanhado de uma intervenção qualificadora das estações da rede. -----

----- Entretanto, diversos estudos confirmam como factores decisivos na opção sobre o modo de transportes adoptado por cada um, para além dos aspectos directamente

relacionados com a oferta (horários e frequências, interfaces e articulação das diferentes ofertas, bilhética, etc), também o conforto, a segurança e a impaciência associada ao desconhecimento e impossibilidade de interferência e alteração do percurso e horário do transporte colectivo. -----

----- O avanço tecnológico disponibiliza já hoje diversas soluções que permitem dar resposta ou minimizar tais condicionalismos: os designados Serviços e Sistemas Inteligentes de Transportes (ITS). Entre estes verifica-se a tendência para a implementação de aplicações para a disponibilização de informação em tempo real ao passageiro sobre os tempos de espera e de percurso. -----

----- Mesmo em operadores rodoviários (como a Carris e a Rodoviária de Lisboa), nos quais essa informação obrigou a esforços acrescidos em equipamentos de localização e de comunicações (nas viaturas e nas paragens) para além do próprio processamento de dados, tais projectos encontram-se já em fase adiantada de concretização. -----

----- O Metro tem já todas as condições (painéis informativos nas paragens e nas carruagens, controlo da localização e monitorização de cada comboio, conhecimento do tempo real de cada percurso) para prestar essa informação, sobre os tempos de espera e de percurso, na estação, bem como na carruagem. -----

----- Pelo que não há nenhuma razão para que não seja disponibilizada essa informação ao passageiro contribuindo para a minimização de factores de stress e impaciência. -----

----- Os eleitos em representação do Partido Ecologista “Os Verdes” propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere no sentido de: -----

----- Reafirmar o seu empenho na melhoria, qualidade, eficiência e atractividade dos serviços de transportes colectivos, dando desta deliberação conhecimento ao Metropolitano de Lisboa e à Carris; -----

----- Recomendar à Câmara Municipal que diligencie junto do Metropolitano de Lisboa no sentido deste tomar as medidas necessárias com vista à disponibilização, no mais curto espaço de tempo possível, de informação em tempo real ao passageiro sobre os tempos de espera (e eventualmente de percurso), desde logo nas paragens, mas também tendencialmente nas carruagens. ” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PEV) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SETE** -----

----- “ Considerando que: -----

----- 1. O actual Parque Florestal de Monsanto, com uma área de cerca de 1000 ha, constitui um importante elemento do desenho da estrutura ecológica da Área Metropolitana de Lisboa; -----

----- 2. A protecção de um espaço natural como o de Monsanto, com reconhecido interesse paisagístico e ambiental, contra todas as formas de degradação, nomeadamente perante a forte pressão exercida pelos interesses que não reconhecem na necessidade de manutenção dos equilíbrios ecológicos um limite à desmesurada expansão urbana e construtiva; -----

----- 3. O Parque de Monsanto, resultante da interacção que se pretende harmoniosa entre a actividade humana e a natureza, evidencia acrescido valor estético e natural

num contexto urbano-metropolitano de graves conflitos entre usos do solo incompatíveis, sobre-exploração de recursos e défice de qualidade de vida; -----

----- 4. Os anunciados projectos de implantação, em Monsanto, de diversos equipamentos urbanos e desportivos, como a feira popular ou o hipódromo, resultariam em graves prejuízos para a principal mancha verde da Cidade; -----

----- 5. Devem ser adoptadas medidas que, a nível regional e local, permitam a requalificação e uma gestão flexível e eficaz da área de Monsanto, que garantam a fixação dos elementos morfológicos estruturantes, a manutenção de uma escala de sobrevivência e diversidade ecológica e a valorização das características de paisagem natural e seminatural do Parque. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 6 de Abril de 2004, decida: -----

----- Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a elaboração de uma proposta ao Senhor Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente para classificação como Área Protegida do espaço actualmente abrangido pelo Parque Florestal de Monsanto, nos termos previstos pela Lei de Bases do Ambiente e pelo Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro. ” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO OITO** -----

----- ATRIBUIÇÃO DO NOME " MÁRIO MONIZ PEREIRA" AO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMÕES -----

----- “ Considerando que: -----

----- 1. Na sua reunião de 12 de Janeiro de 2004, a Assembleia de Escola decidiu, por unanimidade, colocar à consideração da comunidade educativa uma proposta de atribuição do nome do Professor Mário Moniz Pereira ao Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária de Camões; -----

----- 2. No dia 1 de Abril de 2004 e após a auscultação à comunidade escolar, a Assembleia de Escola ratificou por unanimidade a atribuição do nome de Mário Moniz Pereira ao Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária de Camões; -----

----- 3. O Professor Mário Moniz Pereira, figura do maior destaque no desporto português, universalmente reconhecido como fundador de uma das melhores escolas do mundo nas disciplinas de atletismo de fundo e meio-fundo, escola que conduziu os atletas portugueses aos mais altos galardões do desporto mundial, foi aluno do Liceu de Camões e sempre fez questão de publicamente declarar a sua passagem por esta escola como uma componente decisiva da sua formação como homem, cidadão e desportista; -----

----- 4. O Prof. Moniz Pereira em todos as ocasiões se mostrou disponível para colaborar com a sua antiga escola, honrando-a com a sua presença sempre que convidado, prodigalizando-lhe os seus ricos e multifacetados talentos – além de desportista eclético e treinador, o professor é músico, compositor, admirável narrador e conversador; -----

----- 5. Ainda recentemente, numa homenagem que a RTP resolveu prestar-lhe, essa ligação e reconhecimento ao Liceu Camões ficou amplamente demonstrada; -----

----- 6. Parece ser chegada a hora da Escola Secundária de Camões, por onde passaram muitas ilustres personalidades deste país, testemunhar ao professor Moniz Pereira o quanto se sente honrada por poder contá-lo entre os seus mais insignes antigos alunos de todos os tempos. Neste contexto, a atribuição do nome do Prof. Mário Moniz Pereira ao Pavilhão Gimnodesportivo, edificado num local onde, nos anos trinta do século passado, o professor ajudara pessoalmente a construir um ringue de patinagem, parece ser uma decisão de elementar justiça, a expressão dum merecidíssimo reconhecimento e agradecimento. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 6 de Abril de 2004, decida: -----

----- Associar-se a esta iniciativa em nome da cidade de Lisboa. ” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO NOVE** -----

----- “ Considerando: -----

----- 1. Os desenvolvimentos, publicamente conhecidos, relacionados com a intenção governamental de vir a edificar a chamada Cidade Judiciária em Caxias, no Município de Oeiras; -----

----- 2. Que a Assembleia Municipal de Lisboa não tem qualquer informação sobre os motivos que presidem a esse desígnio do Governo de deslocalizar para fora de Lisboa um tão significativo conjunto de serviços judiciais, com óbvios prejuízos para a Cidade; -----

----- 3. Que a referida medida do Governo tenderá a agravar o já grave processo de perda de população de Lisboa para os municípios limítrofes. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 6 de Abril de 2004, decida: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa informação esclarecedora sobre a publicamente anunciada medida de retirada de Lisboa dos serviços judiciais a instalar na chamada Cidade Judiciária. -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZ** -----

----- “ A cidade de Lisboa, os que vivem e nela trabalham, os utentes da Carris, estão de novo confrontados, com mais cortes na oferta de serviço público de transporte nas carreiras de autocarros e eléctricos que servem a nossa cidade, que lhe vêm provocar novos e maiores problemas nas suas deslocações diárias e agravar a já difícil mobilidade com que se debatem. -----

----- À cidade de Lisboa, foram-lhe reduzidos entre Dezembro de 2002 e Março de 2004 reduzidos 126 serviços de autocarros e 11 de eléctricos, esta é a verdadeira face da chamada reestruturação que vem sendo desenvolvida pelo Conselho de administração da Carris com a cobertura do ministério dos transportes, e com a passividade da Câmara de Lisboa, e que tem como resultado deixar a população sem transporte e como consequência empurra os as populações e os utentes para o transporte individual. -----

----- Mas como se isto, não fosse já bastante grave a situação irá ser agravada já no mês de Abril com as seguintes alterações á oferta que constituem de facto novas e graves reduções. -----

----- 1. Eliminação aos sábados e domingos da carreira 115, e 19. -----

----- 2. Eliminação total das carreiras 101,112. -----

----- 3. Encurtamento das carreiras 31,47,55. -----

----- 4. Alteração radical do percurso das carreiras 51, 1. -----

----- 5. Alteração no horário da carreiras 65, 19, que passam a funcionar só às horas de ponta. -----

----- Considerando que política de oferta de transportes público que vem sendo seguida pelos diferentes Conselhos de Administração com o apoio de sucessivos governos, é responsável pelo não fornecimento do serviço público que as populações e utentes necessitam e têm direito, e pelos problemas financeiros com que a empresa se debate. -----

----- Considerando que esta política de redução da oferta é contrária ao desenvolvimento sustentado da Cidade de Lisboa. -----

----- Considerando, assim, que tudo o que o actual Governo e CA pretendem é de facto: negar aos utentes e à população de Lisboa o direito à mobilidade, à prestação de um serviço público de qualidade, despedir trabalhadores, baixar salários, retirar direitos adquiridos, negar direitos às futuras gerações de trabalhadores, poderem vir a "libertar" terrenos para eventuais negociatas; pretendem igualmente, levar a cabo novos ataques aos direitos dos utentes, nomeadamente os passes sociais intermodais. -----

----- Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 06/04/04 delibera: -----

----- 1. Exigir do Governo do PSD/CDS-PP a paragem desta ofensiva e a reposição do serviço público de transporte na cidade que lhe tem sido retirado nos últimos anos com as constantes alterações na oferta verificadas, quer no número de veículos que circulam nas diferentes carreiras, aumentando o período de espera dos utentes; alterações de percursos e encurtamento de carreiras e que deixam algumas zonas da cidade e da periferia sujeitas ao isolamento partir de determinadas horas ou aos fins de semana. -----

----- 2. Reclamar a elaboração de um plano de acção de curto e médio prazo que reponha a oferta de serviço Público de Transporte na cidade de Lisboa que adapte a oferta da rede da Carris às alterações entretanto verificadas na procura, e no sistema de transportes públicos da cidade e periferia que carecemos e temos direito. -----

----- 3. Exigem que para a elaboração desse plano sejam ouvidas as autarquias locais, os utentes e os trabalhadores da empresa através dos seus representantes. -----

----- 4. Que esta moção seja enviada às seguintes entidades: Assembleia da República, Grupos Parlamentares e Comissões Especificas das Obras Públicas Transportes e Comunicações e do Trabalho e Assuntos Sociais da AR, ao Sr . 1.º Ministro e ao Sr. Presidente da Republica. -----

----- 5. Que seja enviada para conhecimento e divulgação aos Órgãos Representativos dos trabalhadores da Carris e às Juntas e Assembleias de Freguesia da cidade de Lisboa. -----

----- 6. Que esta Moção seja publicada, em dois Jornais diários de grande circulação e divulgada junto dos restantes Órgãos de Comunicação Social. ” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO ONZE** -----

----- **REFORÇO DE VERBAS PARA OS PROTOCOLOS** -----

----- “ Considerando que aquando da aprovação do Orçamento para 2004 na Assembleia Municipal foi aprovado que seria introduzido um reforço de um milhão de euros na dotação para as transferências para as Juntas de Freguesia. -----

----- Considerando que na mesma deliberação ficou também estabelecido que a dotação das verbas para os Protocolos de Delegação de Competências seria reforçada com um milhão de euros. -----

----- Considerando que as Juntas de Freguesia começaram a receber as indicações de que as verbas constantes dos Protocolos de Delegação de Competências irão começar a ser transferidas, com um reforço de 2,5%. -----

----- Considerando que ainda não houve conhecimento da distribuição pelas Juntas de Freguesia daqueles reforços das dotações. -----

----- Considerando que não foram ainda celebrados Protocolos de Delegação de Competências para a realização de obras em habitações particulares. -----

----- Os Deputados Municipais do PS propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa hoje reunida delibere: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que apresente na AML a discriminação das verbas e respectivas fórmulas, dos reforços da dotação nas transferências para as Juntas de Freguesia para o FFF e para o reforço dos Protocolos de Delegação de Competências; -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que celebre urgentemente os Aditamentos ao Protocolo de Delegação de Competências que permitam às Juntas de Freguesia a realização de obras em habitações particulares. ” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOZE** -----

----- **EM DEFESA DO AQUEDUTO DAS ÁGUAS LIVRES** -----

----- “ Considerando que o projecto do Instituto de Estradas de Portugal (IEP) para o lançamento da Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL) em Santa Cruz de Benfica prevê a destruição de dois troços subterrâneos do Aqueduto das Águas Livres. -----

----- Considerando que é possível a concretização daquela importante infra-estrutura viária sem destruir um património que está para se candidatar a património mundial. -

----- Considerando que para a sua candidatura é absolutamente fundamental assegurar a preservação na íntegra. -----

----- Considerando que é um dever e um acto de cultura defender a integridade do magnífico Aqueduto das Águas Livres. -----

----- Os Deputados Municipais do PS propõem que a Assembleia Municipal de

Lisboa, delibere: -----

----- 1. Manifestar ao Instituto de Estradas de Portugal (IEP) a veemente oposição à destruição de dois troços subterrâneos do Aqueduto das Águas Livres, em Santa Cruz de Benfica; -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que também se oponha àquela destruição; -----

----- 3. Publicar esta Moção em dois jornais diários. ” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO TREZE** -----

----- **CONTRA A REDUÇÃO DAS CARREIRAS DA CARRIS** -----

----- “ Considerando as alterações que a Carris introduziu, a partir do dia 1 do corrente, com a supressão de carreiras e a alteração de percursos e horários de outras carreiras. -----

----- Considerando que a Carris anunciou que estas alterações se inserem no projecto de reestruturação em curso e visam "racionalizar a oferta, porque "a Carris tem vindo a perder muitos clientes". -----

----- Considerando que as alterações se traduzem por urna redução na oferta dos serviços prestados, o que certamente contribuirá para que a Carris continue a. perder clientes. -----

----- Considerando que é absolutamente inaceitável. que todas estas alterações se traduzam por menos carreiras colocadas à disposição dos clientes, conto se comprova pela supressão na Carreira 18, do eléctrico das 05.10h, das 05.26h e das 05.38 que são «Substituídos» pelo eléctrico que parte da Ajuda às 05.55h. -----

----- Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa deu o seu assentimento para que estas alterações entrassem em vigor. -----

----- Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa. pode impedir estas alterações que prejudicam e dificultam a mobilidade em Lisboa, contribuindo para que os lisboetas não passem a utilizar, cada vez. mais, os Transportes Públicos. -----

----- Os Deputados Municipais do PS propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida delibere: -----

----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que reveja as autorizações que concedeu para a supressão, sem alternativas, de várias carreiras da Carris: -----

----- 2. Recomendar à CML que não permita a supressão da Carreira 18 do Eléctrico, aos Sábados à tarde, domingos e Feriados e que, pelo contrário, seja reposta a Carreira na plenitude do seu percurso, ou seja sem estar reduzida a Ajuda - Santo Amaro; -----

----- 3. Recomendar à Carris que reveja os seus critérios de alterações, para que não continue a prejudicar, sobretudo, os utentes que não têm transportes alternativos, devendo apostar no reforço da oferta e no prolongamento dos Horários, nas zonas da cidade que não dispõem de outros transportes: -----

----- 4. Solicitar uma reunião da Assembleia Municipal com a Administração da Carris; -----

----- 5. Publicar esta Moção em dois jornais diários. ” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PS) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO CATORZE** -----

----- Passe Social Inter – Modal -----

----- “ Considerando que: -----

----- Em 1976 o Governo promoveu a alteração do Regulamento dos Transportes em automóvel com vista à criação do passe social para todas as carreiras interurbanas; Esta medida assentava na preocupação de estender a todos os modos de transporte, sistemas tarifários mais favoráveis por forma a proteger os interesses dos utentes habituais nas deslocações domicílio - trabalho e domicílio - escola; Passados quase 28 anos sobre a sua criação pode afirmar-se que o passe social inter - modal aumentou a mobilidade da população e constitui um importante factor de justiça e coesão social, dado que se transformou no título de transporte mais utilizado pela população da Região de Lisboa nas suas deslocações pendulares; Iguamente, tornou-se um dos pilares essenciais do serviço público de transportes colectivos públicos e privados; ---

----- A sua utilidade ganhou ainda mais relevância com as alterações verificadas nas últimas duas décadas ao nível do crescimento e expansão da malha urbana com o conseqüente e progressivo afastamento, entre a habitação e o local de emprego e estudo; -----

----- É inquestionável a função do transporte colectivo como componente essencial do processo económico e social. Do mesmo modo, como componente de um espaço público ambientalmente mais saudável e de um desenvolvimento mais sustentado. ---

----- E tendo em atenção, que sendo um dos pilares do serviço público de transportes a utilização do passe social inter-modal deve ser incentivada e promovida. -----

----- É com grande preocupação que temos vindo a assistir às dificuldades do actual Governo em alcançar um acordo com as empresas privadas de transportes colectivos tendo em vista a manutenção da sua utilização. -----

----- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob proposta do Grupo Municipal do PS, considerando que a inexistência de um acordo entre o Governo e as empresas privadas de transportes colectivos: -----

----- Acabará com a eficácia do passe social inter - modal; -----

----- Prejudicará, de um modo dramático, social e economicamente a população da Região de Lisboa, constituindo mais um agravamento para o custo de vida; -----

----- Incentivará, ainda mais, a utilização do transporte individual com graves conseqüências para a qualidade de vida da Região e da Cidade de Lisboa; -----

----- Delibera: -----

- 1. Manifestar a sua grande preocupação sobre a actuação do Governo, que poderá conduzir a uma situação muito grave do ponto de vista social, económico e ambiental, com mais um agravamento para o custo de vida, a acrescer aos aumentos, superiores à inflação, que já ocorreram este ano; -----
- 2. Exigir da Câmara Municipal de Lisboa explicações sobre as posições que já tomou, ou não, sobre esta matéria junto do Governo; -----
- 3. Exigir da Câmara Municipal de Lisboa uma posição pública em defesa da manutenção do passe inter-modal; -----

----- 4. Divulgar esta moção junto das empresas de transportes, públicas e privadas, que operam na Região de Lisboa; -----

----- 5. Publicar esta moção em dois jornais de âmbito nacional. ” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUINZE** -----

----- “Considerando que: -----

----- As obras de construção do Túnel das Amoreiras se continuam a desenvolver sem que esta Assembleia Municipal tenha acesso a toda a informação relevante sobre a empreitada em curso; -----

----- Já ninguém tem dúvidas de que o projecto não corresponde ao projecto inicial que obteve o visto do Tribunal de Contas; -----

----- É absolutamente incompreensível que a Câmara Municipal de Lisboa tenha iniciado esta obra, com os impactos que todos sabemos que ela comporta, sem ter procedido à elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental, sem um completo Estudo de Tráfego e sem Projecto de Execução; -----

----- A propósito da acção contra a construção do Túnel do Marquês que está a ser julgada, têm sido tornadas públicas as mais extraordinárias informações relativamente ao projecto e às obras em curso, nomeadamente sobre o facto de parte do túnel se encontrar a 60 cm do túnel do metro e sobre a inexistência de um Plano de Segurança para a obra e para a utilização futura do Túnel; -----

----- Foram completamente ignorados os estudos que conduziram à elaboração de uma proposta, amplamente referida na comunicação social, de directiva comunitária sobre requisitos mínimos de segurança de túneis que estabelece como máximo os cinco por cento de inclinação neste tipo de vias, quando o Túnel do Marquês terá nove por cento; -----

----- Os túneis implicam um exigente cumprimento de normas de segurança, desde o projecto até à informação disponibilizada aos condutores que o utilizam. -----

----- Os Deputados Municipais do PS na Assembleia Municipal de Lisboa, propõem que a Assembleia Municipal hoje reunida delibere: -----

----- 1. Manifestar, uma vez mais, a sua discordância com o modo como a Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a executar esta empreitada; -----

----- 2. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que, com a máxima urgência, ordene a elaboração de um Plano de Segurança para a obra do túnel das Amoreiras e para a sua utilização; -----

----- 3. Solicitar, uma vez mais, à Câmara Municipal, que sejam enviados a esta Assembleia todos os documentos relativos à empreitada em curso; -----

----- 4. Solicitar ao Tribunal de Contas que se pronuncie sobre a legalidade da adjudicação desta empreitada; -----

----- 5. Divulgar esta moção junto da Associação de Cidadãos Auto - Mobilizados e da Associação Ambientalista Quercus; -----

----- 6. Publicar esta moção em dois jornais diários. -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZASSEIS** -----

----- Passe Social na Região de Lisboa -----

----- “ O Passe Social Intermodal que foi criado após o 25 de Abril constitui um avanço social e um elemento estruturante da política de transportes pelo que constitui de atracção ao sistema de transportes públicos com enormes benefícios para as populações para a mobilidade e o ambiente e consequentemente para a qualidade de vida das populações que importa aprofundar. -----

----- O passe social é um direito dos utentes e das populações da Região de Lisboa, é simultaneamente uma conquista de Abril. Mas, com a cobertura objectiva do Governo do PSD/CDS-PP, os operadores privados de transportes estão neste exacto momento a exercer uma pressão inadmissível, ilegítima contra os passes sociais na Região de Lisboa que a vingança trará será enormemente prejudicial a mobilidade na região de Lisboa. -----

----- É inaceitável que os grupos privados do Sector dos Transportes se valham da sua quase situação de monopólio, para exercer esta pressão ilegítima sobre os utentes que afectará muitas centenas de milhares de pessoas, e tentarem imporem os seus interesses contra os das populações e a mobilidade na região de Lisboa. -----

----- Esta situação a não ser travada agravará ainda mais os problemas de mobilidade com que se debate a região de Lisboa, que fruto do prosseguimento de uma errada política que vem sendo desenvolvida, nomeadamente no que respeita à oferta do serviço público de transportes e de preços que conduziu já à perda de 13% de utentes, entre 1991 e 2001, para o transporte individual, com os consequentes custos ambientais e energéticos, conforme comprova o inquérito à mobilidade na AML demonstra. -----

----- Acresce a isto como se sabe que os passageiros portugueses são quem paga na Europa, directamente do seu bolso, a maior percentagem dos custos de transportes, como também sabemos o Governo teima em afirmar que quer aumentar ainda mais a cobertura dos custos pelas receitas tarifárias, isto é, carregar ainda mais na factura a pagar pelos utentes. -----

----- Considerando que é inadmissível que perante uma situação com esta gravidade, o Governo tenha há pouco mais de 15 dias tenha prometido um acordo com os operadores privados de transportes sobre a matéria dos passes sociais, mas a verdade, é que este problema se mantém e agrava-se, assim como, a inadmissível chantagem sobre as populações e utentes aumentam. -----

----- Consideram que é bom recordar que as justificações apresentadas por sucessivos governos para privatizar a Rodoviária Nacional e criar essas empresas, foi sempre que tal opção conduziria a benefícios para os utentes, nomeadamente a uma melhoria na qualidade e na quantidade da oferta bem como conduziria no futuro a preços mais baratos para os utentes que a realidade se encarregou de desmentir. -----

----- Considerando que o argumento usado até a exaustão por diferentes Governos que a privatização da RN com dispersão desta por várias empresas seria um factor de concorrência, quando na prática esta política significou de facto foi a constituição no sector de um quase monopólio privado. -----

----- Considerando que é inaceitável esta pressão dos grupos privados do Sector dos Transportes, e o prosseguimento da errada política que vem sendo desenvolvida, nomeadamente no que respeita à oferta do serviço público de transportes e de preços que conduziu já à perda de 13% de utentes, entre 1991 e 2001, para o transporte individual, com os consequentes custos ambientais e energéticos, conforme demonstra o inquérito à mobilidade na AML demonstra. Temos, também por isto, razões acrescidas para a justa crítica que aqui fazemos, tanto mais que estes com a cobertura e apoio dos diferentes Governos são responsáveis por parte dos problemas mobilidade no distrito. -----

----- Consideram que o passe social existe na região há quase 30 anos, ou seja tal não constituiu qualquer obstáculo para que estes grupos privados estivessem interessados nas empresas que foram privatizadas nem foi feita por eles qualquer reclamação nesse sentido nessa data. -----

----- Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 06/04/04 delibera:

----- 1. Repudiar a ilegítima manobra de pressão que os operadores Privados dos transportes públicos da Região de Lisboa estão a fazer com a cobertura do Governo PSD/CDS-PP sobre as populações, ao anunciarem que irão abandonar o sistema de passe social que vigora na região de Lisboa caso não lhe sejam dadas indemnizações compensatórias. -----

----- 2. Exigir ao governo que defenda o passe social multimodal, os interesses e legítimos direitos dos utentes, e exigem mais e melhores transportes públicos. -----

----- 3. Manifestam que esta situação a vingar levaria ainda a mais um brutal aumento do custo de vida, com a consequente degradação das condições de vida de cada vez mais amplas camadas de população. -----

----- 4. Manifestar a sua solidariedade com os utentes e trabalhadores do Sector nas acções que venham a desenvolver para manifestar o seu descontentamento e repúdio por estas manobras e nas acções que venham a desenvolver para defender os seus direitos. -----

----- 5. Solicitar audiências ao Sr. Ministro das Obras Públicas Transportes e Habitação, à Comissão específica da Assembleia da República e à Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes. -----

----- 6. Que esta moção seja enviada às seguintes entidades: Assembleia da República, Grupos Parlamentares e Comissões Específicas das Obras Públicas Transportes e Comunicações e do Trabalho e Assuntos Sociais da AR, ao Sr. 1.º Ministro e ao Sr. Presidente da Republica. -----

----- 7. Que esta Moção seja publicada, em dois Jornais diários de grande circulação e divulgada junto dos restantes Órgãos de Comunicação Social. ” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZASSETE** -----

----- RECOMENDAÇÃO -----

----- “ Considerando: -----

----- 1 – Que o Projecto de Requalificação do Parque Mayer está longe de concretização em face da falta de acordo com os seus proprietários; -----

----- 2 – Que, entretanto, a Câmara Municipal de Lisboa criou compromissos com a Fundação “O Século” e com os Feirantes da Feira Popular, cujo cumprimento não pode estar condicionado à solução dos problemas agora surgidos; -----

----- 3 – Que a Câmara celebrou em 2003/07/22 um Protocolo com a Fundação “O Século” em que se comprometia a garantir uma renda suficiente para custear a obra social desta Instituição, com base na verba que esta recebia da Feira; -----

----- 4 – Que os atrasos do pagamento, por parte da Câmara, das contrapartidas previstas no Protocolo, que atingem já 778.631 euros a que se somam mais 216.684 euros a vencer esta semana, colocam a Fundação “O Século” situação de ruptura de tesouraria, impedindo-a de fazer face às necessidades dos 260 utentes das valências permanentes, das quais 165 são crianças, bem como de pagar os vencimentos dos trabalhadores da obra social e dos trabalhadores em serviço na Feira Popular; -----

----- 5 – Que com o encerramento da Feira Popular a situação dos Feirantes é, igualmente, muito grave já que desta actividade dependem mais de 150 famílias que se encontram actualmente em condições sociais e económicas muito difíceis dado que até hoje a Câmara, apesar dos compromissos assumidos publicamente, também não lhes deu qualquer indemnização ou alternativa para o prosseguimento da sua actividade. -----

----- O Grupo do Partido Comunista Português submete à Assembleia Municipal a seguinte Recomendação: -----

----- Que a Câmara, independentemente das soluções que vierem a ser encontradas para o Projecto de Requalificação do Parque Mayer: -----

----- a) cumpra os compromissos assumidos com a Fundação “O Século”, pagando, de imediato, quer as prestações em atraso quer, pontualmente, as prestações a que esta tem direito; -----

----- b) promova de imediato o diálogo com os Feirantes, por forma a minorar a grave situação em que se encontram, ressarcindo-os dos prejuízos que o encerramento da Feira já provocou. ” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZOITO** -----

----- “ Considerando que: -----

----- 1. No dia 17 de Fevereiro, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou por maioria uma recomendação à Câmara Municipal de Lisboa para estudar o caso de Liliana Galinha, no sentido de procurar outras soluções que permitissem o acesso à habitação por parte de todos os elementos da sua família; -----

----- 2. A referida recomendação indicava que a iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa deveria ser feita até ao final de Fevereiro, uma vez que a Liliana se encontrava sem casa; -----

----- 3. Até hoje a Liliana continua desalojada, totalmente dependente da solidariedade de amigos. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 6 de Abril de 2004, decida: -----

----- Reafirmar a recomendação à Câmara Municipal de Lisboa para proceder ao realojamento, com carácter de urgência, da Liliana, através do desdobramento familiar. -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZANOVE** -----

----- SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL -----

----- “ Considerando que se comemora este ano o 30º aniversário da Revolução dos Cravos, realizada no dia 25 de Abril de 1974 que devolveu a Democracia aos Portugueses ao derrubar o regime ditatorial que vigorou durante 48 anos. -----

----- Comemorar o 25 de Abril é realçar as mudanças que o Regime Democrático trouxe para Portugal e para os seus cidadãos, desde logo, a Liberdade, a participação no projecto Europeu, o fim das guerras coloniais e o nascimento dos Países Africanos de Expressão Portuguesa, a melhoria da qualidade de vida. -----

----- Comemorar o 25 de Abril é recordar que foi a revolução dos Cravos que permitiu a existência de Autarquias Locais fortes, pujantes e absolutamente decisivas para a fantástica transformação do País. -----

----- Os Deputados Municipais do PS propõem que a Assembleia Municipal, hoje reunida delibere: -----

----- 1. Saudar o 30º aniversário do 25 de Abril, desejando que as suas comemorações sejam aproveitadas para explicar às gerações mais novas a sua importância para Portugal; -----

----- 2. Apelar à participação dos cidadãos nas comemorações do 30º aniversário do 25 de Abril; -----

----- 3. Saudar os Capitães de Abril, por terem devolvido a Liberdade a Portugal. ” ---

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO VINTE** -----

----- MONSANTO MERECE MELHOR -----

----- “ Considerando que na Serra de Monsanto, inicialmente quase desprovida de arvoredo, foi criado em 1934 pelo Engº Duarte Pacheco, o Parque Florestal Monsanto segundo o projecto do Arquitecto Keil do Amaral, sendo o início dos trabalhos de arborização dirigidos pelo Engº Joaquim Rodrigo em 1938, tendo-o tornado numa mata única à escala urbana, ocupando uma área de cerca de 1.000 hectares e possuindo um milhão de árvores com 150 espécies diferentes; -----

----- Considerando que em 1990, foi aprovado depois de discussão pública o Plano de Ordenamento e Revitalização do Parque Florestal de Monsanto (PORM), que embora mantendo uma unidade estrutural, definiu que algumas zonas pelas suas características biofísicas, suportavam algum equipamento e que, pela sua localização, poderiam servir de pólos de dinamização e de referência para o conjunto do Parque de Monsanto; -----

----- Considerando que em consequência da execução do PORM, abriu ao público em 1990 o Parque do Calhau, que em 1992 abriu o Parque recreativo do Alto da Serafina, que em 1993 com vista à educação ambiental foi instalado o Parque Ecológico de Monsanto, que em 1996 foi inaugurado o Centro de Interpretação, actual Espaço

Monsanto, que no início de 1999 foi recuperada a Mata de São Domingos de Benfica, com a instalação dum Parque Infantil, de um circuito de manutenção, de um Parque Aventura e de sinalização e a recuperação dos equipamentos existentes e que ainda em 1999 foi aberto ao público o Parque Recreativo dos Moinhos de Santana, com dois moinhos de vento em pleno funcionamento e ainda em Parque Infantil, zonas de estadia, restaurante e um anfiteatro e que em 2000 se iniciaram as obras de remodelação do Parque Infantil do Alvito; -----

----- Considerando que em 2003 a C.M.L. reabriu somente a zona dos brinquedos do Parque Infantil do Alvito, e ainda não recuperou, não abrindo por isso a zona onde está a piscina infantil, o Centro Cultural Infantil Adolfo Simões Muller, as casas de banho, os balneários e o ringue de patinagem. -----

----- Considerando que o Parque Florestal de Monsanto é uma das áreas naturais que compõem uma macro-estrutura ecológica importante, na Área Metropolitana de Lisboa de que também fazem parte, além de outras áreas, as Serras de Sintra, da Arrábida e a da Tapada de Mafra; -----

----- Considerando que o Parque Florestal de Monsanto constitui uma área que, para além do seu valor ecológico intrínseco e do interesse que apresenta como "pulmão verde", constitui um autêntico "museu ecológico" susceptível de sensibilizar directamente a população (especialmente a mais jovem) para as questões de natureza ecológica; -----

----- Considerando que é intenção da C.M.L. transferir para o Parque Florestal de Monsanto uma parte da Feira Popular, agora rebatizada de Parque de Diversões do Alvito, o Hipódromo do Campo Grande e o Estoril Open, segundo o que é anunciado em placards e na comunicação social; -----

----- Considerando que para a implantação e para o futuro uso desses equipamentos serão precisos grandes espaços, ocupados não só pelas futuras instalações como também para o estacionamento das viaturas, o que irá forçar ao abate de muitas árvores e ao corte de muitos arbustos; -----

----- Considerando que os equipamentos propostos irão provocar uma massificação excessiva o que contribuirá para a perda do sossego e equilíbrio ambiental actualmente existentes no Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Considerando que a existência de um Clube de Tiro não se enquadra nem em termos ambientais nem de sossego com o perfil do Parque Florestal do Monsanto; ----

----- O Grupo Municipal do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em sessão extraordinária no dia 6 de Abril de 2004, delibera: -----

----- 1. Exigir que a C.M.L. pare imediatamente todas as acções que visem a transferência da Feira Popular ou da instalação do Parque de Diversões do Alvito, do Hipódromo do Campo Grande e do Estoril Open para o Parque Florestal de Monsanto; -----

----- 2. Exigir que a C.M.L. prossiga a segunda fase dos trabalhos de remodelação do Parque Infantil do Alvito com a recuperação da piscina infantil e dos respectivos

balneários, do Centro Cultural Infantil Adolfo Simões Muller, do ringue de patinagem, do parque das merendas e do ringue de ténis / badminton;-----

----- 3. Exigir o melhor ordenamento dos espaços de lazer, e uma melhor informação dos cidadãos dos equipamentos ao dispôr, bem como a melhoria dos acessos nomeadamente de transportes públicos ou próprios; -----

----- 4. Solicitar que a C.M.L. envide todos os esforços no sentido de retirar do Parque Florestal do Monsanto o Clube de Tiro actualmente existente. ” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que ia abordar duas questões, uma relativa à inauguração da linha do Metro do Campo Grande até Odivelas e outra relativamente às obras na Quinta das Conchas, no Lumiar. -----

----- Quanto à linha do Metro, como Deputado Municipal e como Presidente da Junta do Lumiar, não podia deixar de referir quão importante era para aquela zona Norte da Cidade de Lisboa, em particular da Freguesia do Lumiar e da Ameixoeira, o ter sido inaugurado esse excelente meio de transporte, que se estendeu até Odivelas. Com cinco estações, finalmente havia a possibilidade de um interface, tanto no Senhor Roubado como em Odivelas, onde podiam ficar diversas viaturas em parques de estacionamento que na totalidade comportavam cerca de mil viaturas e, para lá disso, havia a possibilidade de estacionamento de autocarros e táxis. -----

----- Se a Autoridade Metropolitana de Transportes viesse a funcionar como todos desejavam, havia a possibilidade de não atrair tantos veículos para a Cidade de Lisboa, de haver a descompressão do trânsito na Av. Padre Cruz, na Alameda das Linhas de Torres e também menos poluição. -----

----- Disse que todas as forças políticas que ao longo dos anos vinham assumindo funções eram responsáveis pelo empreendimento que foi inaugurado. Para si, como Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, não queria deixar que o assunto passasse em branco, por ser uma grande realização para a Capital. -----

----- Relativamente à Quinta das Conchas e dos Lilazes, para si, como Presidente da Junta e Deputado Municipal, queria referir que se tratava de um assunto que, tanto na Assembleia Municipal como na Assembleia de Freguesia do Lumiar, ao longo dos anos vinha recebendo a unanimidade de todas as forças políticas, só que ainda não se tinha iniciado a requalificação. Muitas coisas foram feitas, também com a contribuição da população, no sentido de que aquele grande espaço verde da Cidade de Lisboa fosse preservado. Como Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, não queria deixar de salientar o facto de já se verem as obras em andamento e, a curto prazo, haver um espaço de lazer que em conjunto com o espaço cultural criado na zona que foi ocupada pela EPUL, o antigo palacete da Quinta dos Lilazes, viria a ser certamente uma das grandes zonas de lazer da Capital. -----

----- A todos os que contribuíram para que tudo isso fosse possível, deixava o seu muito obrigado. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Vieira (PCP)**, no uso da palavra, disse que o PCP se sentia na obrigação de trazer novamente ao debate algumas questões que

preocupavam os cidadãos de Lisboa, a sua mobilidade e as suas condições de vida, que se vinham paulatinamente degradando nos últimos tempos. -----

----- A primeira delas prendia-se com o inadmissível ataque feito ao passe social por parte dos operadores privados de transporte de passageiros, pretendendo-se retirar do sistema de passe social consagrado a partir de 1976 e que constituía um elemento estruturante na mobilidade, um ganho civilizacional e um elemento de retirada do transporte individual da muito saturada Cidade de Lisboa. -----

----- Esse era um aspecto importante para o PCP, conhecendo as razões evocadas pelos operadores privados de transporte público de passageiros, fundamentalmente quatro empresas rodoviárias. Era importante chamar à lembrança de todos que nunca, aquando da privatização da Rodoviária Nacional, foi evocado que as condições em que estava a operar e que foram postas a concurso não serviam para a exploração das empresas. Essas empresas não evocaram à data a necessidade de quaisquer indemnizações compensatórias, que era hoje a grande questão colocada. -----

----- Lamentavelmente, tinha que o dizer, vinha-se assistindo a uma actuação que o PCP considerava a todos os títulos irresponsável por parte do Governo e do Sr. Ministro. O silêncio da Câmara de Lisboa, que vinha sendo muito prejudicada por um conjunto de decisões altamente lesivas da mobilidade na Cidade, como passarem-se a pagar portagens na CREL, com entrada de mais carros na Cidade de Lisboa, mais camiões pesados, agravando os já de si difíceis problemas, levaria a que perante uma ameaça dessas se tomassem medidas sérias e se resolvesse o problema. O que se vinha assistindo era um completo silêncio e na semana anterior fora-se confrontado com o anúncio da ruptura do sistema, datado para o dia 1 de Junho. -----

----- Pela parte do PCP, estava tranquilo porque em tempo oportuno, tanto com o actual Governo como com o anterior, apresentou uma proposta de alargamento das coroas de passe social, uma proposta que contemplava também problemas de financiamento adequados à nova realidade, onde eram previstas também indemnizações compensatórias para todas as empresas que operassem no sistema. Lamentavelmente, essa proposta não foi aprovada tanto pelo anterior Governo como pelo actual, pensando o PCP que estava aí o fundamento para se poder ter encontrado soluções e não estarem hoje as populações da Cidade de Lisboa e zonas limítrofes reféns de uma chantagem, por um erro de decisão, ao entregarem-se serviços de natureza social imprescindíveis aos critérios do lucro e da exploração privada. -----

----- Disse que outro aspecto se prendia com os contínuos cortes de oferta da Carris. O problema já era longo e levava muitos meses, sendo várias as solicitações que foram feitas, quer pelo Grupo do PCP quer por si próprio na Assembleia Municipal, para que fossem prestados esclarecimentos sobre as razões que levaram o Governo a decidir e a exarar um despacho, já no corrente ano, constituindo um grupo para a passagem da Carris ao âmbito municipal. Isso nunca fora discutido, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal. Constava, dentro dos vários itens desse grupo de trabalho, a redução da oferta aos moradores da Cidade de Lisboa. -----

----- Essa era uma questão que obrigava a Câmara a trazer informação sobre que trabalho estaria a ser desenvolvido por quem indicou como seu representante legal,

quais as questões discutidas, qual foi a sua posição acerca dos cortes que estavam a ser feitos, tanto das carreiras enunciadas na moção do PCP, como a eliminação pura e dura de um conjunto de carreiras, que passaria a colocar a população de Lisboa muito mais dependente do transporte individual. Era o caso da eliminação aos sábados e domingos das carreiras 115, 19, 32, sendo que a 32, como todos sabiam ou deveriam saber, visava servir a população da Ajuda até ao Hospital de Santa Maria. Num dia de descanso semanal, que as pessoas podiam usar para ir visitar os seus familiares ou pessoas conhecidas no hospital, pois até esse transporte público fora cortado. Perguntou onde estava a natureza social dessa decisão e qual a posição da Câmara de Lisboa sobre essa matéria, se esteve ou não de acordo. -----

----- Referiu ainda os encurtamentos nas carreiras 31, 47, 55, uma alteração radical de percursos na 51 e na 1, alterações de horário na 65 e na 19, podendo continuar por aí fora. Havia ainda os cortes diários, não anunciados, que todos os dias se iam fazendo por via daquilo a que se chamava um plano de reestruturação, ilegal à luz da Lei Portuguesa, uma vez que não cumpriu o disposto na Constituição da República sobre a audição das estruturas dos trabalhadores e não cumpriu também o que decorria da Lei 46/79. -----

----- Estando a Câmara Municipal a envolver-se num processo desses, o PCP entendia que seria necessário chamar à discussão e ao esclarecimento na Assembleia Municipal, pela responsabilidade que tinha perante os munícipes. -----

----- Finalmente, o PCP saudava a abertura da linha amarela do Metro, mas não podia estar satisfeito. Aos residentes em Odivelas e na zona do Lumiar e da Ameixoeira, havia uma situação que se lhes punha e a todos os restantes utentes, que foi não se ter adquirido mais carruagens, passando-se a estar mais tempo à espera e viajando com menor qualidade. Essa não era uma questão pequena, até porque colocava em causa uma outra grande empresa nacional, a Sorefame, sem necessitar de qualquer concurso público para o fazer. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que era evidente que tinha que ser, porque o PCP estava com Portugal, com o País e com os interesses dos portugueses. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que a moção nº 17 seria discutida juntamente com a proposta 112/04, no ponto 4. As moções nºs 7 e 20, relativas ao Parque de Monsanto, seriam discutidas e votadas no ponto 7. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que uma primeira nota ia para o facto de se estar numa Assembleia importante, porque ela visava dar satisfação a alguns anseios e algumas necessidades, que, aliás, já tinham sido expressas pelo público. Essa era a razão fundamental pela qual a Assembleia Municipal exercia a sua actividade. Os Deputados Municipais tinham obrigações e deveres, sendo um deles contribuir para que os munícipes pudessem ter direito àquilo que eram as suas relações com a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Estava a fazer esse intróito porque lhe parecia absolutamente necessário dar dignidade ao órgão e absolutamente essencial dignificar a actividade exercida na Assembleia Municipal. Era fundamental que fossem os Deputados Municipais a exigir respeito pelo órgão. -----

----- Não podia deixar de fazer esse ponto prévio, que lhe parecia essencial, tendo em conta aquilo que se passou e tendo em conta o facto de até ao momento não ter havido nenhuma outra relação sobre o assunto, que esperava que viesse a ocorrer. -----

----- Quanto às moções em discussão, começava por referenciar uma matéria que não era alvo de nenhuma moção e que tinha a ver com o problema do Teatro Infantis de Lisboa. Como todos sabiam, o Teatro Infantil de Lisboa estava neste momento em luta com a Câmara Municipal de Lisboa, com o Pelouro da Cultura, exactamente por pretender saber qual iria ser a situação relacionada com as obras a realizar no Teatro Maria Matos, uma matéria sobre a qual não vinha sendo possível estabelecer diálogo.

----- Uma nota que queria deixar, obviamente também para a Câmara Municipal de Lisboa e designadamente para o responsável pelo Pelouro da Cultura, era de que o Grupo Municipal do PS gostaria de ser informado sobre essa matéria, para saber que relações teria a Câmara Municipal com o Teatro Infantil de Lisboa e o que iria acontecer ao TIL, se seria reposicionado, se voltaria ao mesmo espaço. Sobretudo porque se estava a falar de uma empresa de teatro infantil com largas tradições em Lisboa, que vinha e muito bem a informar e a formar crianças na arte importante do teatro, sendo que certamente o Pelouro da Cultura da CML teria algo para dizer sobre essa matéria. -----

----- Sobre a moção apresentada pelo PS em defesa do Aqueduto das Águas Livres, ela justificava-se por estar relacionada com a CRIL e o último projecto que o Instituto de Estradas de Portugal apresentou, no qual estranhamente, diria mesmo lamentavelmente, num acto de falta de cultura absolutamente inaceitável e inacreditável nos tempos correntes, se propunha a demolição de dois trechos subterrâneos do Aqueduto das Águas Livres. -----

----- Sabendo-se, como todos sabiam, estar neste momento a decorrer um processo, que aliás já devia estar entregue, de candidatura a património, parecia estar-se perante uma situação incongruente e incompreensível. Portanto, o PS propunha que a Assembleia Municipal se pronunciasse sobre essa matéria e que recomendasse à Câmara Municipal uma tomada de posição em defesa do Aqueduto das Águas Livres.

----- Outra matéria que preocupava o PS tinha que ver com a questão já aflorada da Carris. Era uma questão importante para a Cidade de Lisboa, sobretudo para a mobilidade em Lisboa e fundamentalmente para os cidadãos, para aqueles que dela mais precisavam. Vinha-se a ler, através daquilo que era público na comunicação social, que os responsáveis da Carris referiam tratar-se de um projecto que visava fundamentalmente dar resposta a algumas necessidades, sobretudo procurando responder a uma situação da Carris estar numa constante perca de clientes. Aquilo que vinham propor uma vez mais, aliás, continuando num processo que iniciaram há bastante tempo, era a redução de carreiras, retirar oferta, o que seria continuar no caminho da perca de clientes e, portanto, seria uma coisa completamente incompreensível. -----

----- Aquilo que o PS propunha e reclamava era, por um lado, que a Câmara Municipal de Lisboa, que como todos sabiam também sobre essa matéria tinha um poder de dar o seu acordo ou não às alterações, que a CML tomasse uma posição. A

posição que o PS defendia para ser tomada era uma posição que salvaguardasse as expectativas dos residentes que precisavam da Carris. -----

----- Já fora referenciado o problema da carreira 32, mas havia outros problemas tão ou mais graves do que esse e trazia de novo à liça a carreira 18 dos eléctricos da Ajuda, por ser uma questão que começava a ser recorrente. Ciclicamente a Carris lembrava-se que aquela carreira podia ser dispensável. Sabia, e queria referenciá-lo na Assembleia por ser verdade, que o Sr. Secretário de Estado dos Transportes recomendou à Carris para que não implementasse a partir do dia 1 o corte da carreira 18 aos sábados à tarde e aos domingos, que mantivesse a situação para ser feita uma contagem. O problema era que, como sabiam os que utilizavam esse meio de transporte, já há uns largos meses que a carreira 18 não fazia o seu percurso original aos sábados à tarde e aos domingos e já estava reduzida ao percurso entre Santo Amaro e a Ajuda. Isso significava que a expectativa do Sr. Secretário de Estado era muito interessante, mas que não podia ser levada à prática, porque não podia ser objecto de contagem uma coisa que já não se realizava. -----

----- Aquilo que o PS recomendava na moção era que a Carris voltasse a colocar a carreira 18 ao fim-de-semana exactamente no seu percurso necessário e original, porque aí sim, seria possível avaliar o impacto que iria ter nas populações a sua redução ou extinção. -----

----- A propósito de impactos, de qualidade de vida e do serviço prestado aos cidadãos, o PS também não entendia a redução que a Carris estava a fazer das primeiras carreiras da manhã. A partir das 5 horas da manhã havia 3 carreiras que eram pura e simplesmente extintas, o que significava que alguns trabalhadores daquela zona, para quem esse meio de transporte era absolutamente essencial para chegarem a horas ao trabalho, deixavam de poder utilizar a carreira, o que, como se compreendia, às 5 da manhã era uma situação altamente vantajosa e, para quem queria que houvesse mais transportes públicos e se valorizassem, a Carris estava manifestamente a caminhar em sentido inverso daquele que era necessário. -----

----- O PS propunha que a Assembleia Municipal manifestasse a sua discordância com essa política, completamente errónea e que apostava em sentido inverso daquele que era necessário. O PS vinha dizendo que Lisboa necessitava de mais meios de transportes públicos e não que se facilitassem os transportes individuais. Portanto, na recomendação o PS dizia que a Câmara Municipal devia sugerir à Carris uma alteração na sua postura e exigia a marcação de uma reunião da Assembleia Municipal com o Conselho de Administração da Carris, exactamente para esclarecer essas matérias, uma vez que a Assembleia Municipal, como órgão dignificante que era e com o peso que devia ter, tinha que dar o seu parecer sobre essa matéria. -----

----- **O Senhor Presidente** sugeriu ao Sr. Deputado Municipal Dias Baptista que reduzisse a escrito algumas das propostas que fizera, uma vez que era útil para a Mesa poder proceder em conformidade. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que iria fazer alguns comentários às moções apresentadas. -----

----- Sobre o voto de pesar ao Prof. Reis Pinto, ia apoiar essa moção e fazia-o na qualidade de pai de alguns rapazes e raparigas que passaram pela escola dele e muito ganharam. Fazia-o também como sportinguista e como membro da Cidade de Lisboa.

----- Sobre a moção do PCP acerca da privatização da EPAL, disse que já era habitual o PCP ter receio das privatizações. Por si, entendia que o Estado devia saber legislar e fiscalizar e, se o soubesse fazer, as coisas podiam funcionar bem mesmo sem estarem debaixo da “pata” directa do Estado. -----

----- Sobre as moções do PCP e do PS acerca do 25 de Abril, reservava a sua posição sobre o 25 de Abril para a sessão própria que iria acontecer. Em todo o caso, lembrava que tinha estado com o seu Partido ao lado do Partido Socialista, com a sua bandeira de coração, azul e branca, que era levada por si ou pelo Conde Botelho, hoje respeitável socialista e soarista. Tinham estado na Alameda, nas portagens, no Terreiro do Paço, em Belém, e a verdade era que não estavam contra ninguém, mas sim a defender daqueles que queriam deturpar o sentido da liberdade do 25 de Abril. Esses, que queriam deturpar o 25 de Abril, eram aqueles que hoje vinham também com uma moção de aplauso pelo 25 de Abril. Portanto, o PPM votava a favor da moção do PS e contra a do PCP. -----

----- Quanto à moção sobre a eliminação de carreiras, não lhe era fácil dizer se as carreiras a, b ou c deviam ou não continuar. Propunha que o documento baixasse à Comissão de Rede Viária e Circulação para melhor compreensão do mesmo. -----

----- Aproveitava para manifestar à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, em seu nome e em nome do seu companheiro de partido, a solidariedade perante os ataques de que foi vítima relativamente à participação, não era assistência e sim participação de crianças num espectáculo que não se sabia bem quantas horas iria demorar e em que condições de tempo se iria desenvolver. Parecia-lhe que era absolutamente necessário serem defendidas as crianças e que não fosse permitida, nessas cerimónias, a presença de crianças diminuídas físicas ou mentais. Que se arranjasse um programa para que essas crianças pudessem assistir aos jogos era uma coisa, mas achava mal fazê-las participar. -----

----- **A Deputada Municipal Maria do Céu Fazenda (BE)**, no uso da palavra, informou que o Bloco de Esquerda iria votar favoravelmente todas as moções, mas gostaria de destacar duas moções apresentadas pelo BE, a nº8 e a nº18. -----

----- Relativamente à moção nº8, o Prof. Mário Moniz Pereira, figura de maior destaque no desporto português, ex-aluno do Liceu Camões, estava a ser merecidamente homenageado pela sua antiga escola, que decidiu dar o seu nome ao pavilhão gimnodesportivo. Na inauguração do pavilhão gimnodesportivo da escola, prevista para o início do 3º período lectivo, esperava que fosse colocada pela Câmara Municipal de Lisboa uma placa, atribuindo o nome de Mário Moniz Pereira ao referido pavilhão. Essa era a vontade unânime da Escola Secundária de Camões e esperava que fosse também a vontade unânime da Assembleia Municipal, associando-se a essa iniciativa em nome da Cidade de Lisboa. -----

----- Quanto à moção nº18, na sequência da aprovação de uma recomendação à Câmara Municipal de Lisboa para estudar e resolver o caso de Liliana Galinha, o BE

vinha propor que se procedesse com carácter de urgência ao seu realojamento. Não querendo pensar que essa demora se devia a preconceitos homofóbicos, o Bloco de Esquerda esperava vivamente que a Câmara Municipal resolvesse urgentemente esse problema. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Antunes (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, no uso da palavra, disse que queria transmitir a aprovação da sua bancada em relação à atribuição do nome do Prof. Mário Moniz Pereira. Fora aluno do liceu que na altura se chamava Liceu Camões e tivera a sorte de o ter como professor no Sporting Clube de Portugal, onde praticara atletismo. -----

----- Na sua opinião, a homenagem que a escola lhe queria prestar parecia-lhe pouco e entendia que o futuro estádio de atletismo, a ser construído no Alto do Lumiar, devia ficar com o seu nome. -----

----- Pedia ao Bloco de Esquerda se alterava a proposta, acrescentando a atribuição do seu nome à pista de atletismo do Alto do Lumiar. -----

----- **O Senhor Presidente** referiu que se ficava a aguardar essa introdução, se o Bloco de Esquerda entendesse faria chegar à Mesa. -----

----- Informou o Sr. Deputado Municipal do PPM que propusera a baixa da moção nº10 à comissão, que não havia acordo da força proponente e, portanto, segundo os termos regimentais teria mesmo que ser discutida e votada na presente sessão. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que os trabalhadores portugueses, e os que não sendo aqui trabalhavam e partilhavam o seu melhor, estavam confrontados com a mais vasta ofensiva desencadeada após o 25 de Abril, pelo Governo PSD/PP e pelo grande patronato. A lista de medidas que o Governo tinha apostado em prosseguir nessa política era longa e a sua marca continuava na venda e privatizações de serviços e bens públicos. -----

----- Recordava o caso da EPAL, que ainda há pouco fora referido pelo Sr. Deputado Municipal Ferreira Pereira como “a pata directa do Estado”. Lembrava que a EPAL era uma empresa de serviço público que apesar de investir, em 2003, 17,3 milhões de euros, gerava lucros que nos últimos anos chegaram a ultrapassar os 10 milhões de euros. Era isso que era apetecível e claro que aí o Estado não podia ir buscar. Perguntou se era isso que o Sr. Deputado Municipal Ferreira Pereira propunha. -----

----- O PCP continuava a defender que esse serviço fosse público e para servir os cidadãos, pois todos precisavam desse bem. -----

----- Relativamente à Carris, referiu que do ponto de vista do PCP a moção não baixaria à comissão, pois os actos já estavam executados e, portanto, a proposta do PCP era que seguisse os trâmites normais. -----

----- Leu extractos da moção nº4, já transcrita nesta acta, no início do Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- Disse que se tinha que recordar a constante preocupação dos trabalhadores do Parque das Nações e a instabilidade que viviam no seu dia a dia relativamente aos seus postos de trabalho. Convinha recordar que eram esses trabalhadores que zelavam pela qualidade do espaço e não era justo que o reconhecimento desse empenhamento resultasse de vários tipos de pressão para a rescisão dos seus contratos de trabalho. ---

----- Leu extractos da moção nº5, já transcrita nesta acta, no início do Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que fora aceite pelo Bloco de Esquerda, na moção nº8, a integração de um segundo ponto com o seguinte texto: -----

----- “ Propor o nome do Prof. Moniz Pereira à futura pista de atletismo a ser construída no Alto do Lumiar. ” -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, referiu-se à moção apresentada pelo Partido Socialista sobre o reforço de verbas para os protocolos, dizendo que, aquando da aprovação do Orçamento, o Partido Socialista colocou como proposta e como condição que fosse o Orçamento reforçado em 1 milhão de euros para o Fundo de Equilíbrio Financeiro e 1 milhão de euros para os protocolos de delegação de competências. As juntas de freguesia começaram a receber o documento sobre os protocolos e o aumento verificado sobre a verba inicial de 2003 e, da análise feita, não se conseguia vislumbrar 1 milhão de euros aprovado em Assembleia para reforço do FEF, nem 1 milhão de euros para reforço da delegação de competências. -----

----- O PS vinha chamar a atenção e recomendar à Câmara que, urgentemente, fizesse um aditamento aos protocolos, para que o reforço fosse contemplado, de acordo com aquilo que foi aprovado na Assembleia Municipal, e considerar esse reforço. Cumprir o que foi decidido na Assembleia Municipal também era uma forma de ver que as aprovações eram cumpridas pela Câmara Municipal. -----

----- Essa era a parte principal da sua intervenção, mas já o seu camarada Dias Baptista falara sobre a Carris, que também lhe merecia algumas referências. Quando se estava a condicionar o trânsito no Bairro Alto, quando se criou a carreira 92, quando se queria diminuir a ida de carros para essa zona, visto existirem transportes públicos bastantes, quando se queria que fosse utilizado o Elevador da Glória, querendo a Junta de Freguesia há vários anos e voltando a insistir para que fosse alargado o horário do Elevador da Glória, a resposta da Carris foi reduzir o horário para a meia-noite. -----

----- De vez em quando dizia-se que era um problema de segurança, mas, nesse caso, a Carris teria que resolver essa situação. Reduzindo o horário do Elevador da Glória, fazia com que houvesse mais carros a irem para o Bairro Alto e para o Chiado. Era uma política ao contrário de transportes públicos, ou seja, queria que viessem mais carros para a Cidade e para o Bairro Alto. -----

----- Disse que a Carris tinha que reformular a sua forma de funcionar na Cidade de Lisboa, porque era bom poder ir de transportes públicos para as zonas históricas, mas também era bom que os transportes públicos fossem assegurados em condições e não era com a redução de carreiras e horários. -----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu que a proposta de inclusão de um segundo ponto na moção nº8 era do Sr. Deputado Municipal Nelson Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, disse que recentemente o Sr. Primeiro-Ministro, a propósito dos trágicos atentados de Madrid,

propunha que se visse o que a todos unia, o combate ao terrorismo e a defesa da liberdade e da democracia. A tentativa de baralhação era grande. -----

----- O terrorismo que justificara a intervenção no Afeganistão, ao contrário do que se poderia ter esperado, já que aí o nível de violação e desrespeito pelos mais elementares valores de dignidade e respeito humano podiam ter justificado uma intervenção, já a intervenção no Iraque resultou da descoberta por alguém de hipotéticas armas de destruição maciça. -----

----- O regime democrático era um regime de responsabilidade, tomando-se actos que responsabilizavam quem gerisse a administração pública e o Estado e que por eles deviam responder. Importava então que o Sr. Primeiro-Ministro prestasse um esclarecimento sobre se teria sido enganado, enganou-se ou teria tentado enganar alguém. Esse era um esclarecimento que importava fazer. -----

----- Relativamente ao Túnel do Marquês, que estava novamente à superfície, sublinhava que não era agora por acção da Assembleia Municipal, causa de todos os males do actual Executivo, mas se estava como estava era por a Câmara ser surda às chamadas de atenção e alertas que, na Assembleia e fora dela, técnicos e população em geral tentaram transmitir. -----

----- A resposta do representante da Câmara presente no tribunal, segundo a comunicação social, que considerou a necessidade de estudos de mobilidade e tráfego como uma exigência dos puristas, tinha as consequências que se adivinhavam e que os alertas sobre os aspectos técnicos de segurança impunham. -----

----- Quanto à proposta do Deputado Municipal Ferreira Pereira, sobre a Carris e as alterações das carreiras, disse que subscrevia em princípio a ideia de que não se sabia se a carreira devia ou não ficar, a qualidade da oferta devia ser vista como um todo. O problema de baixar à comissão era que a Carris não suspendia o processo de encerramento de carreiras e quase sempre a Carris vinha habituando a encerrar sem criar nada de novo. Não revia, não reorganizava, pura e simplesmente encerrava. -----

----- Aprovaria a proposta, assim como o conjunto das propostas de recomendações apresentadas, na óptica de que a Carris não devia encerrar por si só, mas devia rever e reorganizar a oferta de transportes na Cidade de Lisboa. -----

----- A esse propósito, chamou a atenção para a proposta feita de uma recomendação no sentido de que o Metropolitano prestasse informação em tempo real sobre os tempos de espera nas estações e tendencialmente nas carruagens. Tal proposta enquadrava-se na promoção e valorização dos transportes colectivos, não constituindo em si uma medida de transportes no sentido estreito de horários, frequência, tarifários, etc., mas na percepção de que a qualidade dos serviços e a redução da incerteza e insegurança associados à impossibilidade do utente de determinar os percursos e horários. -----

----- Havia já estudos demonstrando que hoje o utilizador de transporte individual percepcionava a qualidade e segurança de forma pior que o utilizador da mesma linha de transporte colectivo. -----

----- Evidentemente que essa não era a resolução para todos os males dos transportes colectivos. O tarifário e o custo social do transporte tinha que ser compatível com a

população que se servia, entre outros aspectos, sendo que a questão do passe social já fora referido. -----

----- **O Senhor Presidente** deu a palavra ao Sr. Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM), mas, devido a deficiências técnicas verificadas no microfone, pediu que a intervenção fosse adiada por algum tempo. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, disse que não podia deixar de fazer uma referência ao grande empenho do Grupo Municipal do BE no aprofundamento da dignidade da Assembleia Municipal. -----

----- Como o Sr. Presidente disse, o que se passou na Assembleia Municipal seria analisado, mas parecia-lhe também que o fundamental era conseguir manter essa dignidade. Para o BE era muito importante que o período aberto ao público fosse usado precisamente para que o público pudesse expressar as suas opiniões e isso demonstrava também a importância da Assembleia Municipal. Para o BE não era de somenos importância essa capacidade que a Assembleia Municipal dava aos municípios para intervirem e dizerem as suas opiniões, fosse qual fosse a sua direcção, desde que com dignidade em relação à Assembleia. -----

----- Disse que o BE se queria associar a diversas moções que foram apresentadas e fazia-o com especial gosto em relação às moções sobre o 25 de Abril e o 1º de Maio. Manifestava também a sua profunda preocupação sobre os problemas relacionados com a mobilidade na Cidade e as questões do passe social. -----

----- Anunciou que o BE iria votar favoravelmente a generalidade das moções apresentadas pelos vários Grupos Municipais. -----

----- Queria referir-se sobretudo a dois problemas, apesar da falta de tempo que tinha, sendo o primeiro relativo à construção da Cidade Judiciária. Era conhecido publicamente que o Governo tinha intenção de construir uma nova Cidade Judiciária em Caxias, naturalmente com a deslocação desses serviços de Lisboa para o Município de Oeiras. A moção apresentada sobre esse problema era para obter esclarecimentos da Câmara sobre essa matéria, que não era uma matéria de somenos importância. Não se tratava apenas de uma simples transferência de serviços e tinha a ver com a própria dinâmica da Cidade. -----

----- Era conhecido o processo de desertificação existente em determinadas áreas da Cidade de Lisboa, sabendo-se inclusivamente que o Município tinha vindo a perder população nas últimas décadas. Perguntou que critérios levaram a que houvesse essa transferência de serviços, nomeadamente de trabalhadores ligados directamente a esses serviços, mas também a outros serviços associados, para o Município de Oeiras. -----

----- Isso não tinha nada a ver com uma tentativa de centralização do poder em Lisboa, pelo contrário, o BE até defendia que houvesse descentralização, mas a questão era que aquilo que vinha a acontecer na Área Metropolitana de Lisboa era precisamente o que estava a acontecer agora com a Cidade Judiciária e que era o Município de Lisboa a perder serviços e população para os municípios limítrofes da Área Metropolitana. Não se resolvia problema nenhum de descentralização, porque ir população para o Seixal, Almada, Oeiras ou Loures, isso era o que estava a acontecer

e que o BE não queria que acontecesse, porque o que queria era que houvesse descentralização para outras regiões do País. -----

----- Em Oeiras a população continuava a crescer, não tinha nenhum problema de perda de população, quem tinha esse problema era Lisboa, pelo que gostaria de saber qual era o critério, em termos de organização do espaço geográfico da Área Metropolitana de Lisboa, para deslocar a Cidade Judiciária, com uma quantidade enorme de trabalhadores e de serviços associados, para o Concelho de Oeiras. Isso já para não falar da enorme contestação que estava a ter por parte da população de Oeiras e de Caxias, concretamente, por pôr em causa o PDM, mas aí eram problemas do Município de Oeiras. -----

----- A questão principal era saber que informação a Câmara poderia dar relativamente a essa política. Perguntou que política era essa de gestão da Área Metropolitana de Lisboa, de gerir a perda de população e de massa crítica. -----

----- Finalmente, não podia deixar de dizer que preocupava muito o BE a situação da Liliana, que falou no período do público, e por isso apresentava também uma proposta sobre essa matéria. Há quase dois meses que fora aprovada uma moção sobre essa matéria e gostava que a Câmara resolvesse esse problema, que dissesse qual era a ideia para resolver esse problema. Era fundamental que se pudesse responder aos municípios também sobre essa questão. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, anunciou que o PCP iria votar favoravelmente todas as moções apresentadas. -----

----- Estava de acordo com a atribuição do nome de Moniz Pereira à pista de atletismo e não estava de acordo com a baixa da moção sobre a Carris à comissão. -----

----- Referiu que se estava a pouco mais de um mês da realização em Lisboa de iniciativas de nível internacional, o Rock in Rio, o Super Bock Super Rock, Festas da Cidade, festas e arraiais populares, o Euro 2004 e eleições para o Parlamento Europeu. Era habitual ouvir-se representantes de várias entidades, bombeiros, PSP e GNR, colocarem várias interrogações e preocupações. Eram de facto acontecimentos que vinham criar situações preocupantes, que mereceriam uma grande reflexão e preocupação por parte daqueles que tivessem responsabilidades políticas na Cidade de Lisboa. -----

----- Era opinião do PCP que, face a acontecimentos tão importantes, deveria haver maior informação por parte do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Santana Lopes. Os partidos com assento no Conselho Municipal de Segurança já deveriam ter conhecimento dos planos de segurança para esse período. -----

----- Disse que a segurança da Cidade de Lisboa não podia ser descurada e não podia ficar restringida aos factos respeitantes ao Rock in Rio, Euro 2004 e outros. Na Cidade de Lisboa existiam vários pontos de atracção de massas, que exigiam a tomada de medidas especiais de segurança. Referia-se aos bairros históricos, terminais de transportes, aeroporto, docas, etc.. -----

----- O PCP não podia deixar de se preocupar com alguns anúncios, segundo os quais iriam ser retirados das zonas específicas as forças de segurança, ficando desse modo

desprotegidos as escolas, jardins de infância, centros comerciais e outros, sendo já muitos os índices que denotavam uma situação de desequilíbrio na gestão dos meios.

----- A planificação dos meios de segurança do Euro 2004 e de outras iniciativas não deveria pôr em causa a garantia da segurança na Cidade de Lisboa em todos os seus pontos nevrálgicos e por isso o PCP entendia ser mais que justificada a tomada de medidas preventivas, antes que acontecesse o pior. -----

----- Durante o mês de Junho seriam organizados muitos arraiais populares, espalhados pelos bairros da Cidade. Perguntou quem asseguraria a ronda por esses bairros e quem podia garantir que não haveria diminuição de vigilância policial, ou quem se responsabilizaria pela manutenção dos arraiais. -----

----- A 13 de Junho iriam realizar-se as eleições para o Parlamento Europeu, decorrendo no mesmo dia, no Estádio da Luz, o jogo Inglaterra-França, evento considerado de risco. Seria preciso dar atenção especial à segurança relativamente às secções de voto que se encontrassem nas proximidades do Estádio, tornando-se urgente o conhecimento das medidas indispensáveis para garantir a segurança da população da Cidade de Lisboa. -----

----- O Grupo Municipal do PCP considerava da maior importância a existência de um diálogo entre instituições, juntas de freguesia, Polícia de Segurança Pública, bombeiros, escolas com inclusão das associações de pais, afim de se prestar esclarecimentos. Não bastaria dizer para as crianças andarem em grupo ou serem acompanhadas pelos pais. -----

----- Era necessário que na Cidade de Lisboa fosse assegurado o número de efectivos policiais por forma a garantir a segurança no mês de Junho, em que ainda decorreria o último período escolar, pelo que também seria necessário garantir uma eficaz rede de transportes. -----

----- Perguntou qual o papel que estaria reservado à Polícia Municipal. -----

----- O PCP estaria atento a essa questão, considerando existirem dados para um primeiro alerta vermelho nessa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que ficara propositadamente para o fim, na esperança de que o Sr. Presidente da Câmara chegasse entretanto, uma vez que na última sessão ele manifestou saudades pela sua presença, estranheza pelo facto de não estar presente. Não queria hoje cometer a indelicadeza, e não o seria, de lhe fazer algumas críticas sem ele estar presente, mas uma vez que não podia estar, teria que as fazer na mesma e seguramente não seria mal interpretado. -----

----- Quanto ao processo do Túnel do Marquês de Pombal, gostava de reafirmar aquilo que tinha dito em nome do Partido Socialista desde o início. Nunca o PS, discordando frontalmente da oportunidade e da validade dessa obra, nunca o PS pôs em causa a legitimidade da sua construção, porque foi uma promessa eleitoral assumida publicamente, com cartazes e tudo e, portanto, não se tratava de uma coisa que aparecesse de repente e que ninguém tivesse pensado. -----

----- Esse assunto nunca esteve em discussão na Assembleia Municipal, mas o Sr. Presidente nunca teve por parte do PS obstaculização política à obra, embora tivesse

dito sempre que se tratava de um enorme erro que estava a ser cometido para a Cidade de Lisboa. -----

----- A verdade era que quanto mais se sabia desse assunto, quanto mais vinham a público as circunstâncias em que estava a ocorrer até agora o julgamento de uma acção movida por um cidadão, mais espantado se ficava com a enorme trapalhada em que a Câmara se meteu ao promover essa obra. -----

----- Atrever-se-ia a dizer que isso tinha que ver com o perfil do Sr. Presidente da Câmara, uma vez que tinha mais perfil para ser um político representativo do que para um político executivo, tinha qualidades para representar mas era um péssimo gestor e tinha muitas dificuldades em implementar aquilo que queria fazer, metendo-se em trapalhadas atrás de trapalhadas. -----

----- Como se sabia, o Túnel do Marquês nasceu de um concurso público, que teve por parte das empresas que concorreram propostas 25% acima do valor da empreitada e teve que ser anulado. Optou-se, em seu entender mal, pelo ajuste directo, talvez para estar em dia com calendários eleitorais, para esse ajuste directo passar no Tribunal de Contas o primeiro erro capital foi desorçamentar obras, tiraram-se obras do caderno de encargos. Isso era uma evidência, toda a gente constatou e foi a primeira trapalhada com que surgiu, que legitimamente até podia pôr em causa se foram ou não respeitadas as regras da concorrência estabelecidas pela União Europeia. -----

----- O Partido Socialista já solicitara a um Deputado Europeu, do seu grupo parlamentar, que colocasse essa questão no Parlamento Europeu, o que fora já feito ontem. -----

----- A verdade era que toda a gente tomara consciência que a obra, de concepção/construção, apesar de tudo foi sendo alterada e poderia ser alterada em questões de pormenor, mas foi sendo alterada significativamente sem que do mesmo houvesse um conhecimento público e até sem que o próprio Tribunal de Contas se pudesse pronunciar. Cortar acessos a um parque de estacionamento, cortar saídas, decidir-se que o túnel era todo em via fechada e já não tinha partes abertas, eram alterações substanciais ao projecto, que podiam levantar questões de legitimidade quanto à natureza do projecto e se o próprio Tribunal de Contas se pronunciara sobre uma coisa que já não era a mesma que estava a ser feita. Isso era lamentável e era uma outra trapalhada que a Câmara Municipal estava a cometer, desnecessariamente, se tivesse feito as coisas com tempo e dentro daquilo que seria aconselhável. -----

----- Isso já para não falar do projecto, por acaso tinha um traçado da planta onde era impressionante ver a distância dos tais 50cm que estavam entre o túnel do metropolitano e o túnel de circulação rodoviária, era qualquer coisa de espantoso e ninguém sabia se foi feito atempadamente um protocolo de cooperação com o Metropolitano de Lisboa para que se pudessem prever eventuais danos na estrutura. Aliás, não se sabia como é que isso estava acontecer. -----

----- Sabia que o Metropolitano de Lisboa, em Agosto do ano passado, propôs a elaboração do protocolo à Câmara Municipal de Lisboa para acompanhamento das obras do túnel, mas não sabia se a Câmara respondeu ou não e havia um grande secretismo sobre essa matéria. -----

----- Nem queria falar da pendente, a tal inclinação dos 9,5%, que era qualquer coisa de espantoso e não sabia como se justificaria. Poderiam dizer que isso não era obrigatório por não ser uma via circular europeia e sim uma coisa municipal, mas as normas de segurança eram válidas para todos, fossem estradas europeias ou estradas nacionais, e não se percebia como é que de uma forma tão leviana se estabelecia um traçado desse género, com uma pendente de 9,5% em determinada altura, que naturalmente teria consequências para a segurança de circulação. Era importante que essa questão fosse dita. -----

----- Disse que se ia de trapalhada em trapalhada e uma obra que o Sr. Presidente da Câmara podia ter terminado, se fizesse as coisas bem feitas, dentro dos seus calendários eleitorais e que podia depois fazer a sua propaganda e o seu próprio *show-off* em relação à obra feita, que era exímio nessas coisas, agora corria o risco de não estar pronta até às próximas eleições, nem sequer a seguir e se calhar depois ainda iam ter a “lata” de dizer que a culpa era da oposição, quando a oposição não foi ouvida nem achada para essa matéria. -----

----- Fazia um apelo ao Sr. Presidente da Câmara, através dos Srs. Vereadores. Parecia-lhe que o Sr. Presidente da Câmara devia ter a coragem de neste momento, e talvez custasse dinheiro, mas mais valia emendar tudo de uma vez e as coisas seguirem bem, parar a obra por sua iniciativa, não tinha que ser o tribunal, era ele parar a obra por sua iniciativa e dar todos os esclarecimentos aos cidadãos, à Assembleia Municipal e à população de Lisboa, sobre a natureza do projecto, o que foi alterado e porque se tomaram determinadas decisões, para que se pudessem tirar todos os naturais receios que pudesse haver em relação a uma obra dessa envergadura e que passava a 50cm de outro túnel já construído. -----

----- Nessas coisas, havia que ter todos os cuidados em esclarecer antes de se continuar a avançar. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que se o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho não tivesse utilizado palavras como trapalhada e levianos, não teria pedido a defesa da honra. Leviano não era algo que se pudesse aplicar a alguém do Executivo, a não ser que se provasse e, infelizmente, o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho não conseguiu provar nada do que disse. -----

----- Aliás, entrava em contradição, num jogo que era tradicional no Partido Socialista, que era dizer que não se opunham aos compromissos eleitorais mas faziam tudo para que a Câmara não cumprisse o seu compromisso, que era o que estava a acontecer em todo o processo. -----

----- O mais estranho era que na semana em que por acaso o tribunal estava a julgar um processo posto por um cidadão de forma muito natural, o PS procurasse por todos os seus meios levantar uma série de questões que já nem estavam em discussão no tribunal. O PS vinha hoje dizer pela voz do seu líder, pelo menos de Lisboa, que não existia projecto de segurança, mas tinha obrigação de saber que existia, até porque era obrigatório por Lei. Não só a Câmara tinha que o apresentar, como o consórcio tinha que apresentar e a Câmara apresentou desde logo, aquando do concurso, esse projecto de segurança. -----

----- Vinha o Sr. Deputado Municipal ficar muito espantado por haver uma pendente com um determinado ângulo de inclinação, precisamente no mês de Março de 2004, quando o concurso que foi lançado em Maio do ano anterior já previa exactamente essa mesma pendente. Estava habituado a alguma lentidão da parte de algumas pessoas, não estava habituado a essa lentidão da parte do Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho. -----

----- Vinha, ainda mais, demonstrar a sua perplexidade pela passagem e pelo troço do túnel, o que era espantoso, porque o troço era exactamente aquele que foi lançado em concurso, aquele que foi aprovado exactamente um ano antes. -----

----- A isso tudo chamava trapalhada, mas no seu caso não lhe chamaria trapalhada. O Partido Socialista chegava ao ponto, depois de saber que já fora analisada e afastada pelo tribunal, por exemplo, a questão do concurso, de agora recorrer às instituições internacionais. -----

----- Podia-se ver bem a preocupação que o Partido Socialista tinha sobre a legalidade do concurso quando, tendo ele sido adjudicado há nove meses atrás, curiosamente o PS levantava ontem essa questão. Era a rapidez natural do Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho a funcionar. Havia algo aí que não funcionava bem. -----

----- Disse que não havia trapalhadas, tudo era perfeitamente claro, o concurso foi feito, foi adjudicado, tinha visto do Tribunal de Contas, tinha estudo viário, tinha segurança e, se alguma coisa faltasse, achava que o PS devia fazer uma coisa, que era ter confiança nos tribunais e no que iam decidir, porque nunca outra obra na Cidade de Lisboa foi tão vista à lupa como estava a ser visto o Túnel das Amoreiras. Se o fosse, nenhum dos túneis que o PS fez enquanto foi poder estava legal, disse podia ficar ciente o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para prestar esclarecimentos, disse que o Sr. Vereador Pedro Pinto concordaria que trapalhada e leviano fora apenas um pretexto para poder fazer a intervenção que fez, porque trapalhada não ofendia a honra de ninguém, era uma característica de um determinado processo, e leviano era uma coisa usual em linguagem política, mas podia substituir por ligeireza e ficava com a ideia daquilo que queria dizer, longe de si considerar alguém leviano na Câmara Municipal de Lisboa, a começar pelo Sr. Presidente. -----

----- Relativamente à pendente, sabia o Sr. Vereador muito bem que o Partido Socialista, logo nas primeiras sessões de Câmara em que o projecto foi apresentado, se manifestou de uma forma muito dura contra essa situação. Até o Sr. Presidente e a Vereação apresentaram em própria sessão de Câmara uma redução de 0,2% da respectiva pendente. Portanto, quando o Sr. Vereador dizia que o PS só agora se lembrou dessa questão, naturalmente tratava-se de uma distração sua, que era perfeitamente aceitável num momento de uma Assembleia que teve alguns períodos conturbados, mas, como devia calcular, errou o alvo nessa matéria, porque o problema da pendente sempre esteve levantado pelo PS e era uma situação preocupante com consequências ao nível da segurança. -----

----- O PS não punha a questão de haver um projecto de segurança para os trabalhadores da obra, evidentemente tinha que haver, ou a Inspeção-Geral do

Trabalho estava a dormir. O que queria saber era os planos de segurança para eventuais situações de dificuldade que pudessem surgir no túnel perante incêndios, acidentes, engarrafamentos, etc.. -----

----- O PS não andava a falar do túnel desde que a questão estava em julgamento. Aliás, parecia-lhe que o Sr. Vereador Pedro Pinto já fora Deputado ao Parlamento Europeu e sabia muito bem que a pergunta de um Deputado ao Parlamento Europeu tinha que ser programada com algum tempo, porque os Deputados não podiam fazer as perguntas que queriam em qualquer momento. Portanto, o PS de Lisboa solicitou ao Deputado Manuel dos Santos essa iniciativa há mais de um mês, sendo que só agora calhou e bem, porque não bastava sê-lo e era preciso parecê-lo. -----

----- As próprias empresas de construção civil também já tinham feito, apesar de tudo, alguns comentários e algumas reclamações nessa matéria. O caderno de encargos do concurso público não era o mesmo caderno de encargos da adjudicação directa. A Câmara tinha que explicar isso muito bem, porque essas questões tinham que ver com as empresas, com a economia nacional, com os princípios da livre concorrência, que eram muito caros aos partidos do Governo e também respeitados pelo PS e, portanto, essas questões teriam muito naturalmente que ser consideradas. -----

----- Apelava novamente ao Sr. Presidente da Câmara para que se parasse uns dias, para esclarecer o povo português e os lisboetas em particular sobre a enorme trapalhada em que estavam metidos por culpa própria, essa é que era a verdade. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, no uso da palavra, disse que se queria referir às moções nºs 3 e 4, mas, como podia não ter tempo, ficava-se só pela nº4, do Partido Comunista, no aspecto em que se punham reservas à privatização de serviços e bens públicos. -----

----- Primeiro que tudo queria informar que lera há poucos dias na imprensa estrangeira que uma das razões do grande êxito económico em Espanha fora baseada na privatização de vários serviços públicos. -----

----- Estava absolutamente de acordo em que tinha que haver actividades estatizadas e actividades privadas, sem esquecer uma intermédia, que era a concessão. O que não havia dúvida era que as actividades privadas eram o factor de grande desenvolvimento económico e a prova disso estava feita historicamente na União Soviética, começando por Lenine e depois, na inversa, por Staline. -----

----- Lenine, quando subiu ao poder, determinou que só podiam ser privadas as empresas que tivessem o máximo de cinco trabalhadores e veio uma crise económica tremenda, que, segundo os historiadores, morreram milhões de pessoas à fome, então Lenine reverteu a sua política e determinou que podiam ser privadas as actividades que tivessem um máximo de 20 trabalhadores. Lenine foi acusado por dirigentes soviéticos de ter repostado o capitalismo e não pôde continuar a sua política porque foi alvo de um atentado e veio a morrer. Seguidamente, Staline estatizou toda a economia e, como todos sabiam, a economia estatizada na União Soviética deu de si, ninguém a derrubou, ninguém a atacou, ninguém a empurrou. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Vieira (PCP)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que havia critérios que punham em causa a honra dos Deputados Municipais do PCP. -----

----- A Constituição da República, aprovada pelo PCP e pela maioria dos partidos que tinham assento na Assembleia Constituinte de então, estabelecia ainda hoje um conjunto de direitos, de obrigações, de fornecimento de serviços públicos essenciais à maioria da população. Era isso que assistia, para além de outras razões de carácter social, para dizer que essa era uma questão eminentemente de obrigação social do Estado. -----

----- Ficava bem patente na privatização da Rodoviária de Lisboa o que causou de negativo para as populações. Ficava também patente, e dentro em breve todos seriam confrontados com uma pretensa Lei da Água, em que se pretendia inclusivamente privatizar as bacias e proibir o usufruto dessas bacias até para tomar banho. Por esse caminho o PCP não ia, visto a água ser um bem essencial à vida, ninguém podia viver sem água. -----

----- Quanto aos adjectivos que o Sr. Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma arranhou para tentar justificar o injustificável, ficavam consigo e com quem não votou a Constituição da República. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS/PP)**, no uso da palavra, disse que o CDS/PP se associaria ao voto de pesar apresentado pelo PSD, bem como à moção apresentada pelo PEV. Iria votar também favoravelmente a moção apresentada pelo BE sobre o Prof. Moniz Pereira e ainda as moções do PS sobre a matéria do aqueduto, dos protocolos das juntas, do 25 de Abril e da Carris. Essas moções seriam todas votadas favoravelmente. -----

----- As outras moções, algumas teriam o voto contra e outras a abstenção. -----

----- Relativamente às moções do PCP, todas elas teriam o voto contra porque há dois anos que se assistia às mesmas moções na Assembleia, a mesma linguagem, os mesmos argumentos, tudo isso vindo de um partido curioso, que vinha dar lições de democracia aos outros quando lá fora apoiava as ditaduras, como o caso de Cuba ou da Coreia do Norte. Portanto, valia dentro aquilo que não valia lá fora, o que não deixava de ser curioso e revelador da coerência do PCP nessa matéria. -----

----- Já não voltava mais atrás, porque os direitos dos trabalhadores que tanto defendiam, quando foi a invasão da Checoslováquia e a Primavera de Praga estavam do lado dos tanques soviéticos, não estavam do lado dos direitos dos trabalhadores desses países. -----

----- Em matéria de direitos de trabalhadores, privatizações e as teorias da conspiração do Governo com o grande patronato, etc., isso valia o que valia, mas também era curioso que citassem o exemplo das OGMA, que vinha referido numa das moções. Esse, porventura, seria o único exemplo que o PCP não podia referir, porque as OGMA estavam em Junho de 2002 completamente à beira da falência, com uma situação de tesouraria tal que já nem os salários estavam garantidos. Essa era a realidade da empresa no início de 2002 e, através do Ministério das Finanças e do Ministério da Defesa, encontrou-se uma solução que não só viabilizou a empresa, não

só não conduziu a despedimentos, como hoje, e fora patente há pouco tempo na apresentação dos resultados, as OGMA davam lucro, coisa que não davam há um tempo atrás. -----

----- O Governo que diziam ser contra os trabalhadores foi o Governo que salvou a empresa e assegurou mais de 2000 postos de trabalho em causa nessas empresas. Essa era a diferença entre quem vinha fazer discursos bonitos e quem resolvia na prática os problemas. O actual Governo resolveu o problema das OGMA e o PCP, nessa matéria, contribuiu para a instabilidade da empresa, andou a fomentar greves e manifestações e a enviar para lá a Deputada Odete Santos cada vez que lá ia a SIC Notícias. Esse foi o contributo do PCP para resolver o problema das OGMA e de mais de 2000 postos de trabalho que estavam em causa. -----

----- Os discursos do PCP eram o relambório do costume e mais não dizia sobre isso, porque também não gostava que ficassem tão mal na fotografia em matéria de democracia ou direitos dos trabalhadores. -----

----- Solicitou à Mesa, relativamente às moções nºs 13 e 14, que fossem votadas ponto a ponto. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Vieira (PCP)**, no uso da palavra para um protesto, disse que, como o problema das OGMA fora citado muito a despropósito, era bom saber-se que as OGMA, situadas em Alverca do Ribatejo, uma empresa que tinha como principal missão à data da sua criação fornecer serviços para a Força Aérea e constantemente foi progredindo para trabalhar em serviços para terceiros, o PCP podia dormir descansado em relação às OGMA em muitos momentos. O PCP nunca esteve do lado daqueles que fizeram coro, pondo as OGMA em causa quando ela tinha contratos com Angola altamente vantajosos para o País. Era bom que quem nessa altura se comportou de uma forma, não viesse agora ignorar aquilo que fez à data. -----

----- Relembrando a questão dos postos de trabalho, de facto a actual administração não despediu, só empurrou para a rua cerca de 650 trabalhadores. A actual administração, que dizia ter viabilizado a empresa, entregou áreas estratégicas da empresa, como toda a área das tecnologias de informação, como ainda hoje vinha nas notícias da comunicação social mais uma área e como vinha entregando um conjunto de serviços de funcionamento das OGMA a empresas privadas que depois lhe vendiam a seguir o produto. -----

----- Podia-se dizer que o actual Governo ainda fez pior, levando a que as OGMA ficassem fora de um projecto de interesse nacional, que era o caso dos A400. Era bom que houvesse essa noção, que foi por opção do actual Governo e se havia problemas nas OGMA, era devido à irresponsabilidade e à cegueira com que estava a ser seguido o processo por parte da actual administração. -----

----- Quanto aos impropérios com que o Sr. Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves tentou confundir acerca do Partido Comunista Português, disse que o PCP era um partido profundamente patriótico e não tinha a sua concepção do mundo, nem iria obrigar, conforme não obrigaram durante 48 anos e não era com uma conversa ligeira que desviaria a questão de fundo, que era a privatização da água em Portugal ser da

responsabilidade do actual Governo. Era quem queria pôr uma Lei da Água para privatizar as bacias e entregar essas à gestão eminentemente privada, pretendendo proibir as pessoas de ter o usufruto dos rios, que sempre tiveram. -----

----- Para quem dizia respeitar tanto as liberdades individuais, ficava-se por aí e ficavam muito bem conversados. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS/PP)**, no uso da palavra para um contraprotesto, referiu que factos eram factos e o que tinha citado eram factos, de que as OGMA estavam à beira da falência e hoje era uma empresa a dar lucro. Portanto, aquele Governo que diziam estar feito com o grande patronato para fomentar a instabilidade dos trabalhadores, as greves, o desemprego, essa coisa toda que costumavam dizer, a verdade era que a empresa era viável e dava lucro, coisa que já não acontecia há muito tempo e foi por iniciativa do actual Governo. -----

----- Em relação à concepção do mundo, de facto havia concepções diferentes, mas a grande diferença era que não impunha a sua a ninguém e outros se calhar já não podiam dizer o mesmo sobre essa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra, disse que queria falar sobre duas situações, sendo a primeira relativamente a descentralização de competências para as juntas de freguesia. Como todos sabiam, a delegação de competências foi assinada em Junho de 2002, logo nessa altura ficou visto, na tomada de assinatura pelo Sr. Presidente da Câmara e por todos os presidentes de junta lá representados, que aquele protocolo não era o melhor e continuaria a haver reuniões no sentido de aprofundar e melhorar os protocolos de descentralização de competências para as juntas de freguesia. Infelizmente, passados dois anos, continuava-se com o mesmo protocolo, a precisar de melhoramentos. -----

----- Por outro lado, o Sr. Presidente da Câmara dizia constantemente, tanto na Assembleia Municipal como na Câmara, como para os órgãos de comunicação social, que defendia a descentralização e que ia propor e fazer mais descentralização para as juntas de freguesia, como as piscinas, o atendimento público, a publicidade e outros. -

----- O PCP estava desde a primeira hora de mãos abertas para receber mais descentralizações. Aliás, já entregara por diversas vezes uma proposta de critérios para a descentralização, o que infelizmente ainda não foi feito e continuava-se à espera dessa descentralização. -----

----- Perguntou para quando estaria prevista a transferência das verbas da primeira tranche do protocolo de 2004, uma vez que havia juntas de freguesia, para não dizer todas, a ficar asfixiadas e que poderiam correr o risco de não pagar aos trabalhadores, como a Câmara estava infelizmente a fazer. Esperava que a transferência fosse feito com a maior urgência possível, para se poder evitar isso. -----

----- Por outro lado, gostaria que a Câmara Municipal dissesse quais foram os critérios para transferir um milhão de euros do FEF, que foi aprovado em Assembleia Municipal. Sabia existirem juntas de freguesia que receberam algumas transferências acima dos 2.5% e que outras juntas continuaram a receber o mesmo, como era o caso da Junta de Freguesia da Ajuda. Recebeu o mesmo do ano anterior acrescido dos

2.5%. Já tinha feito um ofício à Senhora Vereadora para que explicasse essa situação e continuava à espera. -----

----- **A Senhora Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para prestar esclarecimentos, disse que o critério adoptado para as transferências do FFF fora o mesmo que era adoptado nas transferências do Poder Central para as juntas de freguesia actualmente. Fizeram-se os cálculos tal e qual como as transferências, no caso era um complemento e, portanto, adoptou-se o mesmo critério do Governo. -----

----- Havia juntas de freguesia que, de acordo com esse critério, receberiam menos, mas todas receberam pelo menos o valor do ano anterior actualizado à taxa de inflação. O restante foi distribuído, com a aplicação pura do critério utilizado pelo Governo. -----

----- Em relação aos protocolos de delegação de competências, essas delegações teriam que ser nas várias áreas, na altura isso ficou acordado, essas verbas teriam que ser atribuídas de acordo com determinados critérios que estavam em estudo e tinham que ser discutidos para atribuição das verbas de acordo com novos protocolos. -----

----- A transferência estava a ser actualmente feita de acordo com os protocolos, foi uma mera actualização dos protocolos existentes. Estas verbas eram adicionais e seriam distribuídas de acordo com determinados critérios nas áreas que ficou acordado irem reforçar e que seriam negociadas com as juntas de freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse não ter entendido muito bem, mas parecia-lhe que quando foi aprovado um milhão de euros no Orçamento para 2004, deduziu que essa verba seria para distribuir pelas 53 freguesias. A Ajuda fazia parte das 53 freguesias e recebeu 2.5%, quando outras juntas receberam 40%, 50%, 60%. Não entendera isso assim, entendera que o milhão de euros devia ser distribuído por todas as juntas e poderia não ser por partes iguais, mas a Ajuda, como outras juntas, deveriam ter também parte dessa verba, o que não teve. -----

----- Quanto à transferência de verbas do protocolo, quando ele foi assinado, em 2002, o que ficou visto era que a primeira tranche seria distribuída no princípio do primeiro semestre do ano e a segunda tranche no início do segundo semestre. As alterações que pudesse haver seriam vistas depois caso a caso com as juntas, mas para as verbas assinadas no dia 5 de Junho de 2002 estava definido que em Janeiro de cada ano e em Julho de cada ano seriam transferidas as verbas do protocolo. Tudo o resto seria depois visto caso a caso, as alterações, as adendas, etc.. -----

----- Aproveitava para dizer que a Junta de Freguesia da Ajuda tinha algumas adendas assinadas e que infelizmente também ainda não as recebeu, não vinham incluídas nas verbas e esperava que não acontecesse o mesmo do ano anterior, em que se recebeu essas adendas no final do ano, estando a Junta a cumprir os compromissos com entidades e trabalhadores todos os meses. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que tinha participado na reunião, na Assembleia Municipal, onde foi aprovado o

Orçamento para 2004 e as informações que foram transmitidas pelo Sr. Presidente da Câmara iam no sentido de que o milhão de euros a ser transferidos para as freguesias seriam distribuídos de acordo com os critérios que estavam definidos em relação à outra verba. Pela intervenção da Senhora Vereadora, parecia que afinal não condizia com a informação dada pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Também confirmava isso porque a Junta de Freguesia de Marvila, uma das maiores de Lisboa, só recebeu os 2.5% certinhos e nem mais nada. -----

----- Tinha sido prometido que as freguesias iriam ter mais um milhão e não só algumas freguesias. Se fossem só algumas freguesias, gostaria que a Senhora Vereadora explicasse os critérios que presidiram a essa decisão. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, perguntou se os pedidos de esclarecimento não contavam no tempo legal dos partidos. Tinha a ideia de que contariam e, tendo o PCP esgotado o tempo, ficava sem saber qual a solução para essa questão. -----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu que não contavam, nem os pedidos de esclarecimento nem as respostas a esses pedidos. As últimas decisões sobre o Regimento contemplavam essas matérias. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse estar-se em dia de algum desacerto por parte da bancada do PSD relativamente ao que fora deliberado anteriormente. Queria registar esse facto. -----

----- Para além dessa questão, que era uma questão de pormenor mas importante, relativamente ao que se estava a discutir agora, o reforço de um milhão de euros para os protocolos de delegação de competências, isso foi uma exigência que o PS colocou à maioria camarária para a aprovação do Orçamento. Em sede de Assembleia Municipal foi feita uma negociação transparente e pública, pelo que importava precisar o que fora acordado, porque já ouvira várias referências acerca do que fora acordado. -----

----- O que foi acordado com a Câmara Municipal, através da Senhora Vice-Presidente e do Sr. Vereador Pedro Pinto, com a anuência do Sr. Presidente da Câmara, era o reforço de um milhão de euros para as juntas de freguesia, que seria distribuído de acordo com o que a Câmara fazia com o FFF, e outro milhão de euros para reforçar os protocolos de delegação de competências, que seria de acordo com as indicações que a Câmara Municipal conhecia. Era reforço especial para o protocolo de obras particulares, que era uma matéria ainda por resolver mas que iria ter um reforço substancial, e reforço também dos pelouros da educação e da acção social. Eram essas as matérias que ficaram acordadas e sobre elas importava definir. -----

----- Por outro lado, relativamente às verbas que a Câmara já distribuía, não punha em causa que tivesse distribuído, mas queria ser informado de como foi feita a distribuição e quem beneficiou dela. Isso era perfeitamente legítimo e, mais, num processo transparente era absolutamente necessário. -----

----- **O Senhor Presidente** referiu que as matérias que tinham estado em causa nos pedidos de esclarecimento foram decididas em 3-11-2003. -----

----- **A Senhora Vice-Presidente da Câmara** referiu que, quanto às verbas a transferir no âmbito dos protocolos, o Deputado Municipal Dias Baptista dissera exactamente como tinha sido. Ficou acordado o destino a dar às verbas e, portanto, não tinha mais nada a acrescentar. -----

----- Em relação ao reforço que houve nas verbas a transferir como complemento do FEF, nunca foi discutido o critério, foi apenas decidido reforçar a verba em um milhão. Foi entendimento do Executivo da Câmara que, havendo já no passado várias manifestações por parte de pequenas juntas de freguesia de que as verbas eram insuficientes, mas não havendo hipótese de alterar os critérios porque isso implicava uns aumentos que não estavam disponíveis, aproveitando o reforço da verba foi aplicado o critério actualmente aplicado nas transferências de verbas para as juntas de freguesia por parte do Governo. A Câmara limitou-se a aplicar ao global da verba exactamente o critério da Lei, garantindo às juntas de freguesia que pudessem eventualmente sofrer um decréscimo a mesma verba do ano anterior, acrescida da taxa de inflação. Foi a verba que tinha vindo à aprovação com o Orçamento inicial, sem o acréscimo de um milhão. -----

----- Disse que nunca ficara acordada a forma da distribuição e que soubesse, respondendo ao Deputado Municipal do PCP, como fora entendimento do Executivo rever os critérios de distribuição das verbas, também não se recordava de ouvir o Sr. Presidente dizer que iria ser distribuído o milhão exactamente nos termos do anterior. Podia ter havido algum subentendimento, mas da parte do Executivo sempre foi intenção alterar e pôr os critérios em conformidade com as restantes transferências feitas do Governo para as juntas de freguesia. Agarrou-se no bolo global acrescido de um milhão, para fazer a distribuição de acordo com a Lei actualmente em vigor. -----

----- **O Senhor Presidente** voltou a referir que a moção nº17 passaria a ser discutida no ponto 4 e as moções nºs 7 e 20 no ponto 7. -----

----- Seguidamente, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia tomado as seguintes deliberações: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº 1**, subscrita pelo Deputado Municipal Nelson Antunes, do PSD. -----

----- (Finda a votação, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória do Prof. Reis Pinto) -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº 2**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM.

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº 3**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM.

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº 4**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM.

----- A **Moção nº 5**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, foi votada ponto por ponto, a pedido do Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS/PP), tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e abstenções do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e abstenções do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e abstenções do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 4, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e abstenções do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 5, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS/PP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “ Relativamente a esta moção, para clarificar as coisas e evitar alguns risos, nós abstivemo-nos em todos os pontos da moção, excepção feita ao último, que tem a ver com a sua publicação nos órgãos de comunicação social. Essa foi a razão fundamental para pedir a votação ponto por ponto. Aliás, é do conhecimento dos Srs. Deputados, acho eu, que entreguei um requerimento sobre o custo das moções publicadas nos jornais por esta Assembleia. -----

----- Entreguei outro requerimento relativamente aos custos das moções em 2004, porque só em duas sessões já estão 17 moções para ser publicadas nos jornais, o que vai disparar o orçamento desta Câmara com publicidade paga nos jornais à custa do erário público, com alguns dos textos que são o que são e, portanto, essa é a razão fundamental para ter pedido e termos votado contra o último ponto. ” -----

----- **O Senhor Presidente** informou o Sr. Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves de que estava a ser preparada a informação requerida. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “ A declaração de voto que aqui faço prende-se com a liberdade de explicação e a divulgação é exactamente isso. Nós estamos a celebrar a liberdade dentro de breves dias e, portanto, cremos que tudo aquilo que nós aprovamos aqui, naturalmente, deve ser divulgado, deve ser conhecido, nomeadamente às entidades que aqui estão referenciadas e são o garante também de que tudo aquilo que são decisões humanistas e não economicistas aqui passem e sejam de facto conhecidas da população. -----

----- Nós não temos problema algum, pelo contrário, achamos que a população deve ser informada. Esta é a linha da transparência. ” -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS/PP)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, disse que o que se acabara de assistir não era uma declaração de voto, mas sim uma acusação a uma bancada de pôr em causa a liberdade da Assembleia Municipal e isso não era admissível, muito menos ao Partido Comunista, que viesse dar lições de liberdade ou democracia a quem quer que fosse.

----- O CDS/PP não estava contra que fossem publicadas as moções da Assembleia Municipal, mas tinha que se ter em atenção que em 2002 foram gastos 8 mil euros em moções, em 2003 foram gastos qualquer coisa como 17 mil e em 2004 supunha que já ia no dobro, visto ser o dobro das moções aprovadas. Essa era uma questão política de

gestão de dinheiros públicos, que oportunamente seria analisada na Assembleia, mas lições de liberdade e democracia não aceitava. -----

----- **O Senhor Presidente** retomou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia tomado as seguintes deliberações: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº 6**, apresentada pelo Grupo Municipal do PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº 8**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, à qual foi aditado um ponto deliberativo com o seguinte teor: -----

----- “ 2. – Propor a atribuição do nome do Prof. Moniz Pereira à futura pista de atletismo a ser construída no Alto do Lumiar. ” -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº 9**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, BE e PPM e abstenções de PSD e CDS/PP. -

----- A **Moção nº 10**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, BE e PPM e votos contra do PSD e CDS/PP. -----

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 4, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 5, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 6, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº 11**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº 12**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

----- A **Moção nº 13**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, foi votada ponto por ponto, a pedido do CDS/PP, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, PS, CDS/PP, PEV, BE e PPM e abstenção do Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS/PP). -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, PS, CDS/PP, PEV e BE e abstenções do PPM e de um Deputado Municipal do CDS/PP. -

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, PS, CDS/PP, PEV, BE e PPM e abstenção do Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS/PP). -----

----- Aprovar o ponto 4, por unanimidade. -----

----- Aprovar o ponto 5, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- A **Moção nº 14**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, foi votada ponto por ponto, a pedido do CDS/PP, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e abstenções do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e abstenções do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e abstenções do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 4, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e abstenções do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 5, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº 15**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra de PSD, CDS/PP e PPM.

----- A **Moção nº 16**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, foi votada ponto por ponto, a pedido do PPM, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, BE e PPM e votos contra do PSD e CDS/PP. -----

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 4, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 5, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 6, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 7, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº 18**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra de PSD, CDS/PP e PPM.

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº 19**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

----- **O Senhor Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia e declarou aberto o período da Ordem do Dia da presente sessão extraordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Proposta 171/2004** -----

----- **Ponto 2 – Proposta 172/2004** -----

----- **Ponto 3 – Proposta 173/2004** -----

----- **Ponto 4 – Proposta 112/2004** -----

----- **Ponto 5 – Proposta 113/2004** -----

----- **Ponto 6 – Proposta 114/2004** -----

----- Ponto 7 – Ambiente na Cidade – projectos e alterações em implementação no Parque Florestal do Monsanto e no Parque da Bela Vista. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – PROPOSTA 171/2004 - APROVAR A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DAS PARCELAS DE TERRENO MUNICIPAIS, DESTINADAS A COMPLEMENTO DO LOTE SITO NA ESTRADA DA LUZ, N.º 6, FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE BENFICA, EM LISBOA NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º2 E B) DO N.º4 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- PROPOSTA 171/2004 -----

----- Considerando que: -----

----- Através da Proposta n.º 33/2004, aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 28JAN2004, foi deliberado alienar a Construções Júlios Gomes e Rijo, Lda., ou a quem no acto da escritura provar ser o proprietário do Lote sito na Estrada da Luz, n.º 6, freguesia de S. Domingos de Benfica, em Lisboa, quatro parcelas de terreno municipais, com as áreas de 41,75 m², 41,75 m², 43,80 m² e 16,70 m², identificadas na cópia da Planta n.º 03/099/02 do Departamento do Património Imobiliário, pelo valor global de € 23.794,55; -----

----- As referidas parcelas de terreno se destinam a complemento de lote, para construção de estacionamento no subsolo, na sequência da aprovação do projecto para o local operada no âmbito do Processo n.º 1162/OB/02; -----

----- Aquelas parcelas de terreno serão desanexadas do prédio rústico descrito na 8ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o n.º 12.094, a fls. 60 do Livro B-44, o qual foi adquirido pelo Município de Lisboa por escritura pública de permuta celebrada em 09JAN1990, com destino a via pública – para execução de estudos urbanísticos no âmbito do instrumento de gestão territorial então em vigor –, e como tal está registado; -----

----- Por conseguinte, se torna necessário desafectar as questionadas parcelas de terreno do domínio público municipal para integração no domínio privado municipal, mostrando-se acautelado o interesse público geral, atento que é garantido o direito de passagem pública a peões na superfície e o direito de acesso ao estacionamento do lote confinante, a Norte, além de se viabilizar a criação de um espaço verde público no interior do quarteirão, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64º, n.º 6, alínea a), e 53º, n.º 4, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, submeter à Assembleia Municipal: -----

----- A desafecção do domínio público para integração no domínio privado municipal das parcelas de terreno municipais identificadas na cópia da Planta n.º 03/099/02 do Departamento do Património Imobiliário, destinadas a complemento do lote sito na Estrada da Luz, n.º 6, freguesia de S. Domingos de Benfica, em Lisboa. --

----- Em tudo o mais se mantém o deliberado pela Câmara Municipal através da Proposta n.º 33/2004, na sua reunião de 28JAN2004. -----

----- (Processo Privativo n.º 122/DPI/03) -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e submeteu à aprovação a proposta 171/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA 172/2004 - APROVAR A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA INTEGRAR NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, DAS PARCELAS DE TERRENO MUNICIPAIS DESIGNADAS PELAS LETRAS F, G, H E I, ASSIM COMO APROVAR A ALIENAÇÃO, PARA COMPLEMENTO DE EDIFICAÇÃO, À FERROVIAL IMOBILIÁRIA, S.A., OU A QUEM NO ACTO DA ESCRITURA PROVE SER LEGÍTIMO PROPRIETÁRIO DA PARCELA DE TERRENO A COMPLEMENTAR, AS SUPRA REFERIDAS PARCELAS DE TERRENO MUNICIPAIS E AINDA ACEITAR A DOAÇÃO, DA FERROVIAL IMOBILIÁRIA, S.A. OU DE QUEM NO ACTO DA ESCRITURA PROVE SER O LEGÍTIMO PROPRIETÁRIO, DE 5 PARCELAS DE TERRENO, DESIGNADAS PELAS A, B, C, D E E, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 E ALÍNEA B) DO N.º 4 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- PROPOSTA 172/2004 -----

----- “ Considerando que: -----

----- Foi aprovado através do Processo n.º 988/OB/00, impulsionado pela Ferrovial Imobiliária, SA, o projecto de arquitectura para a parcela de terreno destinada a construção, sita à Rua José Maria Nicolau, por despacho da Exm.ª Sr.ª Vereadora Margarida Magalhães em 04/01/02; -----

----- Por conseguinte, se mostra necessário, regularizar os limites da referida parcela de terreno através da alienação de quatro parcelas municipais para complemento de edificação a desafectar do domínio público municipal, bem como da aceitação de cinco parcelas de terreno destinadas a integrar o domínio público; -----

----- Da desafecção do domínio público municipal das supra referidas parcelas de terreno, destinadas a complemento de edificação, não resulta qualquer prejuízo para o espaço público envolvente, dado tratar-se de partes sobrantes do arruamento já construído, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 64º, n.ºs 1, alínea h) e 6, alínea a), e do artigo 53º, n.ºs 2, alínea e) e 4, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro: -----

----- Submeter à Assembleia Municipal a desafecção do domínio público, para integrar no domínio privado municipal, das parcelas de terreno municipais designadas pelas letras F, G, H e I, representadas a tracejado de cor verde na cópia da planta n.º 03/117/04 do Departamento do Património Imobiliário; -----

----- Aprovar a alienação, para complemento de edificação, à Ferrovia Imobiliária, S.A., ou a quem no acto da escritura prove ser o legítimo proprietário da parcela de terreno a complementar, as supra referidas parcelas de terreno municipais, pelo valor global de 28.329,48 € (vinte oito mil trezentos e vinte e nove euros e quarenta e oito cêntimos), com a localização, áreas, valores e confrontações a seguir indicados: -----

----- Parcela F: -----

----- Localização – Rua José Maria Nicolau -----

----- Área – 4,00 m² -----

----- Valor – 212,76 € -----

----- Confrontações – Norte: Ferrovia Imobiliária, SA -----

----- Sul: CML; Rua José Maria Nicolau -----

----- Nascente e Poente: CML -----

----- Parcela G: -----

----- Localização – Rua José Maria Nicolau -----

----- Área – 27,00 m² -----

----- Valor – 1.436,13 € -----

----- Confrontações – Norte: Ferrovia Imobiliária, SA -----

----- Sul: CML; Rua José Maria Nicolau -----

----- Nascente e Poente: CML -----

----- Parcela H: -----

----- Localização – Rua José Maria Nicolau -----

----- Área – 20,00 m² -----

----- Valor – 1.063,80 € -----

----- Confrontações – Norte: Ferrovia Imobiliária, SA -----

----- Sul: CML; Rua José Maria Nicolau -----

----- Nascente e Poente: CML -----

----- Parcela I: -----

----- Localização – Rua Mateus Vicente -----

----- Área – 10,00 m² -----

----- Valor – 24.644,70 € -----

----- Confrontações – Norte : CML -----

----- Sul e Poente: Ferrovia Imobiliária, SA -----

----- Nascente: CML; Rua Mateus Vicente -----

----- Aceitar a doação, da Ferrovia Imobiliária, SA, ou de quem no acto da escritura prove ser o legítimo proprietário, de 5 parcelas de terreno, designadas pelas letras A, B, C, D e E, identificadas a tracejado de cor amarela na cópia da mesma planta, com a localização, áreas, valores para efeito de escritura e confrontações a seguir indicadas:

----- Parcela A: -----

----- Localização – À Rua José Maria Nicolau -----

----- Área – 64,50 m² -----

----- Valor – 322,50 € -----

----- Confrontações – Norte, Sul e Poente: CML -----

----- Nascente: Ferrovia Imobiliária, SA -----
----- Parcela B: -----
----- Localização – Rua José Maria Nicolau -----
----- Área – 71,00 m2 -----
----- Valor – 355,00 € -----
----- Confrontações – Norte, Nascente e Poente: Ferrovia Imobiliária, SA -----
----- Sul: CML; Rua José Maria Nicolau -----
----- Parcela C: -----
----- Localização – Rua José Maria Nicolau -----
----- Área – 11,00 m2 -----
----- Valor – 55,00 € -----
----- Confrontações – Norte, Nascente: Ferrovia Imobiliária, SA -----
----- Sul e Poente: CML; Rua José Maria Nicolau -----
----- Parcela D: -----
----- Localização – Rua José Maria Nicolau e Rua Mateus Vicente -----
----- Área – 192,50 m2 -----
----- Valor – 962,50 € -----
----- Confrontações – Norte: CML; Ferrovia Imobiliária, SA -----
----- Sul: CML; Rua José Maria Nicolau -----
----- Nascente: CML; Rua Mateus Vicente -----
----- Poente: Ferrovia Imobiliária, SA -----
----- Parcela E: -----
----- Localização – Av. Norton de Matos -----
----- Área – 181,50 m2 -----
----- Valor – 907,50 € -----
----- Confrontações – Norte: CML; Av. Norton de Matos -----
----- Sul: Ferrovia Imobiliária, SA -----
----- Nascente e Poente: CML -----
----- Submeter à Assembleia Municipal a afectação ao domínio público das referidas
parcelas de terreno objecto de doação, bem como o reconhecimento à Ferrovia
Imobiliária, SA, ou a quem no acto da escritura prove ser o legítimo proprietário, do
direito à isenção do pagamento das taxas devidas pela ocupação do domínio público
com estaleiro de apoio à construção em causa. -----
----- CONDIÇÕES DE ACORDO -----
----- 1. As parcelas a transmitir ao Município deverão estar livres e desocupadas
aquando da conclusão da obra. -----
----- 2. Deverá ser garantido o direito de passagem a peões na superfície da Parcela J,
identificada a tracejado de cor azul na cópia da mesma planta, com a área de 8.50 m²,
a partir das cotas constantes no projecto, referidas ao nivelamento geral do País. -----
----- (Processo Privativo nº 92/DPI/03) -----

----- Justificação dos Preços Propostos -----
----- Os valores das parcelas a transmitir pela Câmara, na forma de complemento de lote, serão estimados com recurso à deliberação n.º 133/AM/95, publicada no Boletim Municipal de 28 de Novembro. -----
----- A valorização, para efeito de escritura, das parcelas a doar à Câmara é feita mediante a aplicação do valor unitário simbólico de 5,00 € por m² de terreno, atento ao seu destino para via pública. -----
----- Assim tem-se : -----
----- Parcela F: -----
----- Área da parcela : 4,00 m² -----
----- Área de construção : 4,00 m² -----
----- Utilização : Estacionamento -----
----- Coeficiente de utilização : 0,75 (valência habitacional) -----
----- Coeficiente de sobrecarga urbana : 4 (zona “B”) -----
----- Valor unitário : 55,08 €/m²p. -----
----- (0,75 x 4 x 6 x 10,20 €/m²p. x 0,30) -----
----- Valor : 220,32 € -----
----- Parcela G: -----
----- Área da parcela : 27,00 m² -----
----- Área de construção : 27,00 m² -----
----- Utilização : Estacionamento -----
----- Coeficiente de utilização : 0,75 (valência habitacional) -----
----- Coeficiente de sobrecarga urbana : 4 (zona “B”) -----
----- Valor unitário : 55,08 €/m²p. -----
----- (0,75 x 4 x 6 x 10,20 €/m²p. x 0,30) -----
----- Valor : 1.487,16 € -----
----- Parcela H: -----
----- Área da parcela : 20,00 m² -----
----- Área de construção : 20,00 m² -----
----- Utilização : Estacionamento -----
----- Coeficiente de utilização : 0,75 (valência habitacional) -----
----- Coeficiente de sobrecarga urbana : 4 (zona “B”) -----
----- Valor unitário : 55,08 €/m²p. -----
----- (0,75 x 4 x 6 x 10,20 €/m²p. x 0,30) -----
----- Valor : 1.101,60 € -----
----- Parcela I: -----
----- Área da parcela : 10,00 m² -----
----- Área de construção: 78,00 m² (10 m² x7p.+8 m²x1p) ⇒ Utilização habitacional -
----- 30,00 m² (10 m² x 3 p.) ⇒ Utilização p/ estac. -----
----- Coeficiente de utilização : 0,75 (habitacional/ valência habitacional) -----
----- Coeficiente de sobrecarga urbana : 4 (zona “B”) -----
----- Valor unitário : 306,00 €/m²p. ⇒ Utilização habitacional -----
----- (0,75 x 4 x 10 x 10,20 €/m²p.) -----

----- 55,08 €/m²p. ⇒ Utilização p/ estacionamento -----
----- (0,75 x 4 x 6 x 10,20 €/m²p. x 0,30) -----
----- Valor : 25.520,40 € ” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e submeteu à aprovação a proposta 172/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA 173/2004 - APROVAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLO ANTI-MURINO E ANTI-BLATÍDEO NA CIDADE DE LISBOA À EMPRESA PESTOX – CONTROLO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE, LDA., NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ARTº 22º DO DEC.LEI 197/99 DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA R) DO Nº 1 DO ARTº. 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- PROPOSTA 173/2004 -----

----- Considerando a necessidade de se proceder à desinfestação murina e por blatídeos, na cidade de Lisboa; -----

----- Considerando que, para tanto, foi lançado o Concurso Público Internacional nº 22/2003, para a “Prestação de Serviços de Controlo Anti-Murino e Anti-Blatídeo na Cidade de Lisboa”, tendo o júri do concurso designado para o efeito, após apreciar o mérito das propostas das empresas concorrentes, emitido parecer no sentido da adjudicação à empresa PESTOX – Controlo e Defesa do Meio Ambiente, Lda., por ter sido aquela que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa e que cumpre os critérios de adjudicação enunciados no respectivo caderno de encargos; ---

----- Considerando que, o prazo previsto para a prestação de serviços é de 156 semanas (3 anos), a contar da data da consignação. -----

----- Considerando que ainda não foi autorizada a repartição de encargos nos termos do nº 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, e o artigo 11º, nº 4.1 do Regulamento do Orçamento em vigor. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Nos termos e para os efeitos dos artigos 22º, nºs 1 e 6, 54 e 64º, nº 1 do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, e do artº 11º, nº 4.1 do Regulamento do Orçamento em vigor. -----

----- 1º Autorizar a adjudicação da “Prestação de Serviços de Controlo Anti-Murino e Anti-Blatídeo na Cidade de Lisboa”, à empresa PESTOX – Controlo e Defesa do Meio Ambiente, Lda., com fundamento no relatório final do Júri de Concurso, pelo período de 156 semanas (3 anos), cujo valor global é de € 489.993,80 (quatrocentos e oitenta e nove mil novecentos e noventa e três euros e oitenta cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal de 19 %, no montante de € 93.098,82 (noventa e três mil e noventa e oito euros e oitenta e dois cêntimos), perfazendo um total de € 583.092,62 (quinhentos e oitenta e três mil e noventa e dois euros e sessenta e dois cêntimos). ----

----- 2º Aprovar a minuta do contrato anexa, a qual faz parte integrante da presente proposta. -----

----- 3º Submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos referente à “Prestação de Serviços de Controlo Anti-Murino e Anti-Blatídeo na Cidade de Lisboa”, pelo período de 156 semanas (3 anos), cujo valor global é de € 489.993,80 (quatrocentos e oitenta e nove mil novecentos e noventa e três euros e oitenta cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal de 19 %, no montante de € 93.098,82 (noventa e três mil e noventa e oito euros e oitenta e dois cêntimos), perfazendo um total de € 583.092,62 (quinhentos e oitenta e três mil e noventa e dois euros e sessenta e dois cêntimos), nos seguintes termos: -----

----- Encargo assumido para 2004 (compreendendo o período entre Abril e Dezembro): o valor de € 122.498,39 (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e oito euros e trinta e nove cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor de 19%, no montante de € 23.274,69 (vinte e três mil, duzentos e setenta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos), perfazendo um total de € 145.773,08 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e três euros e oito cêntimos), com cabimento na Rubrica Orçamental 09.02 02.02.05. AP 04/04/A402/01 – 40845. -----

----- Encargo assumido para 2005: o valor de € 163.331,29 (cento e sessenta e três mil trezentos e trinta e um euros e vinte e nove cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor de 19%, no montante de € 31.032,95 (trinta e um mil, trinta e dois euros e noventa e cinco cêntimos), perfazendo um total de € 194.364,24 (cento e noventa e quatro mil trezentos e sessenta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos). --

----- Encargo assumido para 2006: o valor de € 163.331,29 (cento e sessenta e três mil trezentos e trinta e um euros e vinte e nove cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor de 19%, no montante de € 31.032,95 (trinta e um mil, trinta e dois euros e noventa e cinco cêntimos), perfazendo um total de € 194.364,24 (cento e noventa e quatro mil trezentos e sessenta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos). --

----- Encargo assumido para 2007: (compreendendo os meses de Janeiro, Fevereiro e Março): o valor de € 40.832,82 (quarenta mil, oitocentos e trinta e dois euros e oitenta e dois cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor de 19%, no montante de € 7.758,24 (sete mil, setecentos e cinquenta e oito euros e vinte e quatro cêntimos), perfazendo um total de € 48.591,06 (quarenta e oito mil, quinhentos e noventa e um euros e seis cêntimos). -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e submeteu à aprovação a proposta 173/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA 112/2004 - APROVAR A REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 56/AM/03, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N.º 1 E DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- PROPOSTA 112/2004 -----

----- “ Considerando que: -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, em 22 de Julho de 2003, sob proposta da Câmara a que introduziu alterações, um modelo de permuta entre o Município de Lisboa e P. Mayer - Investimentos Imobiliários (Parque Mayer) S. A., que tinha em vista a transmissão dos terrenos do Parque Mayer para a propriedade do Município e a transmissão de uma parcela de terreno com a superfície necessária para uma capacidade de construção acima do solo de 46.500 m², a calcular de acordo com os índices em vigor para aquele local, a destacar dos terrenos onde estava instalada a Feira Popular, para a propriedade daquela Sociedade; -----

----- Os pressupostos dessa promessa contratual assentavam na vontade da Autarquia - para transformar esse espaço num valor cultural de referência que importa salvaguardar e reconquistar, -em poder garantir o controlo e preservação do Parque Mayer, afastando-o dos desígnios aleatórios a que as puras leis do mercado da propriedade privada poderiam conduzi-lo; -----

----- Contudo, a celebração do contrato promessa, autorizado pela Assembleia Municipal, presumia a concordância da entidade permutante privada; -----

----- A minuta do contrato promessa aprovada pela Assembleia Municipal – cujo preciso texto é o único consentido a ser subscrito pelo Presidente da Câmara, no âmbito desta relação jurídica – não logrou obter a concordância final da empresa privada já referida, impossibilitando assim a formalização de tal negócio, naqueles termos; -----

----- Se procurou, ainda, promover um acordo alternativo, mesmo admitindo a derrogação de algumas cláusulas do contrato promessa aprovado pela Assembleia Municipal, alterações essas que seriam naturalmente submetidas à apreciação e aprovação desse órgão deliberativo; -----

----- Importa, em face da inoperatividade da deliberação n.º 56/AM/2003 proceder à revogação expressa da mesma, destruindo-se assim os efeitos jurídicos que ainda subsistam; -----

----- Considerando ainda que: -----

----- O projecto de reabilitação do Parque Mayer se afigura de importância vital para a cidade, devendo assumir-se como pólo de desenvolvimento das componentes lúdica e cultural e objecto arquitectónico de referência, permitindo introduzir o conceito de lazer na estrutura pública de Lisboa, nomeadamente no seu eixo mais importante – a Avenida da Liberdade enquanto memória do passeio público; -----

----- A revitalização daquela zona da cidade, além da resolução de um problema urbano concreto que se arrasta no tempo, e das óbvias sinergias que obrigatoriamente deverá produzir no centro da cidade, concorre para o reforço das funções de Lisboa nas áreas da cultura e do lazer; -----

----- A intervenção pensada para aquele local se revestirá de importância estratégica, atendendo ao factor de modernização introduzida e à criação de condições que potenciam a capacidade competitiva da cidade de Lisboa no sistema das cidades europeias; -----

----- A vocação e a experiência da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – EPUL em promover estudos e realizar obras de urbanização ou de renovação urbana das áreas que lhe sejam atribuídas nos termos do artigo 3º dos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 613/71, de 31 de Dezembro; -----

----- Desde o início tem a EPUL estado ligada aos projectos de reconversão do Parque Mayer, designadamente sobre o modelo arquitectónico para esse espaço; -----

----- A EPUL tem acompanhado e apoiado o Município de Lisboa nos estudos conducentes à requalificação da área do Parque Mayer, os quais, dado o seu impacto e a profundidade da sua intervenção, obriga à reabilitação das áreas adjacentes; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1 – Aprovar submeter à Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas do artigo 142º do Código do Procedimento Administrativo, com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64º e da alínea i) do n.º 2 do artigo 53º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a revogação da Deliberação da Assembleia Municipal n.º 56/2003, tomada em reunião de 22 de Julho de 2003, destruindo-se assim os efeitos jurídicos que ainda subsistam e relativos a essa deliberação. -----

----- 2 – Nos termos das disposições conjugadas do artigo 3º e da alínea b) do artigo 44º dos Estatutos da EPUL, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 613/71, de 31 de Dezembro e da alínea d) do n.º 7 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, confiar à EPUL os estudos de renovação urbana, através de um plano de pormenor nos termos dos artigos 74º, 83º, 90º, 91º e 92º do Decreto-Lei n.º 380/99, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, da parcela de terreno com uma área de 44 700 m², identificada na planta junta em anexo, a que corresponde o número de arquivo 0076387, e delimitada pela Rua Castilho, Rua do Salitre, Travessa do Salitre, Praça da Alegria, Rua da Alegria e Jardim Botânico, pressupondo a prévia submissão à apreciação desta Câmara dos termos de referência desse Plano; -----

----- 3 – Da deliberação contida no n.º1 da presente proposta será notificada a empresa P. Mayer - Investimentos Imobiliários (Parque Mayer) S. A., para os devidos efeitos e prazos previstos na Lei; -----

----- 4 – Promover, até Junho, debates públicos sobre a recuperação do Parque Mayer, com a participação de residentes e empresários da zona, de Juntas de Freguesia, de Associações Profissionais e Instituições Culturais da cidade. ” -----

----- **O Senhor Presidente** informou que existia um relatório da comissão, já distribuído. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, na qualidade de Presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento da Requalificação do Parque Mayer, disse que a proposta 112 baixou à comissão e nessa proposta constava que o prazo de 15 dias se reportava após a Câmara remeter a documentação e a informação necessárias para tomar uma decisão. -----

----- Recordou que esse pedido já tinha sido formulado há dois meses à Câmara, sem que tivesse havido resposta a essa questão. Por isso a comissão reuniu e ouviu a

Associação dos Feirantes, ouviu a Fundação “O Século” e ouviu a Bragaparques, os três directamente interessados. Constatou as grandes dificuldades, a situação mesmo dramática a viver-se na Fundação “O Século”, correndo o risco de nem sequer poder trazer as crianças na Páscoa a Lisboa, como vinha fazendo todos os anos. Isso porque a Câmara estava a dever neste momento mais de 700 mil euros e dentro de dias, no dia 10, vencida mais uma prestação de 200 mil euros. Portanto, a situação era dramática para a Fundação, como consequência do protocolo que elaborou com a Câmara e que não estava a ser pontualmente cumprido. -----

----- Também os feirantes expuseram as suas razões e igualmente a situação era dramática, com o encerramento da feira, a cessação da sua actividade, com 123 famílias a viverem dessa actividade. A comissão foi extremamente sensível a essa situação. -----

----- A Bragaparques expôs também as suas razões, contidas no relatório elaborado pela comissão. -----

----- Num esforço de boa vontade a comissão decidiu, na quinta-feira passada, solicitar à Câmara que se reunisse com a comissão ontem, no último dia em que ainda era possível, mas decidiu também que já não tinha condições para elaborar o relatório, visto que teria que ouvir a Câmara, tinha que ter tempo para elaborar o relatório e não estavam reunidas as condições para que isso pudesse acontecer. -----

----- Aconteceu a reunião com a Câmara, pensou-se que estaria o Sr. Presidente da Câmara e esteve a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão. Como se referia no relatório, a Sra. Vereadora não estava preparada para responder às questões colocadas, visto que certamente o Sr. Presidente da Câmara dominaria melhor o dossier. De relevante, informou que existia um contrato assinado com o Arqtº. Frank Gehry, não com a Câmara, mas sim com a EPUL. Nas outras questões, não garantiu que estivesse salvaguardada a situação, quer dos feirantes, quer da Fundação “O Século”, com a revogação que se propunha fazer hoje. -----

----- Nesse sentido, depois de ouvir a Sra. Vereadora, a comissão reuniu às oito horas da noite e face à situação extremamente grave das duas entidades referidas, entendeu que devia fazer um esforço para que ainda hoje o processo fosse resolvido. -----

----- Agradeceu o esforço de toda a comissão e em particular do seu secretário, Deputado Municipal João Pinheiro, porque hoje mesmo foi possível fazer o relatório e terminá-lo por volta das duas horas, razão pela qual ele continha alguns erros. Aproveitava para referir isso porque na pressa, que houve realmente pressa, na página 12 os primeiros dois parágrafos estavam repetidos. -----

----- O intuito da comissão foi salvaguardar que a situação das duas entidades ficasse resolvida e daí que tivesse feito uma proposta de adenda à proposta 112, no sentido de que a referida proposta fosse alterada de forma a acolher um ponto 2 com o seguinte teor: -----

----- “ O disposto no nº2 não prejudica a plena validade, eficácia e cumprimento imediato das obrigações pecuniárias vencidas e vincendas e demais efeitos jurídicos decorrentes do protocolo celebrado entre o Município de Lisboa e a Fundação, em 22 de Julho de 2003. -----

----- b) A conclusão urgente da atribuição da indemnização devida aos feirantes da Feira Popular de Lisboa e adopção das medidas contidas na carta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, de 22 de Julho de 2003. -----

----- O Ponto 2 da proposta na sua redacção inicial passará a ser o ponto 3. ” -----

----- Referiu que com isso se queria salvaguardar os direitos legítimos das entidades, porquanto na proposta, sendo revogada, havia fortes dúvidas de que isso pudesse acontecer. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que havia uma recomendação do Grupo do PCP sobre a matéria em apreciação. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que tinha pedido para usar da palavra só a seguir à leitura das conclusões do relatório da Comissão Eventual de Acompanhamento da Requalificação do Parque Mayer. -----

----- Tivera ocasião de ler todo o relatório e gostava de dizer à Assembleia, também na sequência das palavras do Sr. Deputado Municipal Feliciano David, que relativamente à Fundação “O Século”, ainda agora confirmara e tinha acompanhado a situação a Senhora Vice-Presidente e Vereadora das Finanças, que a compensação devida pela diferença calculada na média das receitas do Verão passado em relação à média dos 5 anos anteriores foi paga à Fundação “O Século”. Da verba devida a partir de Outubro, de mais de 200 mil euros por mês, foram pagos 500 mil euros, parecia-lhe que no mês de Janeiro, e foi dada entre anteontem e ontem ordem de pagamento de mais 300 mil euros por conta dos 700 mil euros que era referido estarem em falta por pagamento das compensações. Estavam, portanto, os 300 e tal mil euros ainda, cerca de 60 mil contos, mais o que iria vencer, os 200 mil euros. -----

----- Diria, a esse propósito, que as compensações foram acordadas em relação a um período em que não estava previsto estar em funcionamento a Feira e, portanto, as receitas da Fundação, para a Fundação chegar ao ponto complicado de poder não ter meios para trazer as crianças a Lisboa na Páscoa, como fora dito, com certeza que configurava uma possibilidade de ruptura já anterior, que não tinha que ver com a compensação devida pela Câmara em meses em que a Feira estaria fechada. Configurava também uma parte de reflexo da situação financeira interna da Fundação que não podia deixar de ser levada em linha de conta, nomeadamente pelas outras entidades públicas com responsabilidades na mesma Fundação. De qualquer modo, com os pagamentos efectuados e com a ordem dada de pagamento, o problema da vinda das crianças a Lisboa estava fora de causa, como tudo aquilo que tivesse a ver com a actividade regular da Fundação. -----

----- Tivera ocasião de dizer na última Assembleia Municipal que o sentido das deliberações que viesse a tomar era importante para se poder estabelecer o quadro geral das responsabilidades. Lera o relatório das reuniões com a Associação dos Feirantes, com a Bragaparques, com a Senhora Vereadora e com a Fundação e não ia discutir ponto por ponto, mas havia pelo menos dois pontos que contestava: -----

----- Quando se dizia no ponto 11, no ponto 2 da reunião com os feirantes, que “O Presidente da Câmara referiu que a intervenção do dito grupo económico neste processo poderia configurar uma solução para os feirantes”, tinha-o dito para os

feirantes e admitia que sim, não disse que era uma solução para toda a questão. Gostava de sublinhar esse ponto, era o que estava dito e nada mais, manifestara as suas reservas quanto a qualquer solução desse género de nova permuta, face até ao quadro existente actualmente. -----

----- Em relação ao que disse a Senhora Vereadora do Urbanismo, de facto esclareceu sobre o projecto de requalificação do Parque Mayer, área que acompanhava, sobre a negociação com os feirantes não o podia fazer. -----

----- Tinha lido e ouvido o que se dizia sobre o facto de não ter podido conversar durante alguns dias com os representantes dos feirantes, mas fã-lo-ia e ainda no fim-de-semana estivera a trabalhar nesse assunto em Lisboa, discretamente. Mal pudesse dizer aquilo que queria dizer aos feirantes, a todos daria essas notícias. Não tinha ainda os elementos todos reunidos, gostava de já ter, mas esperava poder fazê-lo dentro de poucos dias. -----

----- No entanto, queria fazer uma sugestão, porque a Comissão Eventual de Acompanhamento deliberou fazer a conferência de todos esses pontos, pediu à Câmara para enviar todos os elementos referentes ao programa do Parque Mayer e isso parecia-lhe pertinente, mas também lhe parecia pertinente, uma vez que a Comissão constatou sem reбуço que os feirantes se consideravam neste momento com direito a uma indemnização de cerca de 25 milhões de euros, parecia-lhe lógico que face à atitude de conferência de toda a realidade por parte da Assembleia, que a Assembleia avaliasse, nomeadamente a Comissão, a pertinência dessas pretensões. Nem lhe passava pela cabeça que a Assembleia, que tanto queria saber dos pormenores todos e com o direito que lhe assistia democraticamente, não se importasse de saber se a Câmara podia e devia ou não pagar a privados, feirantes ou não, cerca de 5 milhões de contos. Talvez a Assembleia não tivesse já tomado essa iniciativa por entender que a Câmara poderia eventualmente levar a mal, mas queria deixar claro que não e que, pelo contrário, a Câmara sentia-se muito confortada se a Assembleia fizesse a conferência com os feirantes, nomeadamente o Sr. Deputado Municipal Feliciano David, preocupado com todos esses pormenores, tostão a tostão, se de facto existia esse direito ou não. -----

----- Disse que não estava a pôr em causa o haver direito ou não, mas parecia-lhe que era uma questão de coerência. Por exemplo, o contrato com o Arqtº. Frank Gehry, que tanto preocupava e com razão, mas que representaria um investimento na recuperação e na reabilitação da Cidade, tinha valores inferiores aos que estavam neste momento em causa reclamados. Portanto, acreditava que nomeadamente os Srs. Deputados do Grupo Municipal do PCP quisessem saber de facto da justiça, até em termos sociais e caso a caso, desse pretensão. -----

----- Pela sua parte tinha pedido para ser feita a avaliação caso a caso, estabelecimento a estabelecimento, pessoa a pessoa, e os feirantes vinham tendo uma paciência enorme para toda essa situação, mas compreenderiam que a Assembleia, entidade a quem cabia aprovar e fiscalizar também a execução do Orçamento, quisesse saber se era legítimo ou não a Câmara pagar 5 milhões de contos quando não existiam contratos de arrendamento, quando a base jurídica era praticamente nula e o que

existia era uma responsabilidade moral, evidente, para com os feirantes, que a Autarquia devia assumir. -----

----- Essa responsabilidade moral tinha que levar em conta o facto de não resultar dos dois anos em que se disse aquilo que foi dito muitas vezes antes, que a Feira provavelmente iria mudar de sítio e, portanto, havia, como reflectiam os números, uma degradação e uma queda do número de entradas na Feira Popular ao longo dos anos que representava um período de tempo no qual as responsabilidades foram múltiplas, nomeadamente de outras forças políticas que também estiveram no poder. -

----- Estava convencido que seria útil para a opinião pública saber quais as indemnizações devidas e porquê, respeitando-se a que período de tempo e qual a responsabilidade de cada período histórico na situação actual da Feira Popular, porque os feirantes estavam em situação difícil, pior pelo encerramento da Feira, mas já estavam em situação difícil devido à degradação que a Feira Popular tinha conhecido e que tinha causas externas. -----

----- A própria Fundação “O Século”, todos deviam reconhecer, tinha que olhar para ela a Câmara, o Governo e todas as entidades. Para ter chegado a um ponto em que necessitava dos recursos financeiros da Câmara para assegurar os níveis mínimos de subsistência, inclusivé a deslocação de crianças de Cascais a Lisboa, havia uma questão de fundo na Fundação que tinha que ser encarada pelo próprio Poder Central, pelo próprio Governo. Sabia-se como a própria Fundação ao longo dos anos teve vicissitudes várias, a que alguns chamavam até tentativas de controlo partidário, que não ia entrar por aí, mas teve um período de divergências profundas, ou períodos vários, com os próprios feirantes, a entidade de gestão, os próprios trabalhadores da Feira e quem desenvolvia a sua actividade na Feira. -----

----- Não podia agora aparecer tudo como se fosse a Fundação “O Século”, feirantes, todos, a mesma vítima e a mesma entidade e depois aparecer, mal, a Autarquia, nomeadamente a actual Câmara Municipal. Nem só um tinha responsabilidades, nem outros teriam só direitos. -----

----- Disse que a Câmara aceitava assumir as responsabilidades perante a Fundação “O Século”, nos termos do protocolo estabelecido, dando execução e, como disse, ainda anteontem, voltou a fazê-lo. Aceitava também iniciar o processo de pagamento aos feirantes das indemnizações devidas, nomeadamente aos que estivessem em situação mais desfavorecida, mas uma vez que a Assembleia entendeu envolver-se no processo, todo ele, mal seria que a Câmara iniciasse pagamentos sem a Assembleia dizer também se os achava devidos ou não. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse que se estava a discutir uma proposta referente ao Parque Mayer, uma proposta que o PCP ia votar a favor. -----

----- Referiu que quem não percebeu desde o início o processo do Parque Mayer foi o Presidente da Câmara e os seus Vereadores, a gestão da Câmara Municipal de Lisboa, que não percebeu desde o início que todo o processo do Parque Mayer deveria ter o

caminho que se apresentava agora. Se o tivesse percebido dois anos antes, não se andava com tanto atraso e isso já tinha sido dito pelo PCP na Assembleia Municipal.

----- Em relação a todos os outros compromissos, normalmente o Sr. Presidente da Câmara desviava a atenção do assunto, que era a proposta 112. Referia-se à questão da Fundação “O Século”, referia-se aos feirantes, mas o PCP, quando essa questão foi discutida na Assembleia, levantou o problema de que os compromissos que estavam a ser tomados eram da inteira responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara e continuavam a ser, porque foi o Sr. Presidente da Câmara que assumiu a responsabilidade com a Fundação “O Século” e com os feirantes. -----

----- Vinha agora o Sr. Presidente dizer que já tinham sido pagas verbas à Fundação e o PCP congratulava-se com isso, pelo facto de ter cumprido, mas a verdade é que se tinha ouvido do público a intervenção de um representante dos feirantes a dizer que alguns feirantes já estavam a passar fome. O Sr. Presidente tinha assumido a responsabilidade de resolver também o problema dos feirantes e, portanto, era da inteira responsabilidade da Câmara resolver o problema da Fundação “O Século” e devia resolvê-lo com urgência, uma vez que a obra social feita pela Fundação teria que ser tratada com seriedade, inclusivamente com o empenhamento da Câmara e outros, como o Sr. Presidente focara em relação à questão do Governo. -----

----- O PCP aproveitava para apelar ao Sr. Presidente no sentido de solicitar uma intervenção junto do Governo para resolver o problema. -----

----- Em relação aos feirantes, o que o PCP dizia era que devia ser resolvido rapidamente. -----

----- Por outro lado, a Câmara tinha assumido a responsabilidade da gestão da Feira a partir de Janeiro, segundo dizia a Fundação “O Século”, mas envolveu também a Fundação na gestão. As contas para pagar água e electricidade continuavam a ser da Fundação, mas se a gestão era assumida pela Câmara, devia ser a Câmara a pagar a água e a electricidade. -----

----- Ainda havia a questão de que a Fundação recebia uma verba, que era dos encargos que os feirantes tinham pela ocupação, que actualmente não recebia. Era outra verba que o Sr. Presidente teria que discutir e resolver. -----

----- Em suma, existiam compromissos assumidos pelo Sr. Presidente da Câmara com as instituições, devia cumpri-los com a maior urgência possível, fazendo com que os feirantes e a Fundação “O Século” não passassem pelas aflições que estavam a passar. Isso era da responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que após a intervenção da Câmara, representada pelo Sr. Presidente, era altura de assumir com frontalidade as responsabilidades que cada parte tinha no processo e que, em conjunto, a Assembleia Municipal e a Câmara poderiam ter para resolver o problema concreto das pessoas. Esse era um dos motivos que levava à existência de órgãos autárquicos, não criar problemas e sim resolvê-los. -----

----- Iria fazer uma distinção na sua intervenção, na primeira parte na qualidade de membro da Comissão Eventual e aí queria congratular-se pela forma cordial e produtiva como decorreram os trabalhos, salientando a disponibilidade das entidades

convidadas para trabalharem com a Comissão e os esclarecimentos que prestaram, incluindo a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Ainda nesse âmbito, queria esclarecer que o conteúdo do relatório resultava exclusivamente das declarações que foram sendo prestadas pelos representantes das entidades e por documentos. Isso era para esclarecer acerca de uma intervenção do Sr. Presidente, onde referia alguma especulação que pudesse existir a propósito de indemnizações devidas aos feirantes. Na sua opinião, esse direito resultava não só do que foi dito pelo representante dos feirantes, identificando como critério o valor do metro quadrado de espaço comercial naquela zona, esse entre outros que poderiam ser utilizados para avaliar, mas acima de tudo resultava de um documento, uma carta assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa datada de 22 de Julho de 2003, endereçada à Associação dos Feirantes da Feira Popular de Lisboa e onde lhes garantia em alternativa, ou a instalação num novo parque de diversões, caso fosse essa a vontade e a aceitação de todos ou da maioria, ou o ressarcimento das pessoas que não fossem instaladas com uma indemnização, segundo a carta, “nos termos gerais de direito”. -----

----- O valor que era focado, 25 milhões de euros, era um valor proposto não pela Comissão, que se limitou a acolher o valor evocado pelo representante da Associação de Feirantes. Se era esse ou outro, a comissão arbitral que devia ter sido criada em execução do compromisso dessa carta, mas que não foi, já se poderia ter pronunciado. Não se pronunciou, mas uma coisa era certa, que era ser devida uma indemnização aos feirantes e o cômputo dessa indemnização estava por avaliar. Por toda a disponibilidade que a Assembleia Municipal tivesse para continuar a colaborar no assunto, cabia à Câmara a iniciativa para a constituição da comissão arbitral que pudesse aferir em concreto quanto cabia a cada um. -----

----- Relativamente à Fundação, a sua posição também decorria de um protocolo outorgado com a Câmara Municipal de Lisboa em representação do Município. Em execução desse protocolo teria sido também constituída uma comissão para avaliar valores de duodécimos que seriam devidos nos meses subsequentes pelo encerramento da Feira e pela privação da Fundação do seu principal financiador da obra social. Houve um acordo entre a Fundação e a Câmara, em que a Câmara se substituíria ao seu financiador, pagando duodécimos que eram identificados à razão de 216 mil euros mensais. Aí era uma questão de cumprimento ou não de acordos e quem os assumia devia cumprir, ainda por cima por escrito. -----

----- Relativamente às considerações sobre a situação financeira da Fundação, constava do relatório uma alegação do Sr. Presidente, segundo a qual a Fundação teria feito investimentos fortíssimos no desenvolvimento da obra social, na ordem dos 300 mil contos, para requalificação da creche e das instalações de ensino afectas à educação das crianças cuja guarda os tribunais, em processo cada vez mais crescente, tinham entregue à Fundação. Lembrava o recentemente célebre caso do Lar das Conchas, em que 28 crianças foram entregues à Fundação. -----

----- Eram esses os argumentos evocados pela Fundação e dos quais a Comissão Eventual teve conhecimento e teve possibilidade de trabalhar. Era isso que constava do relatório, estava claro e explícito. -----

----- Na qualidade de representante da bancada parlamentar do PS, gostaria de dizer alguma coisa. Abreviando para não prejudicar a oportunidade da deliberação. -----

----- Quando o Sr. Presidente evocava responsabilidades do tempo antecedente e dizia que a situação já se degradava há algum tempo, mesmo durante a vereação da coligação de esquerda, teria alguma razão. No entanto, a coligação de esquerda, embora reconhecendo a necessidade de mudar a Feira, nunca a encerrou sem ter clarificadas as posições individuais de cada feirante, a situação das suas famílias, a situação da continuidade da Fundação “O Século”. Tudo isso deveria ter sido fundamentado, repensado e avaliado. -----

----- A Câmara Municipal, ao assumir a opção de misturar dois processos problemáticos, a requalificação do Parque Mayer e a requalificação ou transferência do espaço da Feira Popular, devia muito bem ter avaliado o cruzamento de todos os interesses envolvidos. Como constava do relatório e das audições dos representantes, tal não aconteceu e podia evocar, a título de exemplo, o processo dramático já referido pelo Sr. Deputado Municipal Feliciano David, dos feirantes e dos trabalhadores com o encerramento da Feira, o processo dramático dos beneficiários da Fundação e um processo que estava documentado no relatório, mas que talvez nem existissem elementos para entrar a fundo na sua discussão, que era o processo envolvendo a Câmara Municipal de Lisboa e a proprietária dos terrenos, a Bragaparkes. Aí a questão jurídica adensava-se, como dizia o representante da Bragaparkes, porque evocava expectativas e direitos já adquiridos que poderiam custar muito caro ao Município. Esperava que a Câmara, com a colaboração da Assembleia Municipal, soubesse defender os interesses do Município, para que as expectativas não se tornassem uma realidade. -----

----- De momento havia duas questões urgentes a solucionar e com essas estaria preocupada a totalidade das bancadas da Assembleia Municipal, porque o relatório foi aprovado por unanimidade, que era a questão em concreto dos feirantes e a questão em concreto da Fundação “O Século”. No sentido de desbloquear essa situação e fazendo jus àqueles que na Assembleia sempre defenderam o trabalho e o mérito das comissões, a Comissão apresentava uma recomendação que consubstanciava uma proposta de alteração à proposta da Câmara, propondo que fosse intercalado um ponto 2 e que aí fosse reconhecido o cumprimento escrupuloso e pontual do protocolo para com a Fundação, assim como a conclusão imediata e urgente da atribuição e pagamento de indemnizações aos feirantes. Essas duas condições deviam constar expressamente da proposta que a Câmara apresentou. -----

----- De acordo com o mandato que lhe fora conferido pela bancada do PS, queria dizer claramente e com toda a frontalidade que a deliberação sobre a proposta 112 dependeria absolutamente da aceitação das propostas constantes no relatório. Face ao imbróglgio jurídico e processual apresentado, essa era a forma mais adequada para, no plano imediato, resolver as situações mais urgentes, as da Fundação e as dos feirantes.

----- Esperava-se uma resposta da Câmara Municipal e era bom, a bem da situação, que a proposta da Comissão fosse aceite. -----

----- Perante os aplausos do público, **o Senhor Presidente** referiu que o público não podia aplaudir, admitia que houvesse vontade, mas teria que ser respeitado o que estava estatuído na Assembleia. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, começou por dizer que na intervenção inicial do Sr. Presidente esperava as respostas que na Comissão todos tinham colocado à Senhora Vereadora, que a Senhora Vereadora informou que transmitiria e que hoje daria a resposta, ou na Conferência de Líderes, ou no Plenário. Afinal, a intervenção do Sr. Presidente debruçou-se sobre o próprio relatório da Comissão, que na prática apenas transpunha, não se pronunciando favoravelmente ou não em relação aos valores transmitidos pelas várias partes que foram sendo ouvidas. Tentou-se ouvir todas as partes, inclusivé a Câmara, que nessa matéria, em relação a muitas das perguntas feitas, não prestou qualquer esclarecimento porque não estaria na altura em condições de o prestar. Assim, continuava-se a estar com a mesma dúvida e da parte da Câmara era quem vinha prestando menos esclarecimentos. -----

----- Justificavam-se ainda algumas considerações relativamente ao processo, que no seu entender espelhava bem a gestão municipal. O anúncio seguia à frente, as medidas eram precipitadas e contraditórias, sem avaliação das suas consequências e efeitos colaterais, para usar a linguagem bélica que se vinha vivendo nos últimos tempos. A surpresa era que o efeito *boomerang* tivesse sido tão rápido e ainda por cima viessem todos ao mesmo tempo. -----

----- Uma primeira nota era sobre a questão do processo. Primeiro anunciou-se que era o dossier central do mandato, ou um dos, antes de ser proprietário ou de se ter estabelecido qualquer acordo com os respectivos proprietários. Nada impedia o candidato de estabelecer um acordo de princípio, mas a opção foi outra, naturalmente legítima, mas que fragilizava quem assim procedia na entrada de negociações. Logo de seguida, antes ainda de ter resolvido o problema da propriedade, contratou-se por sua iniciativa o Arqtº Frank Ghery, e saltava aqui o processo de contratação que por si só constituía uma novela das grandes. Naturalmente que a sua contratação mereceu o apoio, mas não a cronologia, ou seja, recomeçando as negociações depois de feita a contratação por conta própria, a fragilidade do Município face aos proprietários era total. Nesse galgar de percurso, avançou-se com uma permuta de terrenos da Feira Popular e, note-se, com uma aprovação da Assembleia Municipal que tudo levava a crer que teria suspenso por breves instantes a sua política de obstrução à actividade da Câmara. Deliberava-se a permuta e mandava-se encerrar a Feira Popular sem ter definido um espaço alternativo. Dessa medida decorreram de imediato graves custos para o Município, com a definição de um protocolo que constituía uma renda significativa e eventualmente eterna para o Município a favor da Fundação “O Século”, que iria constituir outras despesas muito assinaláveis, por via de indemnização aos feirantes. Não sabia qual era o valor, mas seria com certeza significativo. Meses mais tarde a Câmara apresentou-se com uma proposta de

revogação dessa permuta. A Feira fechava-se sem destino certo, antecipadamente, com custos significativos desde logo para o Município e que, afinal, era para desfazer.

----- A Assembleia já tinha pedido esclarecimentos à Câmara e essa não os tinha dado na altura, agora aceitou prestá-los à Comissão da Assembleia mas, como era referido no relatório, pesasse embora o empenho da Senhora Vereadora, a generalidade das dúvidas subsistiam e, pesasse embora a intervenção do Sr. Presidente, subsistiam na mesma. -----

----- O que estava em causa era um protocolo de permuta e uma permuta era uma troca de duas coisas. A Senhora Vereadora esclareceu desde logo que só conhecia o que respeitava ao Parque Mayer propriamente dito, que sobre a Feira Popular nada sabia, sobre a Fundação nada sabia e sobre os feirantes nada sabia, embora acreditasse que a Câmara honraria os seus compromissos. -----

----- Entretanto a Assembleia foi receptora de uma carta da Associação de Feirantes, referindo o seguinte: -----

----- “O pedido de adiamento desta discussão e ratificação para melhor apreciação da proposta, é entendimento da Direcção da Associação que tal pedido de adiamento mais não é do que uma manobra dilatória, pouco séria e razoável, tanto mais que estão em causa os interesses e a vida de muitos trabalhadores e feirantes, que uma vez mais vêem a solução do seu problema adiada. ” -----

----- Face à ausência de esclarecimentos da Câmara na reunião da Comissão da Assembleia e considerando a posição da Associação de Feirantes, uma pergunta necessitava de um esclarecimento cabal, que era saber qual a relação entre o não pagamento de indemnizações aos feirantes e a aprovação da proposta de revogação do protocolo. Não se encontrava em nenhum momento qualquer relação entre a não aprovação na reunião passada e a definição do montante que a Câmara devia ou não aos feirantes. -----

----- Não se percebia a que propósito seria uma manobra dilatória da Assembleia propor a baixa à Comissão para ouvir as várias partes. -----

----- A definição do montante e os termos nos quais a Câmara iria acertar com os feirantes, assim como com a Fundação “O Século”, não estava em nada dependente da Assembleia, nem sequer da proposta que só agora foi apresentada e devia-se registar que a Comissão não protelou mais a questão, mesmo com a falta de esclarecimentos já referidos e mesmo sem que se visse existir qualquer relação entre a sua aprovação e a definição do pagamento às partes. -----

----- Ao contrário do que sugeria a Associação de Feirantes, a Assembleia questionou logo na primeira proposta, meses atrás, a salvaguarda das partes afectadas pelo encerramento da Feira, sem uma definição clara sobre para onde ía, quando abria, etc.. Mesmo agora a Assembleia tinha questionado o Executivo sobre se aceitaria a inclusão na proposta de resolução de uma adenda no sentido da salvaguarda dos direitos da Fundação e dos feirantes. O PS já anunciara que fazia condicionar disso a sua aprovação. -----

----- Não contradizendo esse princípio, ainda assim, esperava que o protocolo com a Fundação fosse objecto de aprofundamento, no sentido de serem aí contempladas não

só cláusulas de reversão, princípio que em sua opinião devia existir em todos os protocolos e acordos da Câmara, como a revisão periódica do mesmo. Lembrou que o protocolo não tinha aparentemente limite no tempo, bem como a salvaguarda actualmente não existente de contrapartidas, estabelecendo os critérios em relação à garantia da prestação dos serviços sociais. Em sua opinião, no protocolo faltava tudo.

----- Outra ordem de questões que o processo do Parque Mayer suscitava era a pretexto dele terem sido introduzidos na Cidade projectos e marcas, que depois eram desligados do processo mas ficavam, mesmo que isso significasse um vazio. Primeiro o casino em Lisboa, justificado pela viabilidade do projecto do Parque Mayer, que deixou aparentemente de estar a ele associado mas prosseguia. Por outro lado, fechou-se a Feira com os custos já referidos para assegurar a permuta, agora encerrava-se essa permuta mas a Câmara não era capaz de esclarecer o que iria acontecer quanto aos terrenos. -----

----- Perguntou se a Câmara iria reabrir a Feira até à definição do seu futuro e dos terrenos de Entrecampos, no sentido de minimizar os custos já assumidos e relacionados com a inactividade da Feira. -----

----- O quarteirão de Entrecampos, no qual fora já demolido o edifício da Câmara aí existente, perguntou qual seria o seu destino e os prazos para essa intervenção. A esse pretexto, vinha já à colação a afectação do Parque de Monsanto como destino da Feira, mas havia um ponto próprio na Ordem de Trabalhos onde isso iria ser discutido. -----

----- Uma última questão era saber se a EPUL teria solvabilidade e capacidade financeira para suportar o conjunto de responsabilidades que o Executivo lhe vinha atribuindo, ou se para o fazer nessecitaria de abandonar a sua missão de urbanismo e de edificação a custos distintos do mercado. -----

----- Estava-se com milhões de euros gastos ou comprometidos, uma promessa de um casino e um quarteirão de Entrecampos desactivado, mas em troca disso havia apenas a indicação de um novo ensaio num número em que, aparentemente, a Câmara actuaria sozinha. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, disse que o relatório da Comissão de Acompanhamento do Parque Mayer era explícito quanto à ausência de informação suficiente da Câmara sobre a evolução do processo, não pondo em causa o enorme esforço que a Senhora Vereadora fez para esclarecer, mas também era explícito quanto à dificuldade que a Comissão ainda tinha, e que os Deputados Municipais com certeza teriam, para prever o futuro daquela área, de acordo com a proposta que neste momento vinha à Assembleia. -----

----- O BE manifestou fortes preocupações quanto ao plano de financiamento do projecto, que se desconhecia por inteiro. Referiu o máximo interesse em perceber a preparação da Câmara no que se referia, por exemplo, a medidas de minimização de eventuais reclamações por expectativas criadas, às garantias de financiamento da obra ligada à Fundação “O Século”, à viabilidade do protocolo assinado por essa Fundação, às soluções para as famílias dos feirantes, ao destino a dar aos terrenos da Feira Popular em Entrecampos, etc.. De facto, o cenário de toda essa operação não

estava suficientemente claro em todos os seus contornos e o percurso meândrico que tinha havido do Parque Mayer e que agora se procurava ultrapassar devia permitir que houvesse também uma clareza meridiana sobre essa matéria. -----

----- Era isso que a Comissão e a Assembleia reclamavam e sobre essa questão não podia haver qualquer dúvida quanto à capacidade e o interesse da Assembleia em querer colaborar. A Assembleia, apesar de ser composta por uma maioria de forças da oposição, tinha viabilizado a anterior proposta do Executivo. Apesar de todas as questões e reservas suscitadas, a maioria de oposição demonstrou que em primeiro plano pretendia que fosse a Cidade a ganhar e queria que o Parque Mayer saísse da espiral depressiva em que se vinha encontrando. Soube superar todas as acusações que foram feitas às Deputadas e Deputados Municipais sobre essa matéria. Tudo isso foi superado com elevação e colocou-se sempre o interesse da Cidade acima de um sentimento real que chocava e que era a de uma contínua desvalorização do papel da oposição e das suas propostas. -----

----- Agora a Assembleia Municipal voltava a debruçar-se sobre o assunto, precisamente para apreciar a proposta da Câmara Municipal para revogação da deliberação anterior. Agora as intenções da Câmara eram de abandonar a estratégia anterior, que falhou claramente, e passou a defender, como a oposição sempre defendeu, a necessidade de elaborar um plano de pormenor para a zona da Av. da Liberdade e só depois então proceder às medidas tendentes à tomada de posse dos terrenos do Parque Mayer. Isso parecia bem, mas não foi defendido e a ideia era defender agora isso. -----

----- Não se podia pôr de lado um problema central e concreto em tudo isso. Depois da batalha, ficou uma espécie de despojos no terreno, que alguém parecia querer pôr para o lado e não os ver, mas eles teriam que ser assumidos também pela Câmara Municipal e pela Assembleia. -----

----- Parecia-lhe que não se podia alijar o problema colocado no terreno relativamente aos feirantes e à Fundação “O Século” e por isso, apesar do BE estar disponível para aprovar a proposta, que era de facto a proposta da oposição, não podia deixar de ter em conta que a proposta tinha que incluir as garantias relativas ao protocolo com a Fundação “O Século” e com a vida dos feirantes. -----

----- Neste momento era necessário dizer que a questão do Parque Mayer, das permutas dos terrenos, não era apenas negócio, era um problema de pessoas também concretas, que tinham que viver o seu quotidiano. Esse era um problema central que a Assembleia teria que ter em conta, não podendo de modo nenhum pôr de lado. Por isso o BE dizia mais uma vez estar disponível para votar a proposta que sempre foi a proposta da oposição, mas essa disponibilidade dependeria da assunção clara pela Câmara Municipal dos direitos da Fundação “O Século” e dos feirantes e, nesse caso, parecia-lhe que a Assembleia estaria inteiramente disponível para colaborar no problema e então iria haver com certeza uma área do Parque Mayer renovada, que era disso que a Cidade precisava e era isso que estava no principal interesse da Assembleia e que tinha estado sempre no da oposição, nomeadamente do Bloco de Esquerda. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, disse que não queria de forma nenhuma estar a arrastar a discussão e o debate, mas a proposta referia-se ao Projecto de Requalificação do Parque Mayer e a questão que tinha era a necessidade de ficar claro para toda a Assembleia que a Câmara Municipal de Lisboa era responsável pela resolução do problema. -----

----- A questão que se colocava com maior gravidade era a dos feirantes e a Assembleia queria ouvir da Câmara que iria resolver também o problema dos feirantes, porque para a Fundação “O Século”, apesar de tudo, a Câmara estava a encontrar uma solução com a própria Fundação. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)** disse que se estava perante um bom exemplo de um trabalho produtivo e eficaz em nome dos interesses da Cidade e das pessoas, como fora referido, pelo que lhe parecia importante também fazer uma breve referência relativamente a esse mesmo trabalho. -----

----- A preocupação com a Cidade e com as pessoas fora manifestada por todos e só isso permitiu que o relatório, que fazia explícita referência exactamente a essas preocupações com as pessoas, fosse aprovado por unanimidade, mas registava também que já na passada Assembleia em que o assunto foi discutido a própria Câmara referiu essa preocupação e esse compromisso em salvaguardar os interesses de todos os envolvidos, nomeadamente da Fundação e dos feirantes. -----

----- Portanto, parecia-lhe que o processo tinha sido eficaz, que defendeu os interesses da Cidade e acreditava que no final a Cidade e as pessoas ficariam a ganhar com ele.

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por dizer que tinha ouvido as intervenções de vários Srs. Deputados Municipais e fora dito que a situação parecia não estar ainda totalmente explicada. Na anterior intervenção tinha feito referência a que faltavam dados. -----

----- Talvez fosse mais fácil neste momento ir por um caminho que atendesse à realidade do debate na Assembleia e anunciar um passo que poderia dar, mas que dependia ainda de outros passos que queria ter seguros. Estaria a defender mal o interesse público se dissesse já aquilo que entendia dever ser dito só com o *puzzle* todo completo, para boa defesa do interesse de Lisboa. -----

----- A esse propósito gostava de sublinhar que, ao dizer-se que na altura se admitia a permuta e agora propunha-se a revogação, a Câmara na proposta que fez e a Assembleia nos termos em que votou condicionaram logo essa permuta, como era evidente, ao processo que se iria desenrolar, aos resultados das avaliações e à possibilidade da delimitação de terrenos. Obviamente, perdoassem a expressão, não se votou no escuro, não se disse que estava feita a permuta com quaisquer valores. -----

----- Sabia que era um Bloco de Esquerda especial, mas esperava ouvir do Sr. Deputado Municipal do BE que pagar isso aos capitalistas nunca, mas não, o que dizia era que sem se saber porquê tinham mudado. Só que a Câmara sabia porquê, os resultados das avaliações eram altos e não os aceitava. A Câmara entendia ser uma exorbitância pagar aquilo que resultou das avaliações, fossem as avaliações pedidas

pelos particulares, fossem as da Câmara. Portanto, o que se vinha dizer era que não se podia pagar e a permuta não podia ser feita. -----

----- Perguntava-se porque é que não se fez um acordo de princípio com os privados logo antes das eleições, mas isso nem pensar, não fazia. Podia fazer depois das eleições, depois do povo decidir os destinos da Cidade e já revestido do poder democrático conferido pelo Estado de direito democrático, em que aí era completamente diferente. Nunca ir fazer acordos de princípio mais ou menos no escuro, antes das eleições. -----

----- Tinha falado sempre do processo publicamente, tinha informado e fazia sempre isso no exercício da sua acção política, até muitas vezes com custos, mas dizia sempre haver tal possibilidade, tal ideia para debater. -----

----- Gostava de poder dizer alguma coisa hoje aos feirantes. Como dizia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, compreendia os aplausos e outras reacções, mas com toda a franqueza não podia dizer nada. Uma questão certa que Lisboa tinha que ter era que a Feira Popular ali, no futuro, não servia os interesses dos próprios, nem dos lisboetas, nem dos visitantes, nem dos feirantes. Falou-se muito sobre o assunto já e era uma orientação que vinha de há muito tempo da parte da Autarquia, os feirantes também sentiam. Era por isso que no passado a Feira foi sempre colocada em zonas nascentes da Cidade. -----

----- Era bom ter presente a realidade de que o território de Lisboa não era elástico e estava quase todo ele destinado, ocupado. Não era fácil estabelecer novas localizações. Quando perguntaram se o que ia para Monsanto excluía a Feira Popular, já tivera ocasião de dizer várias vezes que não, que não excluía. Houve Deputados Municipais de todas as partes que perguntaram isso, ao que tinha respondido que não, o que ia para Monsanto era um parque de diversões e haveria outra feira popular, correspondendo às tradições das feiras populares antigas. Isso estava dito e redito e não podia passar a vida a ser repetido, visto até existirem responsabilidades várias. ---

----- Em relação à Fundação, tinha dito o Sr. Deputado Municipal do PS que a Fundação se envolveu em novos investimentos de que necessitava e recebeu depois algumas crianças do Lar das Conchas. Muito bem, mas isso eram responsabilidades não resultantes do processo da Feira Popular. A Fundação queria ver se acorria a essas responsabilidades com as compensações, mas não tinha nada a haver com os problemas da Feira Popular e o que dizia era que o Governo também teria responsabilidades em relação à Fundação, pelo que teria que olhar para o que se estava a passar. -----

----- O que estava estabelecido no protocolo era que no futuro a responsabilidade seria tripartida, Câmara de Lisboa pouco, Associação de Feirantes e Fundação “O Século”. Essa foi a forma encontrada para a responsabilidade de gestão no futuro parque de diversões. -----

----- As pessoas teriam que entender que quem estava no exercício de certas funções tinha por vezes que considerar as matérias sobre as quais não podia falar ainda. As pessoas souberam sempre que os terrenos da Feira Popular eram uma das possibilidades para a localização de novas sedes dos ministérios em Lisboa. A

comissão nomeada pelo Governo, na qual a Câmara esteve representada, terminou os seus trabalhos há cerca de três semanas e o relatório estava entregue ao Senhor Primeiro-Ministro, aguardando-se a decisão final. Neste momento já sabia que aqueles terrenos não teriam esse destino, mas até há duas semanas não sabia e essa era uma peça do *puzzle* de decisões que não podia ignorar, mas que o obrigavam a um recato e uma contenção que não podia nem devia quebrar. -----

----- Esperava nos próximos dias poder dar boas notícias para Lisboa e para todos. A obrigação que tinha hoje era dar à Assembleia a notícia, que já dera na reunião anterior, de que estava de acordo com as sugestões de aditamentos que a Assembleia fazia. A assunção plena e a reafirmação das responsabilidades com a Fundação e das responsabilidades com os feirantes. Era esse o conteúdo da proposta que trouxera à Assembleia em Julho, que foi votada, que a Assembleia agora queria ver reafirmado e muito bem. -----

----- No entanto, o processo de indemnizações, como fora dito aos feirantes, teria que ter em conta a realidade de haver nova feira rapidamente ou não, se poderiam ir para outro local ou não, se haveria parque de diversões em Entrecampos ou não. Estava-se condicionado nessa decisão por esses factores externos que tinham a haver com afectação a outros usos ou não de terrenos estratégicos da Cidade de Lisboa. Por vezes, quem estivesse na vida pública sabia que podia não ser obrigado, perdoassem-lhe a expressão, a “levar tarefa”, a ouvir protestos, mas sabia que tinha de calar e ouvir os protestos porque a responsabilidade pública o impedia de dizer logo aquilo que, podendo ser dito já, provavelmente eliminaria esses protestos. -----

----- Era por isso que vinha pedindo compreensão e também compreendia que por vezes não existisse, que as pessoas estivessem insatisfeitas e saturadas. Também às vezes estava insatisfeito, protestava com a demora dos processos e com o atraso desses processos em decisões que não dependiam de si e não estava a culpar o Governo, era uma decisão muito difícil, importante, que mexia com o Terreiro do Paço e outras zonas de Lisboa. -----

----- Queria era que compreendessem a posição da Autarquia, que vinha de antecessores seus e era a sua, de que a Feira Popular ali no futuro não tinha as melhores condições para continuar e não podia continuar e que o processo de localização de um novo espaço teria que estar intimamente ligado à solução definitiva do actual e ao encerramento do processo. Nomeadamente, como fora previsto sempre, saber que feirantes queriam ir para o novo e os que queriam continuar ali e associar no futuro, fosse no parque de diversões do Alvito ou na nova feira, a Fundação “O Século”, a Associação de Feirantes e a Câmara numa gestão tripartida que todos tinham assumido em conjunto na Assembleia, no passado mês de Julho. -----

----- Eram esses elementos que gostava de transmitir e pedir mais uma vez, não era fazer “caixinha”, mas não falar daquilo que não era seguro porque depois, a não se confirmar, lá estavam a criticar e com razão. A Assembleia podia votar a revogação, porque a Câmara reafirmava aquilo que a Assembleia queria ver reafirmado também neste momento, ou seja, não se podia desligar das suas responsabilidades para com a Fundação e, principalmente, para os trabalhadores da Feira e para os que quisessem

trabalhar no futuro, ou os que não quisessem trabalhar seriam compensados, como já foi dito. -----

----- **O Senhor Presidente**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o 1º **Relatório** da Comissão Eventual de Acompanhamento da Requalificação do Parque Mayer, o qual foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Saudou o trabalho desenvolvido pela Comissão em tão curto espaço de tempo. --

----- Informou que em relação à matéria da proposta tinha dois documentos de Deputados Municipais do PS. A Deputada Municipal Custódia Fernandes não usava o seu direito de voto por se considerar impedida, visto fazer parte do corpo gerente da Fundação “O Século”. O Deputado Municipal Dias Baptista declarava que não participaria na votação da proposta 112/2004 por se considerar impedido, visto ser Curador sem funções executivas na Fundação “O Século”. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, perguntou se a Câmara Municipal aceitava as propostas contidas no relatório da Comissão, intercalando-as na sua proposta nº112, e se estaria disposta a ratificar esse texto em reunião de Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, disse que face à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, onde assumiu a responsabilidade pela resolução do problema dos feirantes e da Fundação, o PCP retirava a recomendação e votaria a proposta. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** disse que tomava boa nota do que fora dito pelo Sr. Deputado Municipal Joaquim Cunha, da retirada da recomendação. -----

----- Quanto ao que fora solicitado pelo PS, da ratificação em reunião de Câmara, disse que a Câmara estava na disposição de o fazer, ratificar a deliberação da Assembleia Municipal com a qual concordava. -----

----- Sabia o risco que estava a correr ao ligar os dois processos, Parque Mayer e Feira Popular, visto serem os dois muito difíceis e era como “misturar o lume com gasolina”. Tinha lido o artigo do Sr. Deputado Municipal Feliciano David a dizer que o Parque Mayer era o seu Waterloo político, mas conhecia Waterloo desde quando, com o Senhor Vereador Pedro Pinto, estavam no Parlamento Europeu e iam lá várias vezes. Não sabia se hoje conseguia subir com a mesma facilidade os degraus todos até à estátua, mas era capaz disso. No entanto, conhecendo bem os dois, parecia-lhe ter mais afinidades com o Duque de Wellington do que com Napoleão, passasse a presunção. Em Waterloo houve dois lados e o que restava saber era qual o papel de cada um nesse Waterloo. -----

----- Nunca tinha tido a mania de ser Napoleão, nem andava com a mão na jaqueta, mas conhecia várias paragens do Duque de Wellington, até no Concelho da Figueira onde estivera e, com toda a bonomia e simpatia, queria reafirmar que os compromissos políticos eram para ser assumidos. A Câmara ia resolver os assuntos, por muito difícil que parecesse e que houvesse pessoas, que não os Srs. Deputados Municipais, forças externas, apostadas em dizer que nenhum dos pontos principais do programa da maioria iria ser cumprido. -----

----- Disse que a Câmara ia cumprir e resolver, até porque essa era uma questão de honra na política, os compromissos principais num mandato tinham que ser resolvidos. Se não fossem resolvidos, ninguém teria legitimidade para se candidatar a qualquer outro cargo, ou a recandidatura ou a nenhum. Queria reafirmar hoje na Assembleia que iria resolver esses pontos, podia dar essa garantia e agradecia a colaboração da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 112/2004, com a inclusão assumida pela Câmara da parte deliberativa do Relatório da Comissão, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que a presente Assembleia continuaria no dia 13 e à Ordem de Trabalhos, já conhecida, iria ser aduzida a discussão do relatório da Comissão Permanente de Divisão Administrativa da Cidade. Agradecia que os Srs. Deputados Municipais se preparassem para essa discussão, visto ser também matéria importante. -----

----- Desejou boa Páscoa aos Srs. Deputados Municipais e à Câmara. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram 20h 50m. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária,

----- O PRESIDENTE -----